



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

CAROLINE RODRIGUES DE FREITAS

APOROFOBIA: A POBREZA NOS ESPAÇOS MIDIÁTICOS

CUIABÁ-MT

2024

CAROLINE RODRIGUES DE FREITAS

APOROFOBIA: A POBREZA NOS ESPAÇOS MIDIÁTICOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, na Linha de Pesquisa Estéticas e Narrativas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre(a) em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. ANDREA FERRAZ FERNANDEZ

CUIABÁ-MT

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

F866a Freitas, Caroline Rodrigues de.

Aporofobia: a pobreza nos espaços midiáticos [recurso eletrônico] / Caroline Rodrigues de Freitas. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 148 f., il. color., pdf). -- 2024.

Orientador: Andrea Ferraz Fernandez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cuiabá, 2024.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Aporofobia. 2. Pobrefobia. 3. Mídia. 4. Notícias. 5. Desigualdade Social. I. Fernandez, Andrea Ferraz, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: APOROFOBIA: A POBREZA NOS ESPAÇOS MIDIÁTICOS

AUTORA: MESTRANDA CAROLINE RODRIGUES DE FREITAS

Dissertação defendida e aprovada em 30 DE AGOSTO DE 2024.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Professora Doutora Andréa Ferraz Fernandez (Presidente da Banca e Orientadora)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso (PPGCOM/UFMT)

2. Professor Doutor Vinicius Guedes Pereira de Souza (Examinador Interno)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso (PPGCOM/UFMT)

3. Professor Doutor Marcello Simão Branco (Examinador Externo)

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual Paulista (UNIFESP)

4. Professora Doutora Liziane Soares Guazina (Examinadora Suplente)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso (PPGCOM/UFMT)

5. Professor Doutor Mário Luiz Fernandes (Examinador Suplente)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

CUIABÁ, 30 DE AGOSTO DE 2024.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA FERRAZ FERNANDEZ, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 30/08/2024, às 20:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS GUEDES PEREIRA DE SOUZA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 02/09/2024, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcello Simão Branco, Usuário Externo**, em 03/09/2024, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7113304** e o código CRC **94FFD1D5**.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Mato Grosso, que me acolheu pela segunda vez, já que foi a instituição que escolhi para minha graduação, e que se mantém resistente e resiliente em meio aos ataques contra a educação neste país.

À minha mãe, Maria Amacili Rodrigues de Freitas, que mesmo diante das dificuldades sempre orava por mim e dizia que as coisas iam dar certo no final.

Ao professor aposentado da UFMT, amigo, mestre e consultor profissional Ailton Segura, que me resgatou quando eu estava prestes a abandonar o curso de Jornalismo em 2001 e sempre acreditou no meu potencial, no sucesso da minha jornada, e se manteve presente mesmo depois de eu estar formada.

À minha querida professora orientadora, a doutora Andrea Ferraz Fernandez, que se mostrou disponível e entregou mais do que o esperado. Com sua energia que irradia por todo canto, foi amiga, incentivadora e companheira de trabalho. Certamente, mesmo com a conclusão deste trabalho, continuaremos próximas e compartilhando projetos e sonhos.

Aos membros da banca de avaliação, que foram muito cordiais e generosos durante a qualificação e contribuíram imensamente para o resultado desta pesquisa.

E, parafraseando a cantora Anitta durante a premiação do *Video Music Awards* em 2023, agradeço a mim mesma, porque eu trabalhei muito para conseguir conciliar este mestrado, desafios familiares e outros três empregos, sendo que em um deles precisava enfrentar diariamente o assédio moral, e entregar este trabalho.

Muito obrigada.

RESUMO

Esta dissertação investiga as manifestações do termo “aporofobia” – medo e aversão ao pobre na mídia brasileira nos primeiros cem dias do governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), iniciado em 1º de janeiro de 2023. A pesquisa teve como foco os sites de notícias do Brasil, que foram separados em duas etapas de estudo, sendo a primeira focada no uso do termo em si e a segunda nas matérias nas quais a aporofobia se configurou efetivamente; porém, nem sempre foi caracterizada com a presença do termo por escrito. O recorte temporal da coleta ajustou-se ao período de mudança do governo no país, com a saída de Jair Bolsonaro (Partido Liberal - PL) e o início de mandato do presidente Lula que, em sua plataforma de governo, apresentou pautas de combate à fome e à desigualdade social. A expressão “aporofobia” foi criada no final dos anos de 1990 pela professora Adela Cortina, mas obteve destaque na mídia em 2017, quando foi considerada a palavra do ano pela Fundação Espanhola Urgente. Neste trabalho, foi realizado um monitoramento do uso do termo a partir da ferramenta de busca *Google Notícias*, com o filtro aplicado para a palavra “aporofobia” com a coleta de matérias nas quais ela aparece. O material apurado passou por uma seleção, para retirada de repetições e falhas cometidas pela própria ferramenta durante a pesquisa, resultando no *corpus* de análise da primeira etapa. Para a segunda etapa da pesquisa, destinada à identificação das matérias que revelam a aporofobia com a caracterização do fato, porém sem o uso da palavra, foi realizada uma coleta de dados em perfis da rede social *Instagram* relacionadas ao padre Júlio Lancellotti e ao Observatório da Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga, sendo esses os principais canais de divulgação e combate ao tema no Brasil. O material coletado foi catalogado nas perspectivas de uso e aplicação e, posteriormente, tratado com a metodologia de análise de conteúdo, sobre a concepção de Laurence Bardin, tendo como finalidade identificar as categorias de significação reveladas pelo emprego de palavras nos textos. Assim, chegou-se às seguintes categorias/significações: (1) aporofobia estrutural; (2) arquitetura hostil/higienização; (3) políticas públicas; (4) semântica; e (5) violência. Os termos estão sustentados a partir das inferências realizadas com textos dos teóricos Adela Cortina, Stig Hjarvard, Eliseo Verón, Stuart Hall, Anselm Strauss, Jessé Souza e Isabel Wilkerson, entre outros. Como resultado final, foi possível identificar e interpretar o percurso do termo “aporofobia” no ambiente midiático e depreender como essa dinâmica afeta a relação das pessoas com os menos favorecidos, em uma realidade de desigualdades abissais, ampliada para questões que incluem moradores de rua, arquiteturas públicas hostis, políticas públicas de higienização de espaços e crimes. Também foi possível identificar que a própria construção do signo está mudando e, em alguns espaços, a aporofobia já se abasileirou e é chamada de “pobrefobia”.

Palavras-chave: Aporofobia. Pobrefobia. Mídia. Notícias. Desigualdade Social

ABSTRACT

This dissertation investigates the manifestations of the term “aporophobia” – fear and aversion to the poor – in the Brazilian media during the first 100 days of Luiz Inácio “Lula” da Silva’s government (Workers’ Party – PT), which began on January 1, 2023. The research focused on Brazilian news websites, divided into two stages: the first focused on the use of the term itself, and the second on articles where aporophobia was effectively depicted, though not always explicitly mentioned. The timeframe of the collection coincided with the government transition in the country, from Jair Bolsonaro (Liberal Party - PL) to Luiz Inácio “Lula” da Silva (PT), who included fighting hunger and social inequality in his government platform. The expression “aporophobia” was coined in the late 1990s by Professor Adela Cortina, but it gained media prominence in 2017 when it was considered the word of the year by the Urgent Spanish Foundation. In this work, the use of the term was monitored using the *Google News* search tool, filtering for the word “aporophobia” and collecting articles where the term appears. The gathered material was curated to remove repetitions and errors made by the tool during the search, resulting in the corpus for the first stage of the research. For the second stage, aimed at identifying articles that reveal aporophobia through characterization of the phenomenon without using the word, data was collected from Instagram profiles related to Father Júlio Lancellotti and the Dom Pedro Casaldáliga Observatory of Aporophobia, the main channels for discussing and combating the issue in Brazil. The collected material was cataloged based on use and application perspectives and subsequently analyzed using content analysis methodology, following Laurence Bardin's framework, to identify the categories of meaning revealed by word usage in the texts. The identified categories/significations were: (1) structural aporophobia; (2) hostile architecture/cleansing; (3) public policies; (4) semantics; and (5) violence. These terms were supported by inferences made from texts by theorists such as Adela Cortina, Stig Hjarvard, Eliseo Verón, Stuart Hall, Anselm Strauss, Jessé Souza, and Isabel Wilkerson, among others. As a final result, it was possible to identify and interpret the trajectory of the term “aporophobia” in the media environment and understand how this dynamic affects people's relationships with the less fortunate in a reality of extreme inequalities, extending to issues involving homeless people, hostile public architectures, public space cleansing policies, and crimes. It was also possible to identify that the very construction of the term is changing, and in some spaces, aporophobia has already been Brazilianized and is referred to as “pobrefobia.”

Keywords: Aporophobia. Pobrefobia. Media. News. Social inequality

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Infográfico que mostra a renda familiar e individual dos brasileiros	14
Figura 2 – Infográfico que mostra os motivos apresentados pelas pessoas que ascenderam socialmente para o feito.....	15
Figura 3 – Infográfico mostra que maioria dos brasileiros não acredita em redução da desigualdade a curto prazo	16
Figura 4 – Rendimentos dos brasileiros e a relação dos valores com raça e gênero	35
Figura 5 – Instagram do padre Júlio Lancellotti	53
Figura 6 – Matéria da revista Fórum	58
Figura 7 – Matéria do Repórter Brasil	60
Figura 8 – Matéria de Hora Campinas	62
Figura 9 – Matéria da Folha de S. Paulo	64
Figura 10 – Matéria do Portal Thathi	65
Figura 11 – Matéria do Portal Terra	67
Figura 12 – Matéria de O Globo	68
Figura 13 – Matéria do Giro de Gravataí	70
Figura 14 – Matéria do Guia do Estudante	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	Nome
Compós	Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IVC	Instituto Verificador de Comunicação
Volp	Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Aporofobia e os estudos acadêmicos	10
1.2 Quem é o pobre?	12
1.3 O discurso de ódio e o crime de ódio.....	16
1.4 A pesquisa	19
2 A POBREZA NO BRASIL	24
2.1 A desigualdade no Brasil.....	25
2.2 O culturalismo	26
2.3 Aporofobia estrutural	28
2.4 Escravidão e as classes sociais	28
2.5 Sem processo civilizatório	36
2.6 Vivendo no sistema de castas	37
3 APOROFOBIA E SEUS SIGNIFICADOS	40
3.1 Aporofobia e mediatização	41
3.2 Aporofobia e a mídia	45
3.3 Porta-voz da aporofobia no Brasil	47
4 METODOLOGIA.....	51
4.1 Método de organização e interpretação.....	54
5 ANÁLISE DOS DADOS	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	83

1 INTRODUÇÃO

O termo “aporofobia” foi criado pela professora de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valença e membro da Real Academia de Ciências Morais e Política da Espanha, Adela Cortina. Ele descreve um sentimento que sempre existiu, mas que ainda não era materializado por um nome dentro da sociedade, a aversão ao pobre. A palavra já se faz presente nos sites de notícias do Brasil e as publicações mostram não apenas a absorção do significado, como também um processo contínuo de ressignificação e impactos no dia a dia dos habitantes do país, fato que foi alvo desta pesquisa.

Com o objetivo de retratar como o termo “aporofobia” está sendo apresentado na mídia brasileira, este trabalho mapeou, por meio de uma amostragem, os textos jornalísticos nos quais a palavra apareceu nos primeiros cem dias do governo do atual presidente, Luiz Inácio “Lula” da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT). O total de reportagens coletadas, por si só, confirmou a utilização do termo no cotidiano midiático, porém, apenas uma análise criteriosa do material respondeu à pergunta desta pesquisa que é saber quais os sentidos e em que ambientes a palavra está sendo empregada. O resultado foi possível a partir da metodologia de análise de conteúdo, aqui elaborada a partir do método de Laurence Bardin (2011), o que será retomado com detalhes no capítulo destinado à metodologia.

Durante o estudo da performance da palavra “aporofobia”, entretanto, apareceram dois canais que fazem disseminação maciça da expressão e promovem debates sobre os sentidos dela no cotidiano das pessoas no Brasil: os canais do Instagram do padre Júlio Lacellotti e do Observatório da Aporofobia. Em ambos os ambientes se observou a presença de uma série de recortes de matérias jornalísticas usadas para se evidenciar os impactos da aporofobia. Contudo, esse material não tinha o termo explicitado em suas publicações. A identificação acontecia a partir da análise daqueles que atuam como militantes contra a aversão ao pobre. Trata-se de uma situação que encaminhou esta pesquisa para uma segunda etapa de coleta de dados, que ficou definida como a das matérias que falam sobre a aporofobia sem necessariamente trazer o termo escrito. A inclusão dessa segunda etapa tornou-se necessária porque a interpretação e apropriação do símbolo linguístico é o motor da ressignificação e formação de novas categorias de sentidos.

Dessa forma, cabe aqui retomar que temos uma pesquisa estruturada a partir de duas etapas de coleta de dados. A primeira é formada por textos jornalísticos que trazem a palavra aporofobia e a segunda por textos jornalísticos constituídos a partir de fatos aporofóbicos, porém que nem sempre são caracterizados pelo veículo de imprensa com a palavra “aporofobia”.

As primeiras observações do material a ser analisado já mostraram que o sentimento de exclusão do pobre se apresentou com mais intensidade a partir da criação da palavra e, assim, iniciou-se um processo de indução de debates em diversos ambientes sociais. É como se a criação da palavra ampliasse com uma lupa o problema, bem como suas causas, uma trajetória que perpassou a midiatização e a disseminação de conceitos em altas velocidades por conta das tecnologias e dos espaços em ambientes digitais.

Cabe aqui retomarmos a origem do termo como relatado no livro *Aporofobia, o rechaço ao pobre: um desafio para a democracia* (2020), no qual a autora, Adela Cortina, juntou os termos gregos *aporo* – pobre e menos favorecido – e *fobia* – medo e pavor – e, assim, criou a palavra “aporofobia”, que, a partir daquele momento, passou a ser estudada, construindo o entendimento sobre a etimologia, origem e impacto desse sentimento no cotidiano das pessoas. A reflexão sobre o tema também criou propostas de combate, entre elas a da própria Cortina, que seria a hospitalidade e os direitos humanos cosmopolitas.

Observando a relação da Espanha e dos espanhóis com os imigrantes, Cortina percebeu a diferença entre os que chegavam naquele país a passeio e aqueles que vinham refugiados. Ambos eram das mesmas regiões, contudo, recebiam tratamentos totalmente diferentes. Naquele contexto, ela identificou que aquilo que existia ali não era xenofobia – aversão a pessoas de outras regiões – e, sim, uma aversão às pessoas mais pobres. Tratava-se de um sentimento que precisava de denominação para iniciar um processo de significação, ressignificação e, quem sabe, mudança social e acolhimento.

A autora considera a aporofobia como a raiz de todas as fobias, os preconceitos e discursos de ódio, e usa o exemplo dos estrangeiros para ilustrar a afirmação. Segundo Cortina (2020), a xenofobia pode coexistir com outras formas de discriminação, como misoginia e homofobia. No entanto, para ela, a principal razão para a rejeição está ligada a questões econômicas. Ela argumenta que as pessoas não podem negociar sua aceitação em uma relação em que as trocas são a base da hospitalidade, tendo em vista que a lógica do câmbio presente no mundo econômico, o capitalismo, invadiu o cotidiano e as relações pessoais e afetivas.

A importância da criação do termo e como ele está reverberando na mídia torna-se relevante para os estudos de comunicação tanto por estar atrelado à nossa percepção de problemas sociais como por ser ressignificado em outras áreas divergentes da originária, que é a percepção da hospitalidade de imigrantes. Esse poder da construção linguística rendeu à “aporofobia” o título de palavra do ano em 2017 pela Fundação Espanhola Urgente. “Aporofobia” venceu a competição contra as palavras “bitcoin” e “uberização”, o que mostra a atualidade da discussão. O grande diferencial na avaliação dos jurados foi a possibilidade de transformação social a partir da constituição dessa nomenclatura.

Diante da expectativa de impacto simbólico, evidencia-se a importância de entendermos como o termo performa, reverbera e pode mudar o cotidiano das pessoas. Essa foi uma das motivações da pesquisa, juntamente com a possibilidade de abertura de novos espaços para discussão, formulação e consolidação de políticas públicas em prol dos menos favorecidos.

Como não existem muitos estudos vinculados a esse termo na área da Comunicação, pretendemos fazer uma dissertação que debata o processo de midiaticização da palavra até os dias atuais e sirva de suporte para pesquisas futuras, tendo em vista que a área está intrinsecamente ligada às questões ligadas à desigualdade social.

1.1 Aporofobia e os estudos acadêmicos

A constatação sobre os poucos estudos em relação à aporofobia veio após um cotejo nas principais plataformas de pesquisa acadêmica em busca de trabalhos que utilizam o termo, seja no título, seja no resumo ou entre as palavras-chave. Realizamos as buscas nos repositórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)², da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)³ e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)⁴.

As incursões tiveram o objetivo de identificar o termo em dissertações, teses e artigos publicados a partir de critérios confiáveis de revisão, passando primeiramente pelos portais da Capes e do Ibict, que agregam trabalhos de áreas diversas produzidos em todo o país, seguindo pelos portais considerados referência nos estudos em Comunicação, Compós e Intercom. Com os resultados, obtivemos uma perspectiva dentro de áreas diversas do conhecimento em um primeiro momento e, depois, um olhar mais focado para produção dentro da área de Comunicação.

Nos portais Capes e Ibict foram encontrados 40 títulos de trabalhos publicados⁵ que utilizaram o termo aporofobia no título, no resumo ou entre as palavras chaves. O número foi coletado a partir de uma pesquisa nos dois portais realizada em 25 de fevereiro de 2024. No portal da Ibict é possível exportar a pesquisa em formato de planilha Excel, já com as categorias

¹ Pode-se ter acesso ao portal de busca da Capes pelo endereço eletrônico: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

² Pode-se ter acesso ao portal de busca do Ibict pelo endereço eletrônico: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=year&lookfor=aporofobia&type=AllFields>

³ Pode-se ter acesso ao portal de busca da Compós pelo endereço eletrônico: <https://proceedings.science/compos>

⁴ Pode-se ter acesso ao portal de busca da Intercom pelo endereço eletrônico: <https://www.portalintercom.org.br/publicacoes/revista-intercom/revista-intercom-apresentacao>

⁵ Na pesquisa, que está no Anexo A, foram retiradas as repetições e as produções internacionais selecionadas de forma equivocada pela ferramenta de busca.

delimitadas. Então, selecionei as categorias que interessam para sustentar esta parte do material, como autor, título, palavras chaves, data da publicação e link de acesso ao material. Em seguida, busquei da mesma forma no portal da Capes, porém o processo de exportar a pesquisa do canal tem como opção de arquivo em PDF. Desta forma, para ficar mais claro o resultado, inseri manualmente as publicações nas categorias ofertadas pelo site do IbiCT, excluindo os títulos repetidos.

As produções transitam entre as áreas sociais e jurídicas⁶, sendo que dois títulos trazem temas mais próximos da área de Comunicação, porém nenhum deles foi produzido em um programa de pós-graduação específico dessa área em questão. Um deles é o artigo “A direita radical bolsonarista: da aporofobia à defesa da memória do regime de exceção” (2019), de Edson Dalmone e Priscilla Dibai, uma produção do Programa de Pós-Graduação em Cultura Contemporânea da Bahia. O segundo, por sua vez, é “O debate sobre aporofobia promovido pelo Padre Júlio Lancellotti nas redes sociais: uma análise semiolinguística” (2022), que tem como autora a professora titular do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Viçosa (UFV), Mônica Santos de Souza Melo.

No primeiro artigo citado no parágrafo anterior, os autores fazem a análise de 26 publicações extraídas de matérias jornalísticas, entrevistas, artigos de opinião e documentários que tenham discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro. O material é avaliado e dele são retirados elementos que o classificam como xenofóbico, racista, defensor de um Estado repressor e punitivo, antidemocrático e com concepção nacionalista. Entre as conclusões do trabalho está que a performance ofensiva do político na mídia coloca em circulação teorias conspiratórias, bem como estratégias discursivas de ressaltar a desordem e o caos social como forma de justificar medidas drásticas, soluções superficiais, purismos salvadores e simpatias pela violência.

No segundo artigo, a autora trabalha com as redes sociais do padre Julio Lancellotti, personagem que será abordado com mais profundidade no terceiro capítulo deste trabalho. Neste momento da pesquisa, basta sabermos que ele é um dos principais difusores dos significados da aporofobia no Brasil. Sua trajetória será abordada com mais detalhes nos capítulos seguintes. Retomando o artigo escrito por Melo (2022), a pesquisa estava focada nos comentários que se opõem às publicações de denúncia de atos aporofóbicos. As mensagens passaram por análise semiológica, na qual foram identificados os discursos aporofóbicos e a relação deles com o imaginário negativo e nocivo quanto às pessoas com menos condições financeiras, em especial os moradores de rua.

⁶ Dados podem ser confirmados na tabela disponível no Anexo A deste trabalho.

Com relação às buscas nos portais Compós e Intercom, realizadas em 25 de abril de 2023, os resultados não foram frutíferos e nem sequer um material foi localizado utilizando o termo “aporofobia” no título, como palavra-chave ou no resumo. Contudo, faz-se aqui importante retomarmos um ponto inicial da nossa análise, a origem do termo. Cortina (2020) identificou que o sentimento de aversão aos pobres sempre existiu, contudo, não era nominado. Sendo assim, a aporofobia aparece de forma massiva nos trabalhos das plataformas Compós e Intercom, porém não nominada, vindo embutida nos objetos de estudo que envolvam grupos minoritários ou estejam relacionados com violência, invisibilidade e cidadania.

1.2 Quem é o pobre?

Antes de começarmos o debate sobre aporofobia, é importante retomarmos a definição de quem é o pobre segundo a visão da autora Adela Cortina (2020), criadora do termo. Em seu livro, ela o descreve como a pessoa que incomoda por não ter recursos financeiros, o desamparado, o que não agrega nada de positivo ao Produto Interno Bruto (PIB) do país em que chega ou no qual vive há muitos anos, sendo aquele que usará os serviços de saúde sem oferecer nada em troca e ainda precisará da assistência social do Estado. Dentro dessa perspectiva, inserida em uma sociedade capitalista, os pobres são aqueles que acabam excluídos do contrato político, social e econômico porque não possuem dinheiro para retornar financeiramente os serviços, seja pagando literalmente por eles, seja com a quitação de impostos.

A definição da pesquisadora é ampla e converge um pouco com as linhas conceituais que são trabalhadas dentro do campo acadêmico e da estatística, tendo em vista que o ato de conceituar é importante para os trabalhos que buscam retratar ou contabilizar a pobreza. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷, por exemplo, considerou a sua própria definição de quem seria o pobre após fazer o estudo dos conceitos e compilá-los na síntese dos indicadores da instituição. Conforme a publicação, uma das formas de se analisar é a absoluta, na qual se considera a falta do mínimo existente para a sobrevivência. Nesse caso, estaríamos falando de pessoas que não têm condições de garantir a sobrevivência física (Rocha, 2006).

Na tentativa de convergir esses conceitos em um indicador, a publicação da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023) apresenta a tentativa do Banco Central de configurar uma medida monetária, na qual atribui o valor de US\$ 5,50 (dólares) por dia, o que chegaria a R\$

⁷A Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira é publicada periodicamente pelo IBGE e serve como parâmetro para todos os indicadores sociais contabilizados. O material está disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475>.

26,20⁸, como o ganho de uma pessoa pobre. O valor, ao final do mês, representaria 59% do salário mínimo⁹ no Brasil. A mesma instituição avalia que uma situação de extrema pobreza é configurada quando a renda diária é de US\$ 1,90 ou R\$ 4,76 por dia.

A afirmação, que à primeira vista pode parecer coerente, também carrega consigo o sentido reducionista e focado em questões biológicas, deixando de lado outros fatores associados a ser pobre. Nesse sentido, leva-se em consideração que o estado de carência não é vivido apenas por aqueles que não têm o que comer, mas também os que são privados de outros consumos como roupas, medicamentos e habitação. Acompanhando esse raciocínio, temos que considerar os que não têm acesso aos serviços essenciais oferecidos pelos governos como abastecimento de água, saneamento básico, saúde, educação, transporte público, entre outros. Todos os quesitos expostos mostram o aspecto multifacetado da pobreza, bem como de suas interpretações possíveis.

Outro viés de análise que consta na mesma publicação do IBGE (2023) avalia a pobreza em países tidos como desenvolvidos. Nesses locais, o parâmetro de definição entre pobres e ricos é formulado a partir de uma série de fatores monetários – rendimento do trabalho, aposentadoria e pensão e programas sociais – e não monetários – acesso à educação, saúde, saneamento, moradia e tecnologia. O limite é traçado a partir de uma média, na qual se avalia a proporção de serviços, ações e remunerações da população.

No Brasil, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) adota como critério para definição do pobre proporções do salário mínimo e a participação em programas sociais. Por exemplo, abaixo de um quarto e até meio salário mínimo per capita, respectivamente, são pessoas que podem receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e realizar a inscrição das famílias no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico). Conforme os dados do governo federal¹⁰, 21,14 milhões de famílias brasileiras recebem o Bolsa Família, lembrando que nem todos os inscritos no referido cadastro são contemplados.

A quantificação dos pobres no Brasil também aparece no relatório da Oxfam, *Nós e as Desigualdades*¹¹, publicado em 2022 e elaborado pelo Instituto Datafolha. A publicação aponta que 48% dos brasileiros vivem com uma renda familiar de até dois salários mínimos e apenas

⁸ A conversão do valor de dólares para reais foi realizada com a cotação do dia 21 de junho de 2023.

⁹ No ano de 2023, o salário mínimo era de R\$ 1.320, conforme definido pelo governo federal em Medida Provisória.

¹⁰ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Bolsa Família chega a 21,14 milhões de famílias em agosto, 241 mil a mais que em julho. **Secretaria de Comunicação do Governo Federal**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/bolsa-familia-chega-a-21-14-milhoes-de-familias-em-agosto-241-mil-a-mais-que-em-julho>. Acesso em: 22 de julho de 2024.

¹¹ OXFAM BRASIL; DATAFOLHA. **Pesquisa Nós e as Desigualdades**. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2022/>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

5% com renda familiar de mais de cinco salários mínimos. Quando se trata da renda individual, a discrepância é ainda maior. Enquanto 73% dos entrevistados ganham até dois salários mínimos, somente 4% conseguem remunerações de mais de dez salários mínimos.

Figura 1 - Infográfico que mostra a renda familiar e individual dos brasileiros



8 Datafolha

Fonte: Oxfam Brasil; Datafolha (2022, p. 8).

Além de mostrar a diferença entre ricos e pobres, o infográfico acima revela que a diferença entre os extremos vem aumentando. A quantidade de pessoas com renda individual de até um salário mínimo aumentou quatro pontos percentuais entre 2019 e 2022. Trata-se de um crescimento da pobreza sem a expectativa real de melhora, tendo em vista que mais da metade daqueles que conseguiram subir de classe social atribuem o feito a oportunidade de trabalho e experiência social. Contudo, a maioria dos entrevistados concorda que quanto mais pobre a pessoa, mas difícil de conseguir um emprego, como demonstram os dois infográficos que se seguem.

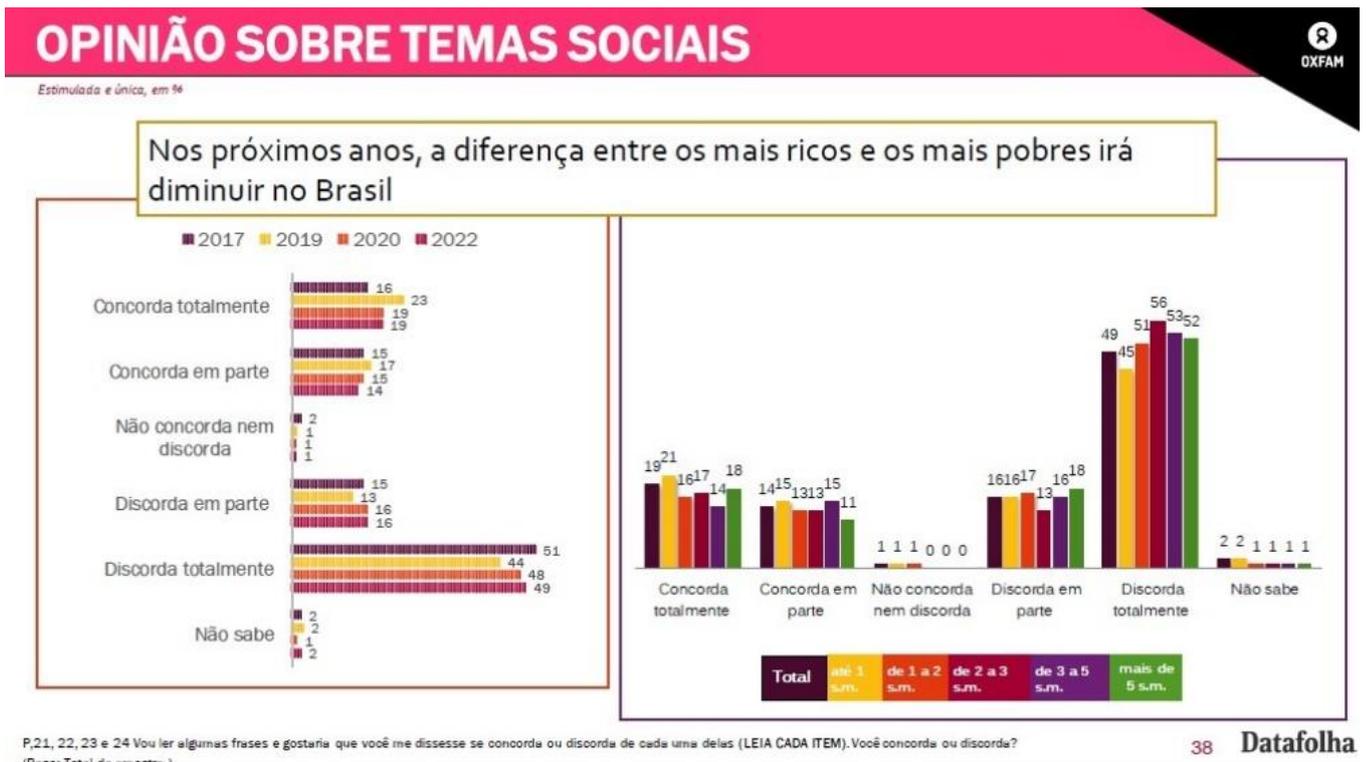
Figura 2 - Infográfico que mostra os motivos apresentados pelas pessoas que ascenderam socialmente para o feito



Fonte: Oxfam Brasil; Datafolha (2022, p. 26).

Na mesma pesquisa, os entrevistados pelo instituto de pesquisa mostram a desesperança em relação à redução ou ao fim da desigualdade no país. Quando questionados se acreditavam na redução da desigualdade nos próximos anos, todas as categorias, independentemente da renda mensal, discordaram totalmente. Veja detalhes da pesquisa no infográfico.

Figura 3 - Infográfico mostra que maioria dos brasileiros não acredita em redução da desigualdade a curto prazo



Fonte: Oxfam Brasil; Datafolha (2022, p. 38).

1.3 O discurso de ódio e o crime de ódio

Adela Cortina (2020) lembra que, mesmo diante da carência, a assistência aos vulneráveis é uma das prerrogativas de existência do Estado, que vê a sua calculadora de dar e receber, como cita a própria autora, quebrada diante das pessoas em situação de vulnerabilidade, já que precisa manter a desigualdade para se manter o grupo ou ideologia que o lidera como hegemônico. Porém, quando a desigualdade extrapola o aceitável pelo modelo capitalista, tende a excluir o obstáculo, favorecendo ideologicamente as políticas higienistas, criminalizadoras e violentas que favoreçam limpeza econômica e reequilíbrio do poder vigente.

Na afirmação de Cortina existem alguns aspectos a serem abordados. O primeiro deles são as estratégias usadas pelo poder dominante para se manter hegemônico. Antonio Gramsci (1999) defende que a hegemonia do poder dominante não é feita apenas através da coerção e da violência, mas também de forma ideológica até o desenvolvimento de um consenso entre as massas. Segundo a teoria, esse domínio não acontece no espaço político e sim nas supraestruturas da sociedade, como escolas, universidades, igrejas, bibliotecas, movimentos sociais e meios de organização da informação em geral (jornais, revistas, TV, sites). Assim,

cria-se um direcionamento social e político que caminha para um consenso em favor de quem está no poder.

Acompanhado dos interesses políticos e econômicos vem o segundo ponto que merece atenção, a formação de uma cadeia ideológica complexa que, na proposta de Gramsci (1999), conta-se com o suporte de intelectuais que legitimam a forma de pensar, entender o mundo e se comportar. São estudiosos que atuam na tomada orgânica da sociedade pela hegemonia e construção de valores e senso comum. Trata-se de uma estrutura que consegue, além de construir e proliferar ideais, criar uma hierarquia de saber, desenvolvendo a submissão e subordinação intelectual, contribuindo ainda mais para formação de um senso comum favorável a quem está entre os grupos dominantes.

Para as pesquisadoras Ivete Simionatto e Carolina Rodrigues da Costa (2014), que fizeram uma pesquisa teórica das cartas de Gramsci em relação à hegemonia, é esse senso comum que assegura a reprodução da forma de pensar do capitalismo contemporâneo e se expressa na realidade atual por meio de práticas concretas levadas a efeito por governos, organismos internacionais e outras instituições, mediante a políticas neoliberais, que resultariam nas ações higienistas, criminalizadoras e violentas contra aqueles que desagradam o hegemônico.

O ambiente formado é frutífero para o crime de ódio, que se desenvolve a partir do sentimento de superioridade presumida. O adjetivo – “presumida” – justifica-se pelo fato de não haver embasamento científico ou biológico para existir. No entanto, cabe aqui retomarmos que o objetivo deste trabalho não é analisar os discursos políticos, ainda que eles influenciem a construção de um sentimento de aversão que, posteriormente, é reproduzido até culminar em crimes de ódio.

Para esse fim, é pertinente recuperarmos como Adela Cortina (2020) diferencia o discurso de ódio do crime. Na análise da autora, o discurso de ódio existe muito antes de serem configurados os crimes de ódio e são tão antigos quanto a humanidade. No entanto, segundo ela, em tempos atuais, ambos ganharam maior proporção por receberem tipificação penal e serem difundidos de forma quase instantânea e sem controle com o advento da internet. A diferença elementar entre o discurso e o crime está no fato de o segundo ser tipificado no código penal e passar a ser inscrito no ambiente jurídico após o registro persistente de incidentes de ódio contra determinados grupos. Mais do que uma punição pela violência, a tipificação é uma forma de a sociedade comunicar o que é aceito ou não dentro do espaço de convivência.

Outro aspecto abordado pela autora e que merece ser melhor detalhado é o compartilhamento de informações estigmatizadas e com difamações àquele grupo atingido como forma de legitimar a violência. Há ainda a criação de lendas que atribuam perigo ou

aversão àquele público, ampliando o desprezo do outro pelo grupo e fazendo com que os afetados se sintam passíveis de sofrer a violência pelo simples motivo de existirem. A criminalização, segundo Cortina (2020), vem para tentar ocupar algo que ficou entre a ética escrita e a praticada, uma vez que a própria constituição dos países democráticos prevê o direito à dignidade e à vida, que acabam subvertidos nesse cenário.

A promotora de Justiça do Rio Grande do Sul, Carla Carrion Frós (2022), detalhou o que é o crime de ódio no Brasil, tratando-se do homicídio ou crime contra a honra que tenha como motivação a repulsa contra determinados grupos. E a questão está neste ponto: as leis brasileiras contemplam a ação criminosa em relação a gênero, orientação sexual, etnia, nacionalidade e religião. No entanto, não define entre os grupos os pobres e as vítimas de crime contra a vida ou contra a honra por conta de sua condição social vulnerável. Dessa forma, mesmo que seja comprovado o ato vexatório ou a violência física, não haverá agravo de pena ou sequer a caracterização de crime contra a honra nesses casos, porque as pessoas só podem ser culpadas pelos crimes previstos em lei.

Contudo, o cenário atual não é estático. No Brasil, desde que o termo “aporofobia” foi inserido em espaço midiático e ganhou maior frequência nas citações, foram propostas algumas ações políticas em relação à proteção – pelo menos na tentativa de garantir a integridade física – dos menos favorecidos economicamente. Uma delas é a de tipificar como crime específico aquelas violências motivadas pela carência econômica da vítima e pelo sentimento de superioridade presumida do criminoso. No Congresso Nacional, por exemplo, está em avaliação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o Projeto de Lei 3135/20¹², proposto por Fabio Trad, deputado federal do Partido Social Democrático (PSD) de Mato Grosso do Sul. O texto propõe criminalizar atos violentos praticados contra a pessoa em decorrência de sentimento de ódio por sua condição de pobreza, denominados como “aporofobia”¹³.

Há também uma iniciativa mais recente, protocolada em junho de 2022 pelo senador Randolfe Rodrigues, PT do Amapá, o Projeto de Lei 1.636/22¹⁴, que propõe que o preconceito contra pobres também possa qualificar crime de homicídio e majorar o crime de lesão corporal praticado pela mesma razão. O texto está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Congresso Nacional esperando o posicionamento do relator, senador Lucas Barreto, do Partido Social Democrático (PSD) do Amapá.

Ambos os projetos foram apresentados após a disseminação e discussão a partir do termo, que passou a se enquadrar em vários espaços e, devido à complexidade epistemológica

¹² A tramitação foi por nós confirmada pela última vez em 26 de fevereiro de 2024.

¹³ Cabe reforçarmos que o sentimento de aversão ao pobre é caracterizado com a palavra “aporofobia” propriamente dita no texto da proposta de lei.

¹⁴ A tramitação foi por nós confirmada pela última vez em 26 de fevereiro de 2024.

e social, houve sua incorporação em propostas de regras de garantias a serem aplicadas em toda a sociedade. No caso dos crimes de ódio, dois bens jurídicos estão sendo violados, a honra e a vida, o que provoca os legisladores a proporem a penalização do crime, como forma de punição, de reparação do dano à vítima ou a seus familiares, e também de comunicação à sociedade de que essa atitude não é aceita pelos governos.

Os exemplos legislativos concretizados após a palavra “aporofobia” ser reverberada na mídia também estão no cotidiano das cidades, como o Projeto de Lei (PL) 488/2021, promulgado em dezembro do ano seguinte, que propõe uma emenda ao Estatuto das Cidades (Brasil, 2021). O texto veda o emprego de técnicas de arquitetura hostil em espaços livres de uso público e foi batizado de “Lei Padre Júlio Lancellotti”, transformando-se na Lei nº 14.489, de dezembro de 2022 (Brasil, 2022a) em referência à figura pública que ganhou destaque no debate sobre a aporofobia no país. O texto é de autoria do senador Fabiano Contarato, integrante do partido Rede (ES).

Há outros exemplos de leis anti-aporofóbicas no âmbito da organização urbana e política de higienização de espaços nas esferas municipais. Contudo, fazer um levantamento preciso não é tarefa fácil, porque não existe um local onde todas as leis estão unificadas para pesquisa. Então, é necessário buscar em cada uma das prefeituras dos municípios – 5.568, segundo o IBGE. É um trabalho que demanda tempo, estrutura e não terá um resultado considerado de extrema relevância para atender aos objetivos desta pesquisa. Sendo assim, os exemplos citados no parágrafo anterior corroboram para se construir uma justificativa quanto à importância de entendermos o papel da comunicação, pelo viés da midiaticização, nesse processo de divulgação da aporofobia, tendo em vista que a atuação legislativa é provocada por discussões que acontecem na sociedade.

1.4 A pesquisa

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo que o primeiro, a “Introdução”, apresenta a origem do termo e contextualiza a relevância dele nos dias atuais, trazendo dados sobre o avanço da desigualdade social no mundo e como esse fenômeno tem reflexo direto no aumento de discursos e ações aporofóbicas na sociedade. Mostra, ainda, as transformações já presentes no Brasil a partir do trânsito da palavra “aporofobia” na mídia, bem como suas discussões e impacto na interpretação da realidade, o que gerou até mesmo ações legislativas, como a propositura de leis, que legitimam em escrita as mudanças comportamentais da sociedade.

A “Introdução” também traz subsídios para entendermos o processo de realização de nossa pesquisa, com o objetivo de construir um retrato das manifestações do termo “aporofobia” na mídia brasileira nos primeiros cem dias de governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva, iniciado em 2023. No foco do trabalho estão os sites noticiosos e, como não temos a ambição de quantificar o aparecimento da palavra de forma numérica, optamos por trabalhar com uma amostra qualitativa a partir da ferramenta de busca Google Notícias. Dentre as opções oferecidas no mercado, ela atende à proposta da pesquisa por trazer publicações de *sites* de diversos estados a partir de uma palavra específica – “aporofobia” –, concentrando as buscas das páginas noticiosas, conforme a ambientação deste estudo.

Ainda na “Introdução”, realizamos uma apresentação da coleta de dados e metodologia aplicada a eles. Em um primeiro passo, inserimos o termo literal, “aporofobia”, entre aspas, para limitar a busca em publicações nas quais ele aparece escrito no título, no texto ou em linha fina. Durante a coleta, observamos alguns desafios a serem enfrentados. O primeiro deles é a repetição de publicações – links – e o outro, a seleção de matérias que não tinham a palavra “aporofobia” em nenhum dos itens buscados – título, texto e linha fina –, e sim em links e outras publicações associadas à página. Sendo assim, houve um processo manual de análise caso a caso e posterior inserção em uma planilha do programa Excel¹⁵, que continha nas linhas os detalhes da publicação e nas colunas as perguntas, cujas respostas foram analisadas para chegarmos ao resultado do trabalho.

Diante do material recolhido e catalogado, em uma análise preliminar, observamos a atuação do principal porta-voz da aporofobia no Brasil, o padre Júlio Lancellotti, que fundou com outros ativistas o Observatório da Aporofobia no Brasil. Tanto ele como a entidade que ajudou a fundar usam, nas suas respectivas páginas do Instagram, matérias de jornais para ilustrar a prática diária da aporofobia na sociedade. Ao analisarmos os textos, observamos que, na maior parte dos casos, a ação não é caracterizada como aversão ao pobre explicitamente. A definição passa pela lente interpretativa dos ativistas, que assim iniciam um processo de construção de novos sentidos, o objeto desta pesquisa.

Depois dessa constatação, tornou-se imprescindível criarmos uma segunda etapa de coleta de dados. Nela, pelo mesmo recorte temporal aplicado na primeira etapa, coletamos títulos e, assim, por meio da união entre as duas coletas, foram definidas categorias de sentido nas quais os textos jornalísticos se encaixam. Desse modo, observamos os sentidos mais frequentes e os menos frequentes, que ao final foram organizados nas seguintes caixas de

¹⁵A planilha está no Anexo B da pesquisa.

sentido: aporofobia estrutural; arquitetura hostil/higienização; políticas públicas; semântica; e violência.

Seguindo para a fase da análise de conteúdo em si, escolhemos duas matérias de cada categoria, obedecendo aos seguintes critérios: duas matérias de cada uma das caixas de sentido, sendo uma da coleta pelo Google Notícias e outra das matérias utilizadas pelo Padre Júlio Lancellotti ou pelo Observatório da Aporofobia nos respectivos canais de Instagram. Em um terceiro crivo, tentamos empregar a diversidade de fontes a fim de confrontar uma matéria pertencente a um veículo tradicional de abrangência nacional e um *site* do interior do país ou alternativo, a partir disponível na coleta.

Os capítulos 2 e 3, com os temas “A pobreza no Brasil” e “A aporofobia na mídia”, respectivamente, trazem o suporte teórico para entendermos o contexto da pesquisa e também dar apoio às inferências, que fazem parte do método de análise utilizado, proposto por Laurence Bardin (2011). Sendo assim, no capítulo 2, realizamos um resgate histórico da desigualdade no Brasil a partir da chegada dos portugueses para construirmos o entendimento da aporofobia estrutural e da criminalização do pobre. Na elaboração desse capítulo utilizamos autores que tentam de alguma forma explicar o Brasil e suas desigualdades. Entre eles estão os sociólogos Darcy Ribeiro (2015) e Jessé Souza (2019), que ajudam a entender a construção do Brasil, dos brasileiros e a desigualdade do país.

Em seguida, a desigualdade é abordada a partir da lente da escravidão, com os autores Lilia Moritz Schwarcz (2019) e Clóvis Moura (2014). Eles defendem que a desigualdade é fruto de uma sociedade construída com alicerces escravistas e patriarcais que não foram superados mesmo com a abolição. As afirmações são justificadas por dados estatísticos do Anuário da Segurança Pública e também do IBGE. Os números confirmam a prevalência de mulheres e negros entre os mais pobres, menos remunerados e ainda como vítimas de violência no Brasil.

Dentro desse contexto, apresentamos a teoria de castas com a perspectiva da jornalista Isabel Wilkerson (2021). A autora defende que, mais do que raças, as barreiras sociais tornam-se intransponíveis por conta de correntes invisíveis que mantêm a estratificação, sem permitir ascensões. Trata-se de um controle que é ideológico e muitas vezes fortalecido por leis que favorecem a manutenção rígida das hierarquias, ignorando o justo, o direito de ser livre e a dignidade humana. Assim, é estabelecido um sistema que cria os superiores e os submissos, que acabam sendo formados com a aplicação de estereótipagens que, ao serem aplicadas à mídia, ganham velocidade de compartilhamento e fortalecem a ideologia que determina quem está dentro da sociedade e quem são os outros, ou outsiders.

No capítulo 3, os focos teóricos foram os sentidos, significados e a midiaticização. Dessa forma, a caminhada começa com a importância de se nomear para a construção da sociedade

pelas lentes do sociólogo Anselm L. Strauss (1999). Ele aborda o processo de construção e também as experiências individuais e em grupo que interferem no decurso, desde a concepção até o compartilhamento e as transformações dos símbolos linguísticos dentro do mundo de sentidos.

Em seguida, trabalhamos com os conceitos de midiatização e como podemos relacioná-la com a potencialização da criação de sentidos e até mesmo a formação ideológica de instituições e grupos, a partir dos teóricos Eliseo Véron (2014) e Stig Hjarvard (2012). Ambos abordam como a tecnologia acelerou os processos de compartilhamento e construção de signos e significados, bem como criou novos processos de formação de grupos e instituições, que se iniciam e se transformam sem as barreiras geográficas e no ambiente da internet. As redes configuram um espaço que também fortaleceu a proliferação de estereótipos que, como mostra o sociólogo jamaicano Stuart Hall (2016), podem reduzir, essencializar, evidenciar, naturalizar e fixar uma diferença. Trata-se de um processo que é usado pelo poder dominante como forma de controle a partir da construção de barreiras simbólicas que determinam o que é feio e o que é bonito; o que é certo e o que é errado; e o que é aceitável (insider) e o que deve ser condenado (outsider).

Nesse capítulo também apresentamos o padre Júlio Lancellotti, principal porta-voz da aporofobia no país. O religioso é o líder da Pastoral Povo da Rua, em São Paulo, que atua na área conhecida como Cracolândia, e é um dos fundadores do Observatório da Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga. Ao apropriar-se da palavra e do conceito de aporofobia, ele usou a sua influência social e política para difundi-los em seus canais de comunicação, entre eles o *Instagram*. Lancellotti, dentro de um processo de ressignificação, que é contínuo na comunicação, foi o indutor de reflexões e da criação de novos significados para a expressão. Ele também inseriu no caminho midiático um sinônimo abrigado para o termo, a “pobrefobia”.

No capítulo 4, apresentamos a metodologia aplicada à pesquisa desde a delimitação do recorte – os cem primeiros dias do governo Luiz Inácio “Lula” da Silva – à configuração dos resultados. No percurso, passamos pela coleta de dados, realizada a partir do Google Notícias, e posterior categorização e análise. Para chegarmos ao resultado, optamos pela análise de conteúdo, tendo como base título, linha fina e lead das matérias selecionadas.

Em uma análise preliminar, identificamos os sentidos do termo “aporofobia” que se repetiam, entre eles: aporofobia estrutural; arquitetura hostil/higienização; políticas públicas; semântica; e violência. Depois, utilizando da metodologia da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), realizamos as confirmações e inferências, com base na parte teórica previamente desenvolvida.

Ao final, foi possível reconstruirmos a trajetória de sentidos da palavra dentro da mídia e mensurar os impactos que ela causou e ainda pode causar em ambiente midiático, confrontando o seu sentido com as interpretações e o contexto para o qual o termo caminha no mundo, que, nos dias atuais, está marcado pela plataformação.

2 A POBREZA NO BRASIL

A aporofobia já se configura como estrutural porque está entranhada na formação no mundo desde a presença do ser humano e se consolidou com a ajuda dos meios de comunicação, que contribuem para o processo, disseminando ideologias mantenedoras do sistema, segundo as quais as divisões entre dominantes e dominados persistem, sustentadas por diferentes roupagens teóricas. Sendo assim, este capítulo será dedicado à reconstrução temporal da desigualdade social – alimento da aporofobia – no Brasil, bem como à sua ligação intrínseca com a escravidão, que persiste até os dias de hoje.

Os períodos-chave para o entendimento da relação entre meios de comunicação e manutenção dos poderes vigentes são as duas guerras mundiais. Para Jessé Souza (2019), as atuações do rádio, do jornal, da televisão e do cinema receberam grandes avanços durante o segundo conflito¹⁶, considerado emblemático por conta das descobertas tecnológicas que permitiram aos líderes mundiais se apropriarem dos recursos midiáticos dentro da guerra em si (em espionagem), como para justificá-la e chancelá-la à população dos países participantes de forma direta e indireta, já que nenhuma nação saiu totalmente ileso dos eventos.

Além das informações vindas das trincheiras, os meios de comunicação foram usados para difundir ideais, entre elas aquelas que sustentavam a posição dos que deviam ser vistos como superiores e inferiores nas relações de conflito, econômicas e políticas. As intervenções muitas vezes, mesmo sem ser literais, usavam argumentos que levavam em consideração razões de fenótipos – cor da pele e características físicas. Isso porque as teorias de supremacia biológicas que davam sustentação à política escravista não eram mais aceitáveis. Contudo, elas foram substituídas pelas teorias culturalistas, consideradas uma nova roupagem das teorias racistas e que são usadas até hoje para justificar os motivos que fazem um país ser desenvolvido ou subdesenvolvido.

A saga culturalista intensificou-se no pós-guerra pelos estadunidenses. Com o país comandado pelo presidente Harry Truman, a ideologia logo caiu como uma luva e transformou-se em paradigma universal, chancelado pela ciência e querido pelos liberais, que mesmo com as contestações atuais, ainda bebem do conceito em torno da hierarquia cultural. Ao mesmo tempo em que a ideia entrava na cabeça dos intelectuais e das pessoas do mundo para justificar o desenvolvimento de alguns países a partir da herança cultural, também conferia o culturalismo

¹⁶ A Segunda Guerra Mundial teve início em 1939 e terminou em 1945.

inverso, fazendo as demais nações se verem como merecedoras do subdesenvolvimento pelo mesmo motivo, a partir da conhecida “síndrome de vira-lata”.

Conforme a análise de Souza (2019), os ideais escravistas não foram expurgados, mas reconfigurados em uma nova modelagem pelos intelectuais e, em seguida, reverberados de forma massiva pelos meios de comunicação. Segundo essa perspectiva, os pesquisadores, embebecidos pelas interpretações feitas a partir de visões estadunidenses e europeias, assumiram o culturalismo e o propagaram. Eles eram as fontes de confiança, autoridades intelectuais e, ainda, era sob suas produções que os estudantes – em todos os níveis – eram formados. Como consequência, houve a institucionalização de um novo racismo, justificado por questões genéticas e culturais, que acabou difundido por meio de um eficiente e acelerado processo de mediação.

2.1 A desigualdade no Brasil

Darcy Ribeiro (1922-1997), em seu livro *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (2015), tenta desvendar o que é o país e a origem da desigualdade. O autor descreve a tentativa forçada de planificação do Brasil em forma de nação pelos portugueses, tendo como ingredientes grupos heterogêneos e divergentes, com distintas matrizes raciais, culturais e religiosas, que posteriormente foram lidos como “novo povo” pelos pesquisadores, a partir de lentes europeias.

Segundo Ribeiro (2015), a união foi marcada pela violência e, conforme a definição do próprio autor, construiu um povo “renovo”, ou seja, da união do novo com o velho. No livro, ele afirma que os colonizadores acreditavam estar diante da criação de um novo tipo humano, construído com a chegada do europeu, cuja função era manter a ordem de uma estruturação societária que daria origem a uma etnia nacional. No entanto, explica Ribeiro (2015), a construção também carregava o velho que vinha dos exploradores lusitanos e das relações sociais já existentes no território entre os que aqui habitavam.

Para o autor, os portugueses buscavam uma fonte de exploração externa, que fosse capaz de auferir lucro para o mercado mundial às custas da população instalada no país, seja recrutada ou sequestrada, a partir de um modelo já utilizado em outros pontos do planeta – a escravidão. Porém, no Brasil, o modelo assumiu características distintas por conta de fatores diversos como os ambientais, que obrigavam as pessoas a se unirem para sobreviver, e os econômicos, uma vez que, para o resultado produtivo, criavam classes – escravo da plantação, o escravo doméstico e o mestiço capataz, por exemplo. As divisões sociais eram criadas conforme as

necessidades funcionais da produção e manutenção da elite, ora lusitana, ora constituída pelos nascidos no Brasil, desde que descendentes ou legitimados pelos invasores.

A união forçada conseguiu colocar todos sobre uma mesma língua, porém, sem afastar totalmente as diferenças e subculturas regionais. Mesmo considerando alguma tolerância ou venda sobre questões culturais, Ribeiro (2015) afirma que a elite atacava com repressão tudo que pudesse representar o separatismo e a não aceitação do que é imposto para manutenção da estrutura social. Conforme o autor, a tentativa de união não significava igualdade e mantinha o profundo distanciamento social entre uma estreitíssima camada privilegiada frente ao todo da população, sendo um espaço ampliado com o tempo ao ponto de criar barreiras, cuja transposição torna-se cada vez mais improvável.

Na avaliação do autor, a suposta unificação do Brasil foi impactada pela exposição da alteridade em poucos momentos, entre eles o das lutas seculares dos indígenas e dos negros contra a escravidão, bem como as manifestações em prol de um projeto próprio e alternativo de estruturação formulado por moradores de regiões específicas, como aqueles que resultaram nos conflitos de Cabanos, Canudos e Contestados, por exemplo.

2.2 O culturalismo

Jessé Souza (2019), no livro *A elite do atraso*, afirma que o trabalho de Ribeiro é extremamente rico do ponto de vista histórico e assertivo ao identificar que a escravidão é o alicerce da sociedade brasileira, que não foi superada, e que a verdadeira elite vai além da classe política. Entretanto, Souza afirma que a interpretação de Ribeiro carrega consigo paradigmas defendidos pelos estadunidenses e europeus de que o subdesenvolvimento de um país se justifica pela formação genética do seu povo.

Sendo assim, Ribeiro e Souza convergem na interpretação de que a elite é constituída por um grupo de superricos que se apropria da riqueza de todos, divide uma parte com a classe política e deixa o restante na miséria. No entanto, os autores divergem em alguns pontos sobre a interpretação da formação do Brasil. Apesar de ambos defenderem que ela se deu pela perspectiva racista, construída a partir de teóricos europeus, Souza (2019) aponta que Ribeiro também acabou seduzido pelo que veio depois, que nada tem de revolucionário, o culturalismo, teoria altamente difundida pelos estadunidenses no pós-guerra, como explicamos anteriormente.

No culturalismo, agrega-se o fator genético e cultural à construção de um povo, o que, na avaliação dos estadunidenses, justificaria por que eles são desenvolvidos (origem protestante, liberal e branca) e os demais, subdesenvolvidos (no caso do Brasil, negros

insolentes, portugueses corruptos e indígenas preguiçosos). Recriando, assim, com outras construções, as diretrizes das explicações fenotípicas (baseadas em cor da pele e outras características corporais) para justificar quem tem direito a usufruir das riquezas.

Quando os negros eram sequestrados no continente africano e trazidos para o Brasil para serem escravos, a justificativa para a ação era baseada na teoria dos fenótipos. O paradigma racista prevaleceu como ciência por muito tempo e, segundo Souza (2019), acabou substituído pela teoria da modernização, que usa como base o culturalismo e tem a proposta de identificar por que determinadas regiões são mais desenvolvidas, pelo ponto de vista econômico, do que outras.

No culturalismo, um povo é identificado conforme as heranças culturais. Marcia Anita Sprandel (2006) defende que, com o final da Segunda Guerra Mundial, a derrota da Alemanha e a condenação do nazismo pela opinião pública internacional, os pesquisadores brasileiros passaram a ter como desafio descobrir se a configuração racial do país daria condições a ele para ser, algum dia, chamado de nação. Dentro desses discursos, tentavam verificar se o país estava pronto para a modernidade, mesmo sendo constituído do que eles acreditavam ser uma desorganização.

A falta de uniformidade em relação à origem cultural, à diversidade etimológica da formação e à falta de organização política eram elementos de uma definição de Brasil conveniente para os estadunidenses e europeus, que com o fim da escravidão precisavam de conceitos moralmente mais aceitáveis para se posicionar como superiores e identificar os demais como inferiores e passíveis de exploração. Assim, construiu-se o conceito americano de sucesso baseado na formação de um povo de origem protestante, trabalhador, objetivo e liberal. Em contrapartida, o mesmo paradigma condenou os povos africanos e latinos, em particular os brasileiros, por conta do objeto desta pesquisa – a aporofobia –, ao fracasso, por serem formados pelo que se chamada de uma origem cultural de grupos estereotipados como preguiçosos, emotivos e corruptos.

O conceito se solidificou entre os intelectuais e depois foi repassado em processos comunicativos tão fortes a ponto de darem forma a crenças tradicionais de que a falta de desenvolvimento e a pobreza estão na formação do povo e não podem ser quebradas. Trata-se de uma estrutura que apenas dá uma cara nova para o mesmo racismo e dominação da época de colônia, gerando a naturalização e o fatalismo em torno da pobreza.

Cabe aqui citarmos duas análises importantes, uma de Souza (2019) e outra de Sprandel (2006). Para Souza, a ideologia culturalista serve para legitimar as espoliações que acontecem até hoje em relação às riquezas do país e ainda faz com que os próprios brasileiros sejam mantenedores dessa situação e reproduzam, em suas relações, o racismo. Para Sprandel, a

ideologia serviu para definir que os pobres eram o verdadeiro problema do país e justificar a situação deles ora na escravidão, ora na mestiçagem. Na opinião da autora, a mistura de clima, paisagem, bem como de portugueses, indígenas e africanos desafiavam qualquer modelo vigente e, por isso, era justificável o subdesenvolvimento.

2.3 Aporofobia estrutural

Dentro daquilo que apresentamos até aqui, uma pergunta fica evidente: se os pobres estão em maior número, por que nunca se rebelam? E a resposta está no enraizamento da ideologia culturalista em todos os grupos sociais, até mesmo entre os considerados indignos de ter e ser parte da elite construída ou destituídos da possibilidade de ascensão social. Souza (2019) argumenta que, no Brasil, o cidadão de classe média tem pelo pobre o mesmo sentimento de superioridade que o estadunidense ou europeu tem pelo brasileiro. É como se em diferentes proporções estivesse bem claro quem são os senhores e quem são os escravos – os subordinados e os obedientes.

O culturalismo racista se entranhou em todas as classes e até mesmo nos países reconhecidos como desenvolvidos, solidificando todo tipo de hierarquia, como dos estadunidenses frente aos negros, latinos e mais pobres daquele país. A reprodução sem consciência da teoria acaba por legitimar privilégios em diferentes degraus da pirâmide econômica. Assim, cada grupo pode justificar o que tem e rechaçar aquele que não tem, atribuindo os privilégios à conquista pessoal e descaracterizando todos os fatores coletivos e históricos que influenciaram no resultado, bem como as pessoas que foram deixadas para trás ao longo da trajetória.

2.4 Escravidão e as classes sociais

Conforme explica Jessé Souza (2019), a escravidão foi o alicerce da construção de todas as instituições brasileiras e, mesmo com seu encerramento formal, continua enraizada na estrutura do país. Ele argumenta que alguns pesquisadores tentam entender o Brasil e suas classes sociais a partir da origem dos povos que integraram a sociedade. Contudo, a cultura não é carregada no DNA das pessoas e, para o autor, mesmo que elas tenham nascido em outro país ou tenham ascendentes lá, a construção dos seres é guiada pelas instituições presentes no seu convívio, como família, escola, governo e comunidade. Então, considerando que os portugueses que vieram para o Brasil não viviam uma realidade de escravidão no país de origem e que vieram para cá com objetivo de garantir ganhos mercadológicos a partir do modo de produção

escravista, torna-se totalmente aplicável a teoria defendida por Jessé Souza (2019). Afinal de contas, todas as regras, condutas e normativas construídas aqui pela sociedade deveriam manter a produção e os escravizados nas condições em que estavam e serviam apenas para o território brasileiro.

Ainda com relação à escravidão e os objetivos dos colonizadores, o autor defende (Souza, 2019), utilizando-se da reconstituição histórica do período feita pelo sociólogo Gilberto Freyre, que era mais do que exclusivamente extrativista, pois estabelecia estratégias que garantissem o extrativismo, passando pela monocultura e a ocupação de grandes espaços vazios. No livro *A elite do atraso* (2019), o autor coloca Freyre no rol dos autores que foram seduzidos pelo culturalismo, contudo, reconhece a importância do trabalho de resgate histórico feito pelo intelectual, considerando que, após retirada das teorias, na opinião de Souza, as narrativas revelam a origem do Brasil de hoje.

O descarte da parte teórica do trabalho de Freyre por Souza (2019) foi motivado pelas críticas atribuídas ao autor de *Casa Grande e Senzala*, que teria optado por naturalizar a escravidão e defender uma condição denominada “democracia racial”, que nunca existiu. As construções teóricas dele baseavam-se em uma possível unidade nacional construída por uma miscigenação consensual, o que se constata como improvável por conta dos argumentos apresentados nesta pesquisa e da análise crítica do próprio livro *Casa Grande e Senzala*. Entretanto, essa discussão não cabe a este trabalho, mas precisa ser citada para entendermos o motivo de Souza frisar o uso histórico e não teórico do material.

Então, seguindo a construção de Souza (2019), devido às distâncias e aos grandes espaços vazios, o Brasil se desenvolveu diferentemente das outras colônias. Aqui, a escravidão não tinha apenas finalidade econômica, mas também era alicerce de uma sociedade patriarcal, na qual o senhor de terras não era apenas o dono do escravizado; ele tinha autoridade absoluta dentro de seus domínios. A atuação era sem limites e não havia nenhum tipo de resistência, material ou simbólica, para contê-lo, sendo considerado o soberano em uma área na qual não iria apenas coletar as riquezas, mas se estabelecer e ser responsável por uma mudança no modelo mercantil de se tratar as colônias. São origens não mais apenas extrativistas, mas agrícolas e focadas na monocultura, uma decisão que até hoje traz resquícios à política econômica do país, que tem as commodities agrícolas como principais produtos de exportação.

Como única voz em suas áreas e afastados de qualquer poder estatal, os senhores não pagavam dívidas, tendo se apropriado de terras que achavam atraentes e construíam, a partir de suas vontades, uma série de regras e medidas disciplinadoras que colocavam o sadismo como eixo de repressão. Foi um autoritarismo repassado por gerações e que se estabeleceu como regra de conduta social, definindo qual era a posição de cada um naquela sociedade.

Além disso, havia o favorecimento da poligamia e a condução dos filhos das uniões com negras e indígenas como parte integrante e vital da família patriarcal. Souza (2019) retrata que não havia mão de obra suficiente para cargos de confiança, como capatazes, por exemplo, e essas lacunas eram ocupadas pelos mestiços. Nesses postos, eles tinham a possibilidade de experimentar uma falsa e instável ascensão social.

Essas relações eram fortalecidas ainda pela possibilidade de o senhor incluir os nascidos a partir dessa “fusão” no testamento como filhos ilegítimos e até colocá-los no lugar dos legítimos, criando, assim, uma camada social que não estava no topo, porém servia de contenção para que os menos favorecidos não alcançassem quem realmente ditava as ordens. Esse grupo era detentor de alguns privilégios que atenuavam a violência em relação aos demais, mas não eram ilesos dela, como os brancos tidos como legítimos, e acabavam tendo a falsa sensação de possível ascensão, que não acontecia.

Ao adentrar na era urbana, a partir da chegada da família real, Souza (2019) argumenta que o país teve mudanças superficiais, que não atingiram de forma real a escravidão e o modelo patriarcal, porém tiraram dos senhores o poder de realizarem tudo conforme sua vontade. Esse poder foi limitado pela atuação do Estado e de novas categorias políticas e jurídicas que passaram a ser responsáveis pela elaboração de processos e condutas que deveriam ser seguidas.

Contudo, os donos de terra, como eram detentores do poder econômico, logo ampliaram suas atividades, avançaram em outros setores da economia, tomaram conta de espaços urbanos distintos e construíram palacetes, pequenas fortalezas que os protegiam dos indesejáveis. Além disso, parte dos que estavam entre os escravizados e senhores conseguiram se encaixar em funções urbanas administrativas e alguns trabalhos especializados.

Os demais seguiram ainda mais excluídos dos espaços e passaram a formar a ralé dos novos escravos, como define Souza (2019). Eles foram animalizados em um processo escravocrata e tiveram a autoestima saqueada. Chegaram na cidade e continuaram animalizados, destituídos da humanidade, dos interesses próprios e condenados à falta de perspectiva de futuro.

Souza (2019) lembra que, dentro desse processo, algumas cidades, como São Paulo, ainda passaram a abrigar imigrantes europeus, que não viam os trabalhos manuais abertos como algo inferior e tomaram esse espaço com sua branquitude, levando os negros e mestiços pobres vindos de um ambiente rural a uma concorrência desleal, na qual a estética prevaleceu.

Essas pessoas que formaram a chamada ralé, conforme aponta Souza (2019), acabaram tendo como parada os bolsões de miséria e as favelas. Elas não conseguiam se ajustar à modernidade e eram tratadas com intolerância pelo comportamento ditado como típico do inferior. As funções dadas à ralé continuavam seguindo a animalização proposta pela

escravidão. Eram atividades vinculadas apenas à força física. Enquanto as mulheres acabavam tendo como opção o trabalho doméstico, os homens seguiam nos serviços braçais, com remunerações baixas e sem oportunidade de qualquer aprendizado qualificador para além do servil.

No cenário em questão, Souza (2019) dá destaque à classe média brasileira, que vem compartilhar o capital de conhecimento, mas não o econômico. Ela passa a ter um poder de consumo controlado ao ponto de poder compartilhar alguns espaços com quem detém o poder econômico sem, no entanto, ser um dos detentores, porém, conquistando relações que irão lhe ajudar ao longo da vida. Socioculturalmente, esse grupo forma a família padrão, dá acesso aos filhos à educação e, assim, cria um grupo nascido com perspectiva de futuro. São pessoas que desenvolvem um modelo que justifica os privilégios que têm e ainda atribuem a culpa de não ter – ou de ter menos – aos que não conseguem sair das camadas mais pobres. Estes, muitas vezes, não conseguem pensar em perspectivas melhores porque nem mesmo suas necessidades básicas são atendidas, mantendo-se presos às referências culturais que fazem com que permaneçam em uma cadeia ideológica da classe a que pertencem e com essas amarras solidificadas pelo aparelho estatal.

Considerando o que foi apresentado, Souza (2019) ainda relata que dividir as classes por questão de ganhos é algo do liberalismo, mas que não se confere com a realidade. Ele cita como exemplo um trabalhador da indústria qualificada e um professor universitário. Mesmo que eles ganhem salários parecidos, não vão consumir as mesmas coisas, usar as mesmas roupas e estar juntos das mesmas pessoas, porque a classe social é mais do que dinheiro, sendo algo de raízes socioculturais.

Para o autor (Souza, 2019), a escravidão continuou presa às instituições brasileiras, mantendo o racismo estrutural, que condena todos aqueles que, por qualquer motivo, entre eles estéticos, acabaram sendo classificados entre os que não se encaixam. Por essa razão, podemos ver que a aporofobia surgiu nas raízes do território que foi nomeado de Brasil. A aversão ao pobre e o sentimento de superioridade de um ser humano em relação ao outro está impregnada nas relações desde as primeiras ocupações europeias.

Então, apesar de não haver nenhuma pesquisa que defina propriamente a aporofobia estrutural, neste trabalho vamos construir a delimitação do conceito a partir de uma analogia com o racismo estrutural, por conta de características comuns e até mesmo simbióticas, já que um alimenta o outro. Ambos estão em um espaço no qual a ideologia objetiva da classe hegemônica se enraíza na subjetividade individual de cada um.

Para projetarmos o conceito estrutural à aporofobia, usamos as contribuições do sociólogo e jornalista Clóvis Moura (1925-2003), a partir do livro *Dialética radical do Brasil*

negro (2014). Na publicação, o autor defende que a subalternização do negro se manteve permanente mesmo depois da abolição e se concretizou com a manutenção dos elementos racistas no cerne da sociedade e até mesmo das produções intelectuais, as quais, na maior parte das vezes, usam a visão europeia do culturalismo, ideologicamente apresentado como imparcial e científico, para propagar racismo. Sendo assim, Moura acredita que o racismo estrutural está no fato de o preconceito ser elemento fundante na sociedade brasileira, presente em espaços e discursos que visam manter a relação entre os considerados superiores e inferiores.

Lilia Moritz Schwarcz (2019)¹⁷ afirma que a escravidão não foi apenas um modelo econômico no Brasil. Ela moldou a condutas, definiu a desigualdade, marcou as diferenças fundamentais, ordenou etiqueta de mando e obediência, criou uma sociedade condicionada ao paternalismo e à hierarquia estrita. Conforme a autora, a tentativa de dizer que a escravidão foi branda é uma falácia porque dar uma pessoa com propriedade para outro não é benevolente, pré-determina trabalhos forçados, falta de livre arbítrio, vigilâncias e punições constantes. No Brasil, um escravo de campo vivia em média 25 anos e, no Estados Unidos, sob mesmo tipo de serviço, 35 anos. Já no caso das mulheres, eram estupradas e viviam sob o desmando dos senhores enquanto acumulavam trabalhos domésticos, entre outros, com uma construção que persiste até hoje: a cultura do estupro.

Em seu livro, Schwarcz (2019) afirma que os negros não foram passivos no processo. Revoltavam-se, aquilombavam-se, suicidavam-se e tentavam negociar sua condição. Porém, em contrapartida, os senhores ampliaram os castigos como a repressão, e também buscaram informações sobre a política abolicionista ao longo do mundo, principalmente na América Espanhola, para tomar atitudes que evitassem ao máximo que chegasse ao Brasil. Dessa maneira, usaram a política conservadora do país para adiar a liberdade dos escravizados. Uma das estratégias aplicadas foi a fragmentação do processo. Primeiro se deu a “libertação” das crianças, com a Lei do Ventre Livre, que não foi de grande valia, uma vez que os bebês não podiam ir para lugar nenhum sem as mães e continuavam submetidos ao ambiente do senhor. Depois foi a vez dos idosos, pela Lei dos Sexagenários, que dava liberdade aos poucos que conseguiam chegar à velhice e, naquela situação, eram descartados pelos donos porque não rendiam no trabalho pesado.

Quando a abolição chegou, os senhores esperavam ser indenizados pelo governo, o que não aconteceu. Contudo, também não foi dado aos libertos nenhum tipo de integração ou preparo para se inserir na sociedade, uma reparação que até hoje não foi feita e tem resultados

¹⁷ Lilia Moritz Schwarcz é professora do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), professora visitante na Universidade de Princeton, Estados Unidos e vencedora do Prêmio Jabuti duas vezes.

nas estatísticas atuais do país quando analisadas a partir de marcadores sociais¹⁸. Os dados, analisados a partir da relação entre gênero e raça, demonstram que o racismo continua a condenar os negros, principalmente as mulheres, ao amargor da vulnerabilidade social. As mulheres são evidenciadas pela autora (Schwarcz, 2019) porque os números apresentados indicam que a violência impede que muitos homens cheguem à idade adulta, fruto de um machismo que os expõe a situações perigosas.

A segunda edição do estudo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2022)*, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em novembro de 2022, ilustra a situação apresentada no parágrafo anterior. Conforme os dados, referentes ao ano de 2021, o rendimento médio de uma pessoa ocupada branca no país é de R\$ 3.099, enquanto de uma negra é R\$ 1.764 e de uma parda, R\$ 1.814. Os números mostram que o rendimento médio de uma pessoa negra corresponde a 56,9% do total de uma pessoa branca. No que diz respeito à relação entre pessoas pardas e brancas, a porcentagem aumenta, na medida em que os rendimentos de uma pessoa parda correspondem a 58,6% do salário de uma pessoa branca. Quando o confronto de rendimentos é entre pretos e pardos, o percentual se aproxima, uma vez que o salário de uma pessoa negra corresponde a 97,3% do rendimento de uma pessoa parda. Os dados mostram uma relação direta do colorismo no rendimento financeiro dos brasileiros, uma vez que os salários começam a subir a partir de um processo de branqueamento da pele. Quanto mais escura a pele, menores são as oportunidades de ocupações devidamente registradas e os ganhos, o que comprova uma realidade de fundamentos escravistas, na qual a possibilidade de ascensão social é retirada dos negros que ficam presos, em sua maioria, à condição de subalternidade, estabelecida desde os primórdios da sociedade brasileira. Um olhar que se estenda aos pardos mostra um acesso controlado, porque ao mesmo tempo em que apresentam ganhos acima dos negros, nem de longe se aproximam dos brancos, o que fundamenta uma segmentação social na qual as classes se comportam de forma semelhante a uma paleta de cores.

Usando o mesmo estudo, é possível estabelecermos a relação entre cor e gênero. Enquanto um homem branco ocupado ganha em média R\$ 3.435, o homem negro ganha R\$ 1.897 e o homem pardo, R\$ 1.973. Já no caso das mulheres, a branca tem rendimento médio de R\$ 2.653, a negra, de R\$ 1.570 e a parda, de R\$ 1.566. A partir dos números apresentados, é possível definirmos que o rendimento médio de um homem negro equivale a 55,2% do homem branco e o rendimento de um homem pardo é 57,4% de um homem branco. No que se refere às

¹⁸ Marcadores sociais são categorias classificatórias compreendidas como construções sociais, locais, históricas e culturais, que tanto pertencem à ordem das representações sociais – gênero interseccionado com raça, por exemplo –, quanto exercem influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e hierarquias sociais.

mulheres, o percentual mostra que uma mulher negra tem o rendimento equivalente a 59,2% do rendimento de uma mulher branca e a mulher parda tem 59% em relação à mulher branca.

Um dado que não aparece nas estatísticas, mas que trata da confluência entre raça e gênero, é a relação do homem branco (R\$ 3.435) e da mulher negra (R\$ 1.570). A comparação entre os dois mostra que o rendimento médio de uma mulher negra é menos que a metade do rendimento médio de um homem branco. Em uma porcentagem exata, estamos falando que o rendimento da mulher negra equivale a 45,7 % do rendimento do homem branco. Significa dizer que o salário médio do homem branco é 119% maior que o de uma mulher negra.

Dessa forma, fica demonstrada numericamente a presença decisiva da escravidão e do patriarcado – cor da pele e gênero – como elementos fundantes na divisão de classes sociais do país. As estatísticas comprovam que a divisão das riquezas no Brasil seguiu os paradigmas escravistas, tendo em vista a falta de uma reparação ou de um processo de adaptação dos antes cativos e seus descendentes. Sendo assim, mesmo com o fim da escravidão, foram destinados aos locais periféricos e às atividades braçais e menos remuneradas no caso dos homens e às atividades domésticas no caso das mulheres. Essa conjuntura mostra as condições sociais e econômicas limitantes fixadas para esse grupo.

Figura 4 – Rendimentos dos brasileiros e a relação dos valores com raça e gênero

Tabela 2.6 - Rendimento médio habitual do trabalho principal e razões de rendimentos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo sexo e as Grandes Regiões - Brasil - 2021

Sexo e Grandes Regiões	Rendimento médio habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade (R\$)					Razões de rendimentos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade (%)			
	Total	Cor ou raça				Razão preta / branca (B/A)	Razão parda / branca (C/A)	Razão preta / parda (B/C)	Razão preta ou parda / branca (D/A)
		Branca (A)	Preta (B)	Parda (C)	Preta ou parda (D)				
Homens									
Brasil	2 622	3 435	1 897	1 973	1 959	55,2	57,4	96,1	57,0
Norte	1 887	2 684	1 663	1 715	1 709	62,0	63,9	97,0	63,7
Nordeste	1 736	2 337	1 461	1 566	1 547	62,5	67,0	93,3	66,2
Sudeste	3 047	3 835	2 122	2 216	2 196	55,3	57,8	95,8	57,3
Sul	2 953	3 223	2 102	2 141	2 134	65,2	66,4	98,2	66,2
Centro-Oeste	2 917	3 697	2 353	2 545	2 514	63,6	68,8	92,5	68,0
Mulheres									
Brasil	2 095	2 653	1 570	1 566	1 567	59,2	59,0	100,3	59,1
Norte	1 684	2 178	1 444	1 558	1 548	66,3	71,6	92,6	71,1
Nordeste	1 510	2 081	1 288	1 313	1 309	61,9	63,1	98,1	62,9
Sudeste	2 346	2 944	1 653	1 631	1 637	56,2	55,4	101,3	55,6
Sul	2 178	2 311	1 787	1 669	1 694	77,3	72,2	107,1	73,3
Centro-Oeste	2 302	2 913	1 885	1 952	1 943	64,7	67,0	96,5	66,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas).

Notas:

Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Valores deflacionados para reais médios de 2021.

Fonte: IBGE (2022).

Além dos salários mais baixos, que impedem a saída da situação de vulnerabilidade, a violência não só ronda o grupo em questão como o ataca de forma crescente. Conforme o Anuário Brasileiro da Segurança Pública (2023), a violência contra a mulher aumentou. Os estupros, dos quais 88,7% das vítimas são mulheres, cresceu 8,2% em 2022 se comparados a 2021; a violência doméstica aumentou 2,9%; as ameaças, 7,5%; os chamados via telefone (para o 190), 8,7%; e a concessão de medidas protetivas, 13,7%.

Com relação aos jovens negros, cabe aqui citarmos outro dado da mesma publicação. Segundo os números, 76,9% das vítimas de mortes violentas e intencionais no Brasil são negras e 50,2% dos registros são de pessoas entre 12 e 29 anos. Outro número relevante é que 91,4% das vítimas são homens, o que mostra o homem negro sendo constantemente levado a uma morte prematura.

A racialização e o gênero não são apenas limitantes em relação às oportunidades de mercado e ganhos, mas também à perspectiva de futuro, tendo em vista que a nossa construção societária faz uma seleção cruel de quem deve viver e morrer, bem como a que condições de sobrevivência essas pessoas devem estar submetidas.

2.5 Sem processo civilizatório

Se praticamente todo o mundo que conhecemos vive sob o guarda-chuva do capitalismo, por que alguns países têm a desigualdade mais acirrada que outros? O que faz um país capitalista, mesmo tendo a desigualdade presente, oferecer situações menos rígidas de estratificação social? Essas são perguntas que veem a cabeça das pessoas que começam a refletir sobre os países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. E uma das respostas, segundo dois economistas brasileiros – Márcio Pochmann e Tânia Bacelar –, está nas fases civilizatórias do capitalismo, que foram atravessadas pelo Japão, Coreia, Itália, entre outros países, mas que não chegaram ao Brasil.

Pochmann aborda o assunto no artigo “O país dos desiguais” (2007). No texto, o economista argumenta que, no Brasil, a porcentagem de pessoas em cada classe social se mantém estável ao longo dos anos, passando pelas fases de industrialização e, agora, avançando pela fase de financeirização. Esse é um cenário que não se repetiu em outros países por conta de um processo denominado reforma civilizatória do capitalismo, que em alguns lugares foi realizado via revolução ou reformas – agrária, tributária e social – e teve como resultado a desconcentração, mesmo que parcial, da renda, gerando a maior possibilidade de mobilidade entre as classes. Como exemplo de revoluções, o autor cita a Burguesa, que tirou o poder da aristocracia na Europa da mesma forma que a Revolução Socialista tirou o poder da aristocracia na Rússia, país que na Segunda Guerra Mundial, quando ainda era conhecida como União Soviética, detinha um terço do território global. Outras medidas que acompanharam essas revoluções foram as reformas políticas (com a participação variada no parlamento), a reforma agrária (divisão de terras), tributária (os ricos pagam mais impostos) e social (saúde, educação, habitação e assistência para a classe trabalhadora).

No Brasil, todas as tentativas de aplicação do processo civilizatório falharam e os avanços concretizados minimizaram a sangria da classe dominante, mas não reduziram seu poder e ganhos. Começando pelo voto, que teve maior abrangência em 1930 – com o voto secreto e o feminino –, o que foi revogado por conta das duas ditaduras enfrentadas pelo país, a do Estado Novo (1937-1945) e a militar (1964-1985). Paralelo a isso, temos o afastamento dos negros do processo eleitoral, tendo em vista que a abolição da escravidão foi em 1888 e até 1985 apenas os alfabetizados podiam votar. Então, cabe aqui a seguinte pergunta: quem compunha a maior parte dos não alfabetizados no período?

A resposta foi apresentada no começo deste capítulo: os negros. Afinal, depois da abolição, foram lançados nos bolsões de pobreza e sem nenhum tipo de projeto de inserção

social. Aos que podiam ir à escola, por conta da escassez de uniformes, sapatos e até devido à situação financeira familiar a abandonavam ou eram abandonados por ela. Trata-se de uma situação que se repete até hoje quando são avaliados os diferentes formatos de educação aplicados para as diferentes classes sociais.

A questão agrária é outro ponto que pouco avançou. As concentrações de terra permanecem no mesmo grau da reivindicação. Ela entra no mesmo bolo da reforma tributária e da reforma social, que, na avaliação de Pochmann (2007), não aconteceu por conta de uma política conservadora e reacionária, que impede a desconcentração de riquezas e o avanço de políticas públicas. Essa situação é possível de ser percebida pelas críticas à taxaço das grandes fortunas, o apoio à perda de direitos trabalhistas e críticas às políticas de acesso a universidades e cargos públicos, como é o caso das cotas.

A condição de falta de partilha das riquezas, na opinião da economista Tânia Bacelar, faz do Brasil economicamente moderno e socialmente frágil. Em seu artigo “A máquina da desigualdade” (2007), ela argumenta que o país é uma máquina de produção e reprodução da desigualdade porque a população não tem acesso aos meios de produção e nem se beneficia dos resultados. A autora argumenta que a terra está tão concentrada quanto a atividade industrial e os meios de comunicação. E, levando em consideração o potencial agroindustrial do país, fica evidente a ideia de continuidade da desigualdade proposta no texto. Segundo a economista, todo modelo de produção do Brasil é feito para atender à elite, um pouco da classe média e ao exterior. Bacelar (2007) considera que, nos últimos anos, houve uma pequena melhoria da monetarização do pobre, o que deu a ele um maior acesso ao mercado varejista, mas não passou disso. Mesmo com todas as mudanças na forma de gerir o Estado, não houve desconcentração de renda. Para Bacelar, as mudanças no Brasil sempre aconteceram em uma vertente aquém do resto do mundo. Enquanto o nosso país era desenvolvimentista – focado na expansão das atividades produtivas –, outros países viviam o bem-estar social com investimentos em saúde, educação e saneamento. E até mesmo fazendo a comparação com outros em desenvolvimento, o Brasil seguia caminhos distintos, já que o Japão adotou um modelo de desconcentração de renda pela educação e a Coreia pela reforma agrária.

2.6 Vivendo no sistema de castas

O livro da jornalista estadunidense Isabel Wilkerson é um caminho para entendermos o que acontece no Brasil com relação à desigualdade e falta de mobilidade social. Em *Castas: as origens de nosso mal-estar* (2021), ela faz uma análise da sociedade dos Estados Unidos a partir da escravidão e muito do que é apresentado tem total aderência à realidade brasileira. A autora

aponta que a sociedade foi formada a partir do ideal escravocrata que criou castas como uma forma de dar continuidade à escravidão. Esse fato, na opinião dela, o poder hegemônico pode não admitir, mas seus reflexos vão sempre incomodar e trazer desconforto à classe dominante que tenta invisibilizá-lo.

Em alguns casos, o desconforto vem como um furacão, como foi a morte de George Floyd, em 2020, que deu origem a manifestações em todo o mundo e ao movimento Vidas Negras Importam (Caratchuk; Agências, 2021). Floyd foi morto por um policial em Minneapolis, Minnesota (EUA), durante uma abordagem. O homicida usou os joelhos para pressionar o pescoço da vítima enquanto ela dizia suas últimas palavras: “eu não posso respirar”, que virou o *slogan* das manifestações antirracistas pelo mundo. Floyd era um homem preto e pobre, cuja aparência física o transformou em “algo” a ser criminalizado, animalizado e destituído de valor. Esse tipo de situação não é novidade na periferia das cidades, porém, dessa vez foi gravada, compartilhada pelas mídias e ganhou repercussão internacional.

Voltando à teoria das castas proposta por Wilkerson (2021), notamos como o caso de Floyd é tomado de consequências desse processo, que começou com violência física – o sequestro de africanos para a escravidão – e simbólica, a partir do estabelecimento de muros invisíveis entre nós e eles. As castas, explica a jornalista, são divisões criadas a partir de uma arquitetura social definidora de hierarquias. Como na Índia, onde o sistema é mais transparente, essas separações em grupos estabelecem uma graduação entre a supremacia e a inferioridade ou uma linha de valorização do ser humano baseada em critérios arbitrários, rígidos, como a ancestralidade e até mesmo traços estéticos.

Essas divisões muitas vezes definem as pessoas que têm o direito de viver ou morrer e sob que circunstâncias, como aconteceu na Alemanha nazista, quando as castas estabeleceram as categorias humanas que deveriam ser inferiorizadas e perder o direito à existência. Essa hierarquização foi legitimada pelo Estado, com regras que tiraram dos que não eram considerados parte da nação o direito de serem tratados como seres humanos. Foi uma situação na qual o poder político tirou do universo simbólico a exclusão e a concretizou. A mesma legitimação acontece na Índia, quando são definidas quais castas podem ocupar determinadas posições e ambientes. Também esteve em voga nos Estados Unidos e no Brasil quando se admitiu a escravidão e, utilizando-se da força da lei, criaram-se barreiras para que as divisões nunca fossem verdadeiramente transpostas.

Imaginem a incoerência em determinar o que a pessoa é pela aparência. Foi isso que aconteceu tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Essa forma cultural de se pensar e agir é propagada por gerações; a adaptação de pessoas de fora é condicionada à reprodução dessa cultura. Wilkerson (2021) afirma que esse cenário pode ser percebido com o processo de

imigração de europeus. Muitos deles não vieram de um contexto racista, mas logo perceberam que integrar o grupo dos brancos representava estar entre as elites, fator que poderia conceder a eles favores e oportunidades. Já nas gerações posteriores dos oprimidos cria-se um sentimento de fatalismo, do “é assim mesmo”, e também de uma aceitação da animalização ao ponto de se verem como merecedores dos castigos e de todo tipo de violência. Assim, configura-se uma padronização do preconceito como cerne da forma de viver das gerações. E quando esse modelo é atacado, ele cria suas próprias defesas para estancar qualquer lesão, mantendo as castas.

3 APOROFOBIA E SEUS SIGNIFICADOS

Desde seu nascimento, a palavra “aporofobia” passou por uma trajetória comunicacional que a encaixou em uma série de significações e sentidos que foram sendo ampliados conforme sua aplicação e uso pelas pessoas em diferentes ambientes e circunstâncias. Neste capítulo, vamos resgatar o caminho linguístico traçado pelo termo, começando antes mesmo do seu nascimento. Vamos abordar o processo e a importância da criação da palavra, bem como as caixinhas de significado em que ela se inseriu e as que ainda podem ser acessadas de maneira acelerada por meio da midiaticização, tendo em vista que o termo está presente oficialmente no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp)¹⁹ desde 2021 e, a cada dia, aumenta a participação nos diálogos cotidianos do brasileiro.

Antes de tratarmos da palavra “aporofobia” é preciso que resgatemos a importância de se nomear, tendo em vista que esse ato é o início da trajetória comunicacional do termo. No começo do livro *Aporofobia, o rechaço ao pobre: um desafio para a democracia* (2020), Adela Cortina entra nesse campo e apresenta dois tipos de nomenclatura: a de elementos do mundo material, aquilo que vemos e tocamos; e dos elementos intangíveis, como sentimentos e abstrações, que são necessários ao processo de transmissão de ideias por meio da comunicação.

Sendo assim, não há como se pensar no processo de nomenclatura como sendo o começo, mas como uma das etapas da construção do signo. No caso da aporofobia, a aversão ao pobre está presente em toda existência humana, contudo, não havia em qualquer dicionário uma palavra que a descrevesse e sintetizasse esse complexo sentimento na forma de um termo específico, que posteriormente ganharia mais dinâmica nos processos comunicacionais. Segundo a autora, a criação da palavra foi importante porque ampliou a percepção e reflexão sobre o problema (Cortina, 2020). Na avaliação dela, a palavra, pronunciada de uma só vez, não exige muitas explicações complementares e passa a integrar com mais facilidade e materialidade simbólica as trocas comunicativas.

Dentro desse contexto, torna-se pertinente trazermos para a construção do caminho midiático da aporofobia o sociólogo estadunidense Anselm. L. Strauss (1916-1996). Ele fala sobre a importância da palavra no primeiro capítulo do ensaio nomeado *Espelhos e máscaras* (1999), em que aborda a questão da linguagem e da identidade. O autor defende que o nome revela muito, tanto sobre a pessoa que o atribuiu como sobre a pessoa, objeto ou sentimento que o recebeu. Para Strauss (1999), todo nome é um recipiente e nele são vertidas as avaliações conscientes ou involuntárias de quem nomeia. Em seguida, depois de construída, a composição

¹⁹ As palavras inseridas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) podem ser acessadas pelo site: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/vocabulario-ortografico>.

de letras e sons passa a ser compartilhada, repetida e entra efetivamente no circuito comunicacional.

Além de criar um código linguístico, a pessoa que nomeia inclui aquele objeto em uma classificação e, com o tempo e uso, ele pode se encaixar em várias outras classificações. No texto, Strauss (1999) trabalha com a palavra “laranja”, que pode ter várias interpretações tangíveis e não tangíveis e estar inserida em várias classificações como: cor, fruta, alimento, vegetal etc. E mesmo que inúmeras classificações apareçam, elas nunca serão findadas, porque uma vez inserida no processo comunicativo, a nomeação absorve a característica infinita do ser humano de criar.

Fazendo uma apropriação da lógica do exemplo de Strauss (1999) e aplicando-a à palavra “aporofobia”, observamos que a pesquisa realizada nos sites de notícias nos mostrou algumas das classificações ou caixinhas que a palavra assumiu em sua curta existência. Nesse processo de abstração, pode ser classificada como sentimento, preconceito, violência, exclusão, invisibilidade, barreiras arquitetônicas e muitas outras opções, que ainda podem formar uma lista inumerável, por conta das condições ilimitadas de interpretação em processos comunicacionais, que também são infinitos e ininterruptos.

Assim, seguindo a proposta de Strauss (1999), depois de codificado e inserido no grupo, o objeto passa a ser afetado pelo aspecto da temporalidade. Ele gera um sentimento de futuro, enquanto sai de uma lembrança do passado. Aplicando a teoria ao dia a dia do objeto de estudo, podemos observar que as pessoas que tiveram contato e foram impactados pelo termo criado por Cortina (2020) fazem o resgate automático dele ao verem, por exemplo, espetos de metal embaixo de viadutos (arquitetura hostil), protestos contra a legalização de imigrantes (aporofobia estrutural) e agressões físicas (violência) a pessoas vindas de outros países ou em condições financeiras vulneráveis.

Esse processo de interpretação flutua na linha do tempo e busca no repositório de signos individual e coletivo o entendimento do passado recente a partir de experiências anteriores a ele, associando essa compreensão às experiências vividas naquele momento, tentando, assim, antecipar os fatos futuros para se posicionar ou se precaver de situações. Essa relação de vai e vem não é compatível com a cronologia linear de tempo a partir da visão cartesiana.

3.1 Aporofobia e midiaticização

A criadora da expressão “aporofobia”, Adela Cortina (2020), propõe que a mídia tem um papel importante na divulgação e negociação do termo e de uma possível solução para o problema que ele representa, que, segundo a autora, seria uma hospitalidade cosmopolita, com

a universalidade real dos direitos fundamentais, entre eles o da vida e do acolhimento. Em sua participação na plataforma midiática YouTube, durante o evento TED Talking, Aporofobia, el miedo a las personas pobres, de 2018, ela afirma que a palavra só terá seu potencial de mudança social alcançado a partir da midiaticização.

Contudo, levando em consideração o que defende Eliseo Verón no artigo “Teoria da midiaticização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências” (2014), a aporofobia já estava em ambiente midiático muito antes do termo ser materializado em uma palavra. Verón descreve que a midiaticização é uma consequência do processo de exteriorização dos processos mentais e acontece muito antes das ferramentas tecnológicas e até mesmo da existência da linguagem escrita. O processo, segundo ele, nasce junto com a capacidade semiótica do ser humano de criar, reconhecer, compartilhar e reconstruir signos, o que ele chama de semiose.

Retomando o relato feito por Cortina (2020), as reflexões que precederam a palavra vieram a partir do tratamento dado aos imigrantes refugiados no seu país, a Espanha. Porém, ao buscar referências sobre a origem do sentimento de rechaço aos pobres, a autora percebeu que ele existe desde as primeiras relações comunitárias do ser humano. Trata-se de um processo que se encaixa perfeitamente no que diz Strauss (1999) e Verón (2014) sobre os temas nomeação e midiaticização, respectivamente. Em ambos os casos, o processo se iniciou muito antes da criação da palavra e do avanço das tecnologias de informação.

Provavelmente, Adela Cortina (2020) usou a internet como ferramenta na hora de pesquisar sobre o contexto do sentimento, bem como sobre períodos históricos em que se pode identificar a acentuada presença de aporofobia. Uma pesquisa que pode ter ocupado meses e até anos, porém teve seu tempo de realização acelerado por conta das tecnologias hoje disponíveis. E é nesse ponto que Verón questiona as análises atuais sobre a midiaticização. O autor (Verón, 2014) defende que muitos tratam os meios tecnológicos com a própria midiaticização, no entanto, ele acredita que as ferramentas aceleram o processo temporal e ampliam a quantidade de pessoas atingidas. Contudo, a midiaticização continuaria acontecendo mesmo sem os aparatos tecnológicos, talvez de outra forma e em outra velocidade.

Segundo a análise de Verón (2014), a midiaticização é o processo de exteriorizar processos mentais por meio de dispositivos materiais, que criam e recriam os signos, fazendo com que eles se mantenham presentes na rotina de grupos, possam ser expandidos e ressignificados mesmo quando distantes do contexto original de criação. O impacto e a importância que o signo trará na sociedade está relacionado com o espaço físico que ele irá percorrer e o tempo em que irá se manter em movimento nas partilhas comunicacionais.

Verón (2014) cita como exemplo a ponta de uma flecha encontrada por um grupo – antes da existência da escrita. O objeto faz com que dispositivos mentais sejam acionados sobre os fazeres da flecha, realizados no passado, e as possibilidades dela no futuro, a caça, bem como a finalidade, a alimentação. Trata-se de uma viagem tempo-espacial a partir de um objeto. Como a flecha, existiram outros objetos ao longo dos tempos, como os que emitiam sons, utensílios e outras peças, até a chegada da linguagem e da escrita. Esse processo de partilha, segundo ele, seguiu um ritmo que passava despercebido até que as tecnologias, como prensa, rádio, foto, TV e internet, foram sendo absorvidas e se desenvolveram, sendo recriadas e abrindo a possibilidade de novas ferramentas aparecerem em função da mídiatização e para a mídiatização.

O compartilhamento tornou-se cada vez mais rápido em relação à velocidade e ao volume de pessoas atingidas com o uso das tecnologias midiáticas e trouxe consigo um novo fenômeno, o quase rápido distanciamento do contexto original. Trata-se de uma relação espacial que traz aos grupos sociais uma nova oportunidade ou estratégia de sobrevivência: ressignificar o conteúdo em busca da legitimação ou gerar interpretações conforme os interesses políticos e econômicos. Assim, ao analisarmos o objeto de estudo desta pesquisa a partir da perspectiva de Verón, é possível interpretarmos que o sentimento de rechaço aos pobres foi identificado a partir de uma observação presencial – os imigrantes na Europa – e à distância – situação dos pobres em outros locais do mundo –, via tecnologias da informação, na qual foi identificado o percurso histórico do sentimento, bem como os sentidos criados em diferentes grupos e períodos históricos. Dentro do contexto, também podemos analisar os interesses atendidos dentro do processo e nos questionarmos: quais grupos se beneficiaram e se beneficiam com a subalternização do outro na ocasião analisada?

Como a flecha, usada por Verón (2014) como exemplo, o resultado das pesquisas fez Cortina (2020) se transportar no tempo e espaço, identificando quando aquele grupo (imigrantes) era bem visto pelos europeus e quando passou a ser rechaçado. No começo da investigação social, ela tinha como parâmetro a xenofobia, porém, o objeto de pesquisa (aversão ao pobre) passou a ser visto em outras fobias, espaços geográficos e momentos históricos, ao ponto de exigir uma representação simbólica própria, um novo signo criado a partir de outros signos, o que Verón (2014) definiu como semiose e Cortina (2020) materializou na representação simbólica da linguagem como “aporofobia”.

Entre a criação do termo, no final dos anos 1990, e a publicação dele como palavra do ano pela Fundação Espanhola Urgente foram mais de vinte anos. Segundo a própria autora (Cortina, 2018), isso aconteceu por conta do potencial de mudança social e reflexão que a palavra pode gerar. O título recebido pela palavra, explica Cortina, não pode ser avaliado

distante do contexto de sua criação, que era o aumento de imigrantes por conta de guerras, questões políticas e tragédias ambientais na Europa. Eles buscavam no velho continente uma oportunidade de sobrevivência, sendo um público que vive em vulnerabilidade extrema e é alvo de todo tipo de violência, entre elas a invisibilidade e o sentimento de repúdio que até então eram inominados.

Sendo assim, após criado, o termo, trafegando via tecnologias e plataformizações²⁰, em uma dinâmica veloz, transpôs fronteiras e ganhou novos espaços nos quais se encaixou, apesar de estar distante fisicamente do contexto originário. Em um desencadeamento processual, o termo acessou outros ambientes e foi etimologicamente absorvido. E, numa continuidade da midiatização, a aporofobia foi incorporada em outras caixinhas como das políticas públicas, das lutas de grupos diferentes dos hegemônicos, na rotina das cidades, entrando em um processo interminável de apropriação, significação e ressignificação dentro da midiatização.

A palavra “aporofobia” já nasceu em um mundo tecnológico que permite processos de midiatização em larga escala. Eles estão por todos os cantos ao mesmo tempo que se inter-relacionam em um espaço que, além de ser meio, é parte, e também vive e se retroalimenta dessas relações. Compreendendo a complexidade da midiatização, o autor Stig Hjarvard (2014) traz para a discussão a relação entre a mídia e as instituições e como os temas acabam passando por uma cadeia de formação interseccional, envolvendo grupos de alguma forma organizados.

Para Hjarvard (2014), a mídia é coprodutora de nossas representações mentais, ações e relacionamento com outras pessoas, estando assim presente e participante nas instituições das quais nos vinculamos, sejam elas de qualquer nível – social ou cultural –, da família ao trabalho, da igreja ao entretenimento. Assim, da mesma forma que as relações cotidianas absorveram de algum modo a tecnologia, elas também passaram a ter seu desenvolvimento atrelado às lógicas construídas nesse processo relacional.

A informação que cai na rede acaba absorvida de forma diferente por aqueles que estão no primeiro grupo que, de algum modo, pode ou não reverberar em outras instituições, trazendo consigo todas as representações individuais e coletivas formadas durante a vida. Ali, enquanto há a intersecção entre as instituições, há também a semiose, que é o poder de se apropriar do signo e até mesmo de gerar novas significações.

Além do conceito semioantropológico de Verón (2014) e institucional de Hjarvard (2014), cabe ainda apresentarmos o entendimento do processo de midiatização a partir da abordagem socioconstrutivista de Hepp e Hasebrink (2015). Conforme apontam os autores, a

²⁰ O termo “plataformização” foi criado a partir dos estudos de plataformas dos pesquisadores holandeses Thomas Poell, David Nieborg e José Van Dijck (2020). Significa a introdução de plataformas digitais na mudança ou permanência de aspectos sociais e culturais dos seres humanos.

mediatização é construída por múltiplos processos de interação comunicativa envolvidas em mídia. Sendo assim, usar as relações da humanidade e sentidos, como propõe Verón (2014), não seria suficiente para entendermos a mediatização, porque ela tem como fator determinante as construções sociais, os conflitos e as interações realizados ao longo do período. Assim, dá-se à mídia o papel de integrante em um processo no qual são incluídos vários outros processos comunicativos e tecnologias, mas que tem como determinante as relações sociais. A análise tem que partir da concepção de que a mediatização atravessa diversos territórios, que são constituídos por mundos diversos que interagem de alguma forma entre si, formando uma teia complexa de ligações. Então, é possível construir investigações em níveis distintos e entrelaces delimitantes, mas não limitantes, por conta das ilimitadas interligações.

Sendo assim, ao entregar a palavra “aporofobia” à mediatização, Adela Cortina (2020) a inseriu em ambiente com diversos conceitos de observação, reflexão e categorizações. Como nesta pesquisa nosso objetivo está relacionado com a trajetória de sentidos da palavra, o conceito de Verón (2014) se mostra mais pertinente. Ele pode convergir com parte da visão institucional de Hjarvard (2014) quando interpreta a apropriação do sentido por instituições conforme os interesses de um grupo e, dentro de uma limitação, também contempla a teoria socioconstrutivista de Hepp e Hasebrink (2015), ao trabalhar a construção dos sentidos como algo humano, elaborado em interações sociais e essenciais para a mediatização.

No que diz respeito às mídias e plataformas, apesar do corpus da pesquisa ser retirado da internet, entendemos que as interpretações são construídas para além desse espaço, colocando a ferramenta tecnológica como parte do processo. Nesse caso, não consideramos a ausência da mediatização em um cenário imaginário de inexistência da internet e nem a existência apenas por conta do advento das mídias, ponto que converge com as teorias de Verón (2014) e Hepp e Hasebrink (2015), porém diverge da de Hjarvard (2014).

3.2 Aporofobia e a mídia

Até aqui, citamos neste trabalho a participação da mídia como ferramenta para disseminação de ideologias culturalistas racistas e de teorias acadêmicas que ajudaram a solidificar preconceitos. Dentro dessa perspectiva, apresentamos um resgate histórico da desigualdade social desde o Brasil Colônia e as primeiras relações comerciais e sociais após a chegada dos portugueses, todas alicerçadas na escravidão. Neste subcapítulo, passaremos para a construção da participação da mídia na elaboração dos estereótipos que favorecem a manutenção e até ampliação das desigualdades. Nessa etapa, o primeiro passo é entendermos o que é estereótipo, artifício que ganha força no espaço midiático conforme a ampliação do acesso

à tecnologia pela população em geral, e como ele é uma arma importante para o fortalecimento dos que já detêm o poder.

O sociólogo jamaicano que atuou fortemente no Reino Unido, Stuart Hall (2016), trabalha o tema da estereotipagem e inicia o debate diferenciando o que é tipo, uma classificação essencial para a construção dos sentidos pelo homem, e estereotipagem. No primeiro caso, ele usa os conceitos dos autores Richard Dyer e Alfred Schutz (apud Hall, 2016). Ambos defendem que a tipificação é algo essencial para se identificar signos e construir significados. Ela pode ser a característica física dos objetos – como plano, circular ou áspero – e até mesmo referente a características humanas – como alto, baixo, mulher e homem. Também pode estar relacionada à construção das personalidades – como simpática, feliz, triste e deprimida. São todos elementos aparentemente simples e que ajudam as pessoas na construção do reconhecimento e posterior significado, como se fossem valores iniciais ou pontos de partida para interpretação de algo desconhecido.

Já a estereotipagem, explica Hall (2016), é a exaltação de características simples de uma pessoa ou grupo, que são postas de forma exagerada até que consigam reduzir as interpretações daquela pessoa ou grupo a partir da característica evidenciada. Segundo o autor, em uma primeira fase, a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença. Na segunda, ela constrói um muro entre o aceitável e não aceitável, o bonito e o feio, o educado e o grotesco. Assim, pode encaixar o que foi estereotipado em várias repartições, criando uma barreira simbólica entre o bem e o mal, ou seja, quem está dentro (insider) – precisa ser mantido na sociedade para que ela sobreviva – e quem está fora (outsider) – o que contamina, o subalternizado, o que perverte a sociedade e precisa ser excluído. A terceira etapa da estereotipagem é sua aplicação onde há grandes desigualdades no poder. Levando em consideração a característica segregadora do processo, pode-se incluir entre as caixas que serão os donos e os subordinados, os aceitos e os excluídos. Então, torna-se totalmente coerente manter a desigualdade com os estereótipos do índio preguiçoso, do negro favelado e do pobre vagabundo, por exemplo, além de vários outros que ainda se fazem presentes em nossas relações sociais e que estão atrelados aos grupos não hegemônicos.

As construções estereotipadas estão na representação do pobre na mídia. Para exemplificar esse posicionamento, cabe apresentarmos um artigo que trabalha a pobreza na mídia, mesmo sem usar a palavra aporofobia. O artigo “Nojo de pobre: representações do popular e preconceito de classe” (2014), escrito pelas professoras da Universidade Federal de Goiás (UFG) Maria Luiza Martins de Mendonça e Janaína Vieira de Paula Jordão, mostra a exaltação do grotesco em personagens pobres em quadros de humor e a criminalização do jovem da periferia em matérias jornalísticas. O texto é de 2014 e, nessa época, o termo

“aporofobia” ainda caminhava lentamente nos ambientes acadêmicos na Espanha, sendo que foi considerada a palavra do ano apenas em 2017, quando sua capacidade de reverberação em espaços midiáticos ganhou força. No entanto, mesmo sem nomear, não há como não configurar o objeto da pesquisa com o termo. A relação já começa pelo título, que tem a palavra “nojo”, a qual muito se aproxima de “aversão”, presente na definição literal de aporofobia: aversão ao pobre.

As pesquisadoras trabalham com o programa *Zorra Total* da Rede Globo e mostram que, entre os comportamentos enfatizados na caracterização e nas falas, estão a ênfase ao extravagante, representado por roupas coloridas em excesso e altos tons de voz, com ações que se desenquadraram da etiqueta considerada formal no quesito de falar, comer, andar e se vestir. No trabalho também há um espaço para o personagem Caco Antibes²¹, criado e encenado por Miguel Falabella na Rede Globo. O próprio jargão por ele utilizado, “eu tenho horror a pobre”, era a concretização da aporofobia ou uma representação quase que reflexiva do preconceito do brasileiro, segundo avaliação do próprio ator em uma entrevista ao programa *Se Joga* (UOL, 2021), também na Rede Globo.

No campo jornalístico, as pesquisadoras dão ênfase a dois fatos que evidenciaram a percepção da classe média sobre as classes mais populares. O primeiro deles é o caso da professora universitária que hostilizou um homem no aeroporto, dizendo que ele se vestia como se estivesse na rodoviária. E o segundo, o “rolezinho” no shopping, um passeio coletivo feito por jovens da periferia que ganhou notoriedade naquele ano e logo virou um exemplo da criminalização do jovem de periferia. Em ambos os casos, conforme a constatação das autoras, era possível perceber que a melhoria nas condições de vida dos mais pobres permitia o acesso a serviços e espaços antes dominados pela classe média e rica. O fato incomodava e era repudiado a partir de representações das classes populares que foram disseminadas pelas elites com o forte apoio das construções midiáticas.

3.3 Porta-voz da aporofobia no Brasil

Como já apontamos, este trabalho se propõe a fazer uma análise dos sites de notícia após o surgimento da palavra “aporofobia”, que trouxe consigo novas caixas para se enquadrar o que já existia, a aversão ao pobre. Diante desse cenário, configurou-se a pergunta a ser respondida

²¹ CANAL 90. **Pobre é uma coisa triste!** Os momentos mais absurdos de Caco Antibes. YouTube: Canal 90, Rio de Janeiro, 2013. 1 vídeo (11m49s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EfdQM6K4dsc>. Acessado em: 03 de janeiro de 2024.

pela pesquisa, que é: como o sentimento e o termo estão performando nos *sites* de notícias do Brasil?

Contudo, antes de respondermos ao questionamento, é preciso trazer para a discussão o maior porta-voz do termo no Brasil, o padre Júlio Lancellotti. Antecipando aqui uma pequena porção da pesquisa²², o padre aparece como porta-voz, referência ou é citado em 16 das 56 matérias que compõem o corpus de nosso estudo. Considerando as duas etapas da coleta de dados, temos na primeira – textos jornalísticos nos quais a palavra aparece escrita – o nome do padre mencionado em 10 das 24 matérias selecionadas. Na segunda etapa – textos jornalísticos nos quais o sentimento se configura mesmo sem a palavra –, ele aparece em 6 das 35 matérias selecionadas. Cabe aqui reforçarmos que a coleta aconteceu nos primeiros cem dias do governo Luiz Inácio “Lula” da Silva, que compreendem o período que vai de 1º de janeiro de 2023 até 10 de abril de 2023.

Lancellotti atua na Pastoral da Rua de São Paulo, nas vizinhanças da Cracolândia, e tem uma forte presença na rede social Instagram, em que conta com dois milhões de seguidores²³. Cabe considerarmos que, quanto ao número de seguidores, comumente apresentado como termômetro da aceitação e credibilidade em ambiente digital, o padre Júlio Lancellotti ainda não alcançou os padres celebridades, como Fábio de Mello (25,6 milhões), Marcelo Rossi (6 milhões) e Manzotti (3,8 milhões). Contudo, os temas trabalhados pelos mais populares são totalmente divergentes dos abordados por Lancellotti. Enquanto os demais seguem uma via mais tradicional da igreja e usam o espaço para trabalhar com autoestima e reflexões voltadas para o interior do indivíduo, Lancellotti propõe uma igreja para os pobres, e usa o espaço – Instagram – para confrontar os discursos autoritários, bem como compartilhar conteúdos ligados aos grupos sociais com menos visibilidade e voz, com ênfase à população de rua. Também é nesse ambiente que ele apresentou a aporofobia e iniciou um processo de significação e ressignificação do termo, muitas vezes reagindo a publicações de jornais e sites de notícias e as definindo como ações aporofóbicas em suas postagens.

O padre é adepto da teologia da libertação²⁴ e sua atuação se aproxima daquela do ex-bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, Dom Pedro Casaldáliga,

²² A pesquisa trabalha com duas etapas de coleta de dados, apresentadas na Introdução e posteriormente na Metodologia deste trabalho. Cabe aqui reforçar que a 1ª etapa escolheu matérias onde a palavra aparece e a segunda onde a aporofobia se configura, mesmo que não haja a palavra. No primeiro objetivo, usou-se o Google Notícias com base de dados. Já no segundo objetivo, foram coletadas as matérias dos Instagrans do padre Júlio Lancellotti e do Observatório da Aporofobia por serem referência no tema no Brasil.

²³ Dado colhido em 5 de março de 2024.

²⁴ Teoria que defende que a pobreza não é desejada por Deus e nem natural. Sendo assim, precisa ser enfrentada a partir do combate aos que oprimem.

que morreu em agosto de 2020, também uma das referências contemporâneas da teologia da libertação e figura de relevância na história e política no território mato-grossense.

A proximidade entre os padres se comprova com a criação do Observatório da Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga, constituído em junho de 2022. Lancellotti é um dos fundadores e batizou a entidade em homenagem ao amigo. O observatório tem como objetivo mapear, compilar dados e debater sobre a aporofobia no Brasil. Tanto o observatório como Lancellotti concentram, atualmente, as atividades comunicacionais midiáticas no Instagram e, de lá, reverberam-nas para outras plataformas. Dessa forma, acabam servindo de base para matérias jornalísticas posteriormente publicadas.

A atuação de Lancellotti chama a atenção da mídia tradicional. Em uma matéria publicada no UOL Tab, em 22 de junho de 2021, ele foi alvo de uma matéria que o tratava como Padre Influencer. O texto trazia a trajetória do sacerdote, seus conflitos em relação à vocação, a própria igreja católica, bem como o perfil inquieto e agregador, lembrado na linha fina: Júlio Lancellotti só foi ordenado na 3ª passagem pelo seminário. Hoje, mobiliza progressistas e conservadores. (2021, capa).

O destaque do padre Júlio Lancellotti na mídia também o fez ser alvo de críticas, principalmente dos grupos de extrema direita, bolsonaristas e seus líderes políticos. O último dos ataques a ele aconteceu em dezembro de 2023, quando o vereador por São Paulo Rubinho Nunes (União Brasil) propôs a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o padre, bem como Organizações Não Governamentais (ONGs) que estariam se beneficiando e estimulando o crescimento da região da Cracolândia. A Câmara Municipal de São Paulo tem 55 vereadores e 25 assinaram o pedido de CPI.

Entretanto, a proposta causou uma repercussão negativa após a manifestação de organizações, artistas e políticos em favor do padre, o que resultou na desidratação da iniciativa, com a desistência de dez vereadores em menos de uma semana (Bocchini, 2024). O fato impediu a sequência do processo de abertura, uma vez que são necessárias dezoito assinaturas, ou um terço do total de parlamentares (25).

Mesmo com a derrota, os ataques protagonizados pelo mesmo vereador, Rubinho Nunes, não cessaram. Em junho deste ano ele propôs do Projeto de Lei municipal que multa em R\$17 mil as pessoas que doarem comida a indivíduos em situação de rua. Conforme reportagem publicada no portal G1 (Honório; Rodrigues; Machado, 2024), na primeira votação, apenas três vereadores, do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Psol (Partido Socialismo e Liberdade), votaram contra o projeto e o restante foi favorável. No entanto, mais uma vez, os planos de Nunes foram frustrados pelas manifestações populares, das entidades civis organizadas e de Organizações Não Governamentais (ONGs) que se posicionaram de forma

contrária, chamaram a atenção dos canais de comunicação e conseguiram que o texto fosse tirado de pauta.

Mesmo com todos os ataques, Lancellotti segue seu trabalho a frente da Pastoral do Povo da Rua, dando acolhimento e comida aos moradores em situação de rua de São Paulo.

4 METODOLOGIA

Nossa pesquisa teve o objetivo de desvendar como a palavra aporofobia está performando nos sites de notícia do Brasil e, para chegar ao resultado esperado, a primeira etapa foi entendermos em que situações o termo aparecia. Devido à quantidade inumerável de sites de notícias que existem no Brasil, seria impossível quantificarmos a totalidade em um número preciso. Dessa forma, optamos por coletar uma amostra a partir da plataforma de busca Google, juntamente da ferramenta de busca Notícia.

Mesmo considerando as intromissões dos algoritmos no resultado da pesquisa, o método consegue suprir a necessidade do trabalho, que é obter uma amostra da participação da palavra aporofobia em páginas de notícias durante o recorte de tempo estipulado, os cem primeiros dias do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que vai de 1º de janeiro de 2023 a 10 de abril de 2023. No processo de seleção da amostra, usamos o termo aporofobia entre aspas no visor de busca para obtermos apenas as páginas nas quais a palavra aparece. Também houve a inclusão, dentro da opção de buscas refinadas, da temporalidade do recorte.

Contribui com o entendimento desta pesquisa reforçarmos o motivo do recorte. O período se caracteriza como um espaço temporal de mudanças radicais no ponto de vista humanitário da gestão do país, tendo em vista que houve a saída de um político, Jair Bolsonaro (PL), caracterizado por discursos marcados por todo tipo de violência aos grupos com menos condições financeiras (discursos aporofóbicos) e distante de causas sociais. Bolsonaro foi substituído por Lula, um gestor que se define como popular e que tem como bandeira o combate à desigualdade social.

Retomando o processo de coleta de dados, após realizada a primeira fase, chegamos a uma lista de links passíveis de serem analisados. Todos passaram por uma triagem, sendo que, do total de 44 links, 21 foram utilizados. A seleção foi realizada com base em critérios estabelecidos para melhor responder à pergunta da pesquisa. O primeiro deles foi ter no corpo do texto, no título ou na linha fina a palavra aporofobia. O segundo foi estar publicado em um site de notícias. Em seguida, para filtrarmos melhor os resultado, optamos por uma das matérias caso elas se repetissem em veículos diferentes. A escolha de cortar as repetições é coerente com a proposta da pesquisa porque não há pretensão de se quantificar números exatos, como explicamos, e sim de analisar uma amostragem de conteúdos diversos. Outro ponto considerado ao excluirmos as repetições é que alguns sites costumam copiar as matérias uns dos outros ou o material pode ser originado de uma agência de notícias e até mesmo partir de um canal oficial de notícias governamentais, situações que dificilmente são identificadas e que fogem do objetivo desta pesquisa.

Após esse processo de seleção, cada um dos títulos passou pela organização dos dados em uma planilha²⁵, cujos resultados da análise deram as respostas que atenderam à pergunta da pesquisa. O numeral foi indicado na linha e, nas colunas, as seguintes questões a serem respondidas: origem do canal de busca; nome do veículo; região do veículo; estado do veículo; local onde a aporofobia foi identificada, capital ou interior – em relação ao fato –; data; editoria; título da matéria; interlocutores; tipo de manifestação (categorização); lead e sublead das matérias; qual a manifestação (resumo do fato); e link de origem.

As dez primeiras colunas apresentam o resultado autoexplicativo, porém, com relação a interlocutores, tipo de manifestação e lead e sublead é preciso que façamos alguns esclarecimentos para melhor compreensão dos caminhos metodológicos. No caso dos interlocutores, o objetivo foi identificar quais são as vozes da aporofobia nas matérias selecionadas nas duas etapas da pesquisa. Já na parte definida como “tipo de manifestação” – categorização –, os itens foram elencados a partir da análise unitária de cada um dos links colocados na pesquisa e a confirmação da definição se fez com base no resultado da análise de conteúdo, dentro da forma metodológica proposta por este trabalho.

Sendo assim, depois da leitura atenta, as categorias foram emergindo na pesquisa e acabaram definidas como: aporofobia estrutural (aquela que está entranhada no comportamento e na atitude das pessoas); políticas públicas (ações governamentais que buscam combater a aporofobia); higienização ou arquitetura hostil (alterações realizadas em edificações públicas ou privadas para afastar as pessoas pobres da vista); violência física; e semântica (quando usam a palavra sem um fato em específico, mas dentro do seu sentido literal). Cabe acrescentarmos que, em relação à coleta do lead e do sublead, o objetivo foi destacar um percentual do texto para fazermos as devidas análises do conteúdo a fim de confirmarmos a categorização e as respostas para a pergunta da pesquisa, que é mostrar como o termo vem se apresentando e construindo significados dentro da mídia brasileira.

Após a conclusão da primeira coleta de dados, a pesquisa apresentou uma nova questão que precisava ser abordada: como a aporofobia se apresenta nas matérias jornalísticas, mesmo que não seja nominada, dada a recente criação do termo? O grande desafio dessa pergunta foi obter uma entidade ou pessoas que chancelassem o texto como aporofóbico, algo que foi transposto a partir de análise dos interlocutores. No processo, identificamos a atuação do padre Júlio Lancellotti, figura religiosa de intensa ação política, como já descrevemos no capítulo anterior, e que, utilizando-se de matérias de jornais, denuncia a aporofobia de forma geral, sem

²⁵ Ver planilha de coleta de dados completa nos anexos.

ter como critério a aparição de palavra e, sim, a concretização do fato. A mesma estratégia é copiada pelo Observatório da Aporofobia no Brasil, que teve Lancellotti como fundador.

Figura 5 – Instagram do padre Júlio Lancellotti



Fonte: Lancellotti (2023).

Os dois canais publicam matérias nas quais nem sempre aparece a palavra “aporofobia” no texto. Sendo assim, caracterizam os textos como provenientes de uma ação aporofóbica, mesmo que não tenham o termo literal. Essa comparação pode nos trazer uma perspectiva sobre os materiais que são produzidos, mas que não carregam de forma explícita o termo escrito “aporofobia”. Contudo, a escolha pelos canais também precisa de ressalvas, uma vez que tanto do Lancellotti como o Observatório da Aporofobia têm pautas mais acentuadas em determinados períodos, o que direciona a seleção de matérias jornalísticas. Por exemplo, quando os trabalhos estavam focados na arquitetura hostil²⁶, muitos recortes tinham esta temática, como mostrará a coleta de dados²⁷.

Mesmo considerando o contraponto, a coleta nos canais do Instagram do padre Júlio Lancellotti e do Observatório da Aporofobia se mostrou viável, uma vez que o direcionamento também representa o posicionamento do termo e novas significações. Outro ponto que também

²⁶ Arquitetura hostil caracteriza-se pelas alterações realizadas em edificações públicas ou privadas para afastar as pessoas pobres da vista

²⁷ A coleta de dados está no Anexo D deste trabalho.

mostrou a estratégia viável foi o fato de esse direcionamento não representar a totalidade das matérias jornalísticas compartilhadas pelos canais.

4.1 Método de organização e interpretação

A forma de organização e análise foi concebida a partir do modelo da pesquisadora francesa Laurence Bardin (2011), que tem se mostrado eficaz e usual para investigação psicossociológica e estudos das comunicações. Bardin apresenta seu método começando pela elaboração de indicadores, regras de corte e categorização. Neste trabalho, optamos por apresentar a metodologia da forma prática em que será aplicada à pesquisa, uma vez que a própria autora usou a mesma estratégia em seu livro, *Análise de conteúdo* (2011). A ideia não é apenas reproduzir, mas dar exequibilidade ao processo de coleta e interpretação dos dados a partir da metodologia da autora.

Sendo assim, os indicadores que compõem o processo foram os links selecionados a partir da coleta no Google Notícias. O material passou pelo corte, no qual aplicamos os critérios que definiram o que integrou o corpus da pesquisa e o que foi descartado. Neste estudo, por termos passado por duas etapas de coleta, submetemos cada uma delas a um conjunto de critérios. Na primeira etapa, selecionamos os links que levavam a matérias com a palavra “aporofobia” no título, na linha fina, no lead ou no sublead. Na segunda etapa, por sua vez, identificamos o material classificado como apresentando conteúdo relacionado à aporofobia nos *Instagrams* do padre Júlio Lacellotti e do Observatório da Aporofobia.

No que diz respeito à categorização, o primeiro passo foi avaliarmos de forma unitária cada um dos textos jornalísticos, a fim de agrupá-los em subgrupos. A resposta para a nossa pesquisa está nessa fase do processo, uma vez que confirmar os significados por meio da aplicação da análise de conteúdo vai nos levar aos sentidos alcançados atualmente pelo termo, seja no material em que ele aparece escrito, seja no material em que ele não aparece. Esse resultado será confirmado com a utilização de fichas de análise, na qual avaliaremos de forma criteriosa o texto que compreende o título, a linha fina, o lead e o sublead das matérias.

Ao final da coleta de dados obtivemos o total de 59 matérias, sendo 21 vindas do Google Notícias e 38 dos *Instagrams* do padre Júlio Lancellotti e do Observatório da Aporofobia. Para este trabalho, optamos por escolher duas matérias em cada um dos sentidos propostos na categorização: aporofobia estrutural (aquela que está entranhada no comportamento e na atitude das pessoas); políticas públicas (ações governamentais que buscam combater a aporofobia); higienização ou arquitetura hostil (alterações realizadas em edificações públicas ou privadas para afastar as pessoas pobres da vista); violência física; e semântica (quando usam a palavra

sem um fato em específico, mas dentro do seu sentido literal). Uma delas virá da primeira fase do trabalho e a segunda será da fase posterior, ou seja, do Google Notícias e dos Instagrams do padre Júlio Lancellotti e do Observatório da Aporofobia.

Nas matérias selecionadas, observamos a presença de mais de um sentido, o que já era esperado por conta da interseccionalidade do processo comunicacional, bem como a construção de signos e significados, como explica Strauss (1999). No entanto, em todos os textos há a predominância de um sentido, o que levamos em consideração no momento da categorização. Definimos a consistência da predominância a partir da análise das partes dos textos descritas na metodologia deste trabalho – título, linha fina, lead e sublead.

Diante da quantidade de material obtido em cada uma das categorias, tentamos priorizar a seleção de uma matéria de um veículo de abrangência nacional e, em contraponto, um do interior ou que integrasse o circuito alternativo, ou seja, que se distanciam ou divergem de uma linha hegemônica ou política dominante. Não havendo essa opção, aplicamos o critério aleatório do sorteio entre links do mesmo grupo. Assim, pretendemos não só obter uma confirmação dos sentidos a partir da inferência como também selecionar diferentes elementos e construções para aplicação do método, o que tornará o resultado mais abrangente.

O percentual selecionado da matéria analisada foi usado para o preenchimento de duas tabelas com resultados qualitativos. A primeira delas identifica os elementos essenciais para a construção de um sentido e a segunda trabalha com o significado de partes do texto e termos que possibilitam a definição dos sentidos, como pode ser visto com detalhes na Ficha de Análise, disponível na íntegra no Anexo D deste trabalho.

5 ANÁLISE DOS DADOS

O material analisado é constituído de 59 *links* com textos jornalísticos coletados em duas partes da pesquisa. Na primeira parte, composta por matérias obtidas a partir da ferramenta Google Notícias, selecionamos 437 textos iniciais. Do total, retiramos os que não se encaixavam no critério de serem textos jornalísticos publicados em veículos de notícias e os textos que se repetiam, restando 21 matérias²⁸ a serem analisadas. Com relação à segunda parte da pesquisa, selecionamos todas as matérias jornalísticas, dentro do recorte de pesquisa estipulado, que estavam nos Instagrams do Padre Júlio Lancellotti e do Observatório da Aporofobia, sendo excluídas as repetições, o que resultou em 38 links a serem analisados. Cabe aqui lembrarmos que o recorte temporal da pesquisa foram os cem primeiros dias do governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva à frente da presidência do Brasil.

Assim, após a pré-análise do conteúdo dos links selecionados nas duas partes, seja com foco no fato ou no tema abordado, foram emergindo na própria pesquisa os sentidos predominantes, que convertemos em categorias para posterior análise. Dessa forma, utilizando como sustentação a base teórica deste trabalho, os sentidos receberam as seguintes definições: aporofobia estrutural (aquela que está entranhada no comportamento e na atitude das pessoas); políticas públicas (ações governamentais que buscam combater a aporofobia); higienização ou arquitetura hostil (alterações realizadas em edificações públicas ou privadas para afastar as pessoas pobres da vista); violência física (agressões psicológica ou descrita no código penal); e semântica (quando usam a palavra sem um fato em específico, mas dentro do seu sentido literal).

Do total de matérias a serem analisadas, dezessete (17) foram categorizadas inicialmente como aporofobia estrutural porque atenderam à definição conceitual do termo e apresentaram as seguintes características: as vítimas são pessoas subalternizadas; existem palavras que denotam preconceito histórico ou aversão; e há o preconceito motivando violência simbólica e psicológica. Do total presente na categoria, oito (8) foram retiradas da coleta de dados da ferramenta Google Notícias e nove (9) dos Instagrams do Padre Júlio Lancellotti e/ou do Observatório da Aporofobia.

Dezessete (17) matérias foram categorizadas inicialmente como arquitetura hostil/higienização porque atenderam à definição conceitual do termo e apresentaram as seguintes características: relatam estruturas físicas construídas pelo homem ou ações humanas com objetivo de afastar os pobres; há um grupo subalternizado que é alvo da estrutura ou ação;

²⁸ Ver Anexo B deste trabalho.

e tenta limitar o acesso em espaços públicos. Do total presente na categoria, quatro (4) foram retiradas da coleta de dados do Google Notícias e treze (13) dos Instagrams do Padre Júlio Lancellotti e/ou do Observatório da Aporofobia.

Treze (13) notícias foram categorizadas como políticas públicas porque atenderam à definição conceitual do termo e apresentaram as seguintes características: aborda discussões realizadas em espaços de decisões políticas; tem figuras públicas e/ou políticos entre os autores; e quer dar à população direitos garantidos pela constituição. Do total presente na categoria, duas (2) foram retiradas da coleta de dados do Google Notícias e onze (11) dos Instagrams do Padre Júlio Lancellotti e/ou do Observatório da Aporofobia.

Três (3) matérias foram categorizadas como semântica porque atenderam à definição conceitual do termo e apresentaram as seguintes características: a motivação principal da matéria é explicar o significado do termo; e aborda como a palavra foi criada e é aplicada nos processos comunicativos. Do total presente na categoria, três (3) delas foram encontradas na coleta de dados do Google Notícias e nenhuma (0) foi encontrada nos Instagrams do Padre Júlio Lancellotti e/ou do Observatório da Aporofobia.

Oito (8) matérias foram encontradas na categoria violência física porque atenderam à definição conceitual do termo e apresentaram as seguintes características: aborda agressões e condutas previstas no código penal; e tem como vítima uma pessoa de um grupo subalternizado. Do total presente na categoria, três (3) foram encontradas na coleta de dados do Google Notícias e cinco (5) nos Instagrams do Padre Júlio Lancellotti e/ou do Observatório da Aporofobia.

Como foi abordado na introdução desta pesquisa, a confirmação dos sentidos vai nos levar à resposta do problema deste estudo, porque vai comprovar a peregrinação dos termos no universo de sentidos da comunicação. Na análise utilizamos duas matérias²⁹ de cada uma das categorias, como foi definido na metodologia, para confirmação dos sentidos por meio da confecção da uma ficha de análise³⁰. A primeira categoria a ser analisada foi referente à aporofobia estrutural. Da primeira etapa da coleta de dados da pesquisa foi selecionado o item número 8 da planilha de links selecionados³¹. Trata-se de uma matéria da revista Fórum, cujo título é: “Racismo de aporofobia: Aline, mulher negra que entregou faixa a Lula, é atacada por fotos na Itália e dá invertida incrível, veja o vídeo” (Teodoro, 2023). O trecho total da análise foi: “Racismo e aporofobia: Aline, mulher negra que entregou faixa a Lula, é atacada por fotos

²⁹ A seleção das matérias foi realizada da seguinte forma: uma matéria de um veículo de abrangência nacional e, em contraponto, um do interior ou que integra o circuito alternativo, ou seja, que se distanciam ou diverge de uma linha hegemônica ou política dominante. Não havendo esta opção, aplicou-se o critério aleatório do sorteio entre links do mesmo grupo.

³⁰ A ficha de análise está no Anexo B.

³¹ Existem duas planilhas de coleta de dados, uma para a primeira etapa e a outra para segunda, como no Anexo B deste trabalho.

na Itália e dá invertida incrível; veja vídeo. Aline Sousa, mulher negra que preside a Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis do DF e entregou a faixa presidencial a Lula (PT) na histórica posse realizada no dia 1º de janeiro, foi atacada nas redes sociais por apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) por uma foto em Roma, na Itália, e deu uma invertida incrível nos detratores. Em vídeo publicado na quarta-feira (4), Aline contou que viajou à Itália a fim de conhecer a metodologia de lixo zero aplicada no país europeu. E o mais incrível, a viagem foi viabilizada pela deputada Bia Kicis (PL-DF), uma das mais furiosas defensoras de Bolsonaro no Congresso Nacional” (Teodoro, 2023).

Figura 6 – Matéria da revista *Fórum*

The image shows a screenshot of a news article from the magazine 'Forum'. At the top, there is a navigation bar with the 'Forum' logo in red, social media icons for Facebook, Twitter, YouTube, and Instagram, and a button that says 'SEJA UM APOIADOR'. Below the navigation bar, there is a horizontal menu with categories: POLÍTICA, BRASIL, DIREITOS, ECONOMIA, CULTURA, GLOBAL, SAÚDE, BLOGS, OPINIÃO, VÍDEOS, PODCASTS, WEB STORIES, EDUCAÇÃO, and LOJA FORUM. The main headline of the article is 'RACISMO E APOROFOBIA' in red, followed by 'Aline, mulher negra que entregou faixa a Lula, é atacada por fotos na Itália e dá invertida incrível; veja vídeo' in large black font. Below the headline, there is a sub-headline: 'Presidenta de cooperativa de catadores, Aline Sousa revelou quem viabilizou a viagem e calou os apoiadores de Jair Bolsonaro que destilavam ódio e preconceito.' There are two small images: the left one shows Aline Sousa in front of the Fontana di Trevi in Rome, and the right one shows her presenting the presidential sash to Lula. A small caption below the images reads: 'Aline Sousa na Itália e na entrega da faixa presidencial a Lula. Creditos: Instagram / Ricardo Stucchi'.

Aline Sousa, mulher negra que preside a Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis do DF e entregou a faixa presidencial a Lula (PT) na histórica posse realizada no dia 1º de janeiro, foi atacada nas redes sociais por apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) por uma foto em Roma, na Itália, e deu uma invertida incrível nos detratores.

Fonte: Teodoro (2023).

No chapéu, termo usado para uma construção curta que vai antes do título, são usadas as palavras “racismo” e “aporofobia”, o que mostra a interpretação do jornalista da ação como aporofobia e, ainda, a intersecção da aversão ao pobre com o racismo, o que caracteriza a aporofobia estrutural, ou seja, um comportamento que está entranhado nas pessoas e se arrasta pelos tempos históricos. Ao identificar a pessoa como mulher negra que entregou a faixa a Lula,

o jornalista faz a marcação dela como pertencente a um grupo subalternizado pelo poder hegemônico; a presença dela na entrega de faixa de um presidente da república a coloca em um local onde barreiras simbólicas a tornam uma pessoa de fora do contexto, ou sem direito ao acesso em questão. A vítima da matéria também é posicionada como atacada por ter feito uma viagem internacional para a Itália, outro ponto de quebra de barreiras simbólicas, já que as viagens internacionais são tidas como ações próprias da elite.

Os autores da ação são apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, que é marcado por discursos aporofóbicos (Dalmonte; Dibai, 2019) e pela exclusão dos grupos que não pertencem à elite, a qual, segundo o sociólogo Jessé Souza (2019), são os que usufruem do poder econômico e social e com ele podem dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem será abandonado. No sublead da matéria, ou segundo parágrafo do texto, a vítima ainda precisa justificar a sua presença na Europa, dizendo que foi uma viagem a convite do governo para conhecer a metodologia do lixo zero, o que se justifica pelo fato de ela ser presidente de uma cooperativa de catadores de produtos recicláveis.

Paralelo aos fatos presentes no texto, cabe fazermos uma contextualização histórica: na entrega da faixa presidencial, em janeiro de 2023, houve a recusa de Bolsonaro em passar pessoalmente a referida a Lula, como manda o protocolo da presidência. Devido à ausência do ex-chefe do Executivo, o atual presidente optou por receber a faixa de representantes vindos de grupos subalternizados³² – metalúrgico, cozinheira, autista, catadora de recicláveis, indígena e artesã – e que, na avaliação dele, representavam o Brasil e os desafios de se combater a desigualdade social. Esse fato, fez com que os ataques a Aline fossem uma estratégia de desqualificar a escolha das pessoas selecionadas por Lula. Nesse caso, a aporofobia estrutural foi caracterizada pelo fato de o alvo das agressões ter quebrado duas barreiras simbólicas para os mais pobres, que é o acesso aos espaços públicos de decisão e ambientes fora da periferia, onde, como aponta Jessé Souza (2019), são destinados a eles pela elite hegemônica. Outra questão que emerge do texto é a tentativa de negar a presença da desigualdade no Brasil ao tirar a protagonista do estereótipo atribuído e permitido ao pobre.

Na segunda etapa da coleta de dados, ainda na categoria aporofobia estrutural, foi selecionado o item 32 da planilha. Trata-se de uma matéria do Repórter Brasil, cujo título é “Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo” (Alessi, 2023). O trecho em análise foi: “Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo. Apesar de ser um festival multimilionário com atrações de renomados artistas internacionais, o

³² PODER360. Saiba quem passou a faixa presidencial a Lula. **Poder 360**, Brasília, 1º de jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/saiba-quem-passou-a-faixa-presidencial-a-lula/#:~:text=Wesley%20Viesba%20Rocha%2C%2036%20anos,e%20sua%20inclus%C3%A3o%20na%20sociedade>. Acesso em 28 de junho de 2023.

Lollapalooza foi flagrado esta semana submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão. Cinco profissionais que atuavam na preparação do evento foram resgatados na terça-feira (21), no autódromo de Interlagos, zona sul de São Paulo, onde os shows acontecem a partir de sexta-feira (24). Eles trabalhavam como carregadores de bebidas em jornadas de 12 horas diárias: ‘Depois de levar engradados e caixas pra lá e pra cá, a gente ainda era obrigado pela chefia a ficar na tenda de depósito, dormindo em cima de papelão e dos paletes, para vigiar a carga’, afirma J.R, um dos resgatados” (Alessi, 2023).

Figura 7 – Matéria do Repórter Brasil

Exclusivo: Festival Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo

Homens que atuavam na informalidade e prestavam serviços para terceirizada foram resgatados esta semana. Após jornadas de 12 horas diárias, eles não podiam deixar o local do evento e dormiam sobre papelões. A organizadora Time 4 Fun será responsabilizada

POR GIL ALESSI

23/03/2023



Apesar de ser um festival multimilionário com atrações de renomados artistas internacionais, o Lollapalooza foi flagrado esta semana submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão. Cinco profissionais que atuavam na preparação do evento foram resgatados na terça-feira (21), no autódromo de Interlagos, zona sul de São Paulo, onde os shows acontecem a partir de sexta-feira (24).

Eles trabalhavam como carregadores de bebidas em jornadas de 12 horas diárias: “Depois de levar engradados e caixas pra lá e pra cá, a gente ainda era obrigado pela chefia a ficar na tenda de depósito, dormindo em cima de papelão e dos paletes, para vigiar a carga”, afirma J.R, um dos resgatados.

Fonte: Alessi (2023).

No título “Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo”, o fato é apresentado com uma reprodução da escravidão, quando eram retirados de determinados grupos o direito à humanidade e promovida sua animalização. No restante do texto analisado, são apresentados os atores e suas posições. De um lado, os organizadores do festival realizado em março de 2023, um evento multimilionário, que teve o ingresso mais barato ao valor de R\$ 690 (seiscentos e noventa reais) por dia, quase metade de um salário-mínimo. Do outro lado, os trabalhadores, ou a ralé como define Jessé Souza (2019); pessoas que ocupam lugares

periféricos, subalternos e não possuem recursos financeiros. Para essas pessoas são reservados o trabalho degradante, a liberdade privada e a submissão às ordens do senhor ou patrão.

O texto configura-se como aporofobia estrutural porque a vítima é um grupo subalternizado por conta de seus recursos financeiros e porque fica clara a determinação dos espaços que cada um deve ocupar. A forma de trabalho infringe a lei por ter características análogas à escravidão, o que inclui violência psicológica e física, e mostra a persistência das raízes históricas escravistas que formam a nossa sociedade até os dias atuais.

A segunda categoria analisada foi arquitetura hostil/higienização. Da primeira etapa da coleta de dados da pesquisa foi selecionado o item 4 da planilha de links. Trata-se de uma matéria do jornal Hora Campinas, cujo título é “Arquitetura hostil se espalha por Campinas; Prefeitura diz que tema está na ‘pauta’” (Begatti, 2023). O trecho total da análise foi: “Arquitetura hostil se espalha por Campinas; Prefeitura diz que tema está na ‘pauta’. Pedras embaixo de viadutos e pontilhões, cercas pontiagudas em frente de estabelecimentos comerciais, estruturas de ferro com características medievais e outros tipos de instalações estranhas. Esses elementos podem ser verificados a partir de uma observação um pouco mais atenta dos espaços públicos da área central de Campinas. São as chamadas arquiteturas hostis, que dificultam o acesso de populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua. Essas fortalezas da hostilidade, no entanto, estão em processo de demolição. Elas são comuns em grandes centros urbanos e em áreas de comércio. O objetivo é impedir que as cercanias das lojas sejam usadas como descanso ou pernoite. Grupos sociais de Campinas começam a se mobilizar para a elaboração de um levantamento dessas arquiteturas na cidade. O objetivo é promover a remoção das barreiras que afastam a população de rua por meio de ação no Ministério Público (MP). A Lei Padre Júlio Lancellotti, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro do ano passado e republicada na quarta-feira (11) após uma correção, é, agora, a bandeira contra a chamada aporofobia (ódio, ojeriza a pobre)” (Begatti, 2023).

Figura 8 – Matéria de *Hora Campinas*


q **HORA CAMPINAS** 

ÚLTIMAS CIDADE E REGIÃO COLUNISTAS ARTE E LAZER OPINIÃO ESPORTES EDUCAÇÃO GERAL NEGÓCIOS DINO

Arquitetura hostil se espalha por Campinas; Prefeitura diz que tema está na ‘pauta’

Lei que proíbe elementos urbanos para afastar e segregar pessoas vulneráveis mobiliza ações de combate à exclusão na cidade

Por Sivo Begatti — 18 de janeiro de 2023 em Cidade e Região Tempo de leitura: 4 mins AA

Fonte: Begatti (2023).

No título há a presença do sentido em questão, a arquitetura hostil. O restante do texto analisado, lead e sublead, começa com as explicações do que pode ser caracterizado como arquitetura hostil dentro de um ambiente urbano e qual a função das barreiras construídas. Já no *lead*, correspondente ao primeiro parágrafo do texto, são usados termos e frases que fortalecem a função de aversão ou exclusão dos moradores de rua do local tratado, como “fortaleza de hostilidade” e “impedir que as cercanias das lojas sejam usadas como descanso ou pernoite”. Assim, evidencia-se que a principal função das construções é afastar os pobres da área, que é destinada aos comerciantes e seus clientes, que chegam para comprar e ver vitrines, e não para descansar e fazer o pernoite.

No sublead é apresentada a importância de se identificar essas barreiras no espaço, bem como a Lei Padre Júlio Lancellotti (Brasil, 2022a), que determina a retirada das barreiras arquitetônicas ou arquitetura hostil. A legislação é um resultado do processo que começou pela percepção do que é aporofobia, seguida das discussões públicas sobre a presença da aporofobia na rotina das pessoas e, posteriormente, com a concretização da política pública em favor dos

menos favorecidos financeiramente. Os elementos da matéria se configuram como arquitetura hostil/higienização porque o sentido está explícito desde o título e é aplicado ao fato, uma vez que aponta para a presença de barreiras físicas construídas pelo homem que tentam afastar a presença do pobre e, ao mesmo tempo, tirá-lo dos espaços públicos destinados aos mais ricos. A retirada do público não desejado é convertida em uma espécie de higienização, ou retirada do que é sujo e descartável, da área.

Na segunda etapa da coleta de dados da categoria arquitetura hostil/higienização foi selecionado o item 19 da planilha de links passíveis de análise. Trata-se de uma matéria do jornal Folha de S. Paulo, cujo título é “Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro de SP” (Kruse, 2023). O trecho total para análise foi: “Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro de SP. A remoção de barracas em que vivem as pessoas em situação de rua em São Paulo, defendida pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) durante a posse de novos subprefeitos na última terça-feira (7), na prática já tem sido intensificada na região central da cidade há semanas. Tanto quem dorme nas praças e calçadas quanto quem trabalha próximo de regiões que concentram a população de rua afirma que a rotina de limpeza e desmonte de ocupações mudou desde o fim de janeiro. Na região da praça da Sé, por exemplo, as ações de limpeza são diárias e barracas são removidas todos os dias. A diferença é que, agora, colchões e cabanas são retirados e jogados no lixo. Ao anoitecer, novas barracas são armadas na praça, para serem removidas no dia seguinte” (Kruse, 2023).

Figura 9 – Matéria da *Folha de S. Paulo*

Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro de SP

Defendida por Nunes, retirada de abrigos cresceu em janeiro; pessoas em situação de rua reclamam da falta de auxílio



Tulio Kruse

SÃO PAULO A [remoção de barracas](#) em que vivem as pessoas em situação de rua em São Paulo, defendida pelo prefeito [Ricardo Nunes](#) (MDB) durante a posse de novos subprefeitos na última terça-feira (7), na prática já tem sido intensificada na região central da cidade há semanas.

Tanto quem dorme nas praças e calçadas quanto quem trabalha próximo de regiões que concentram a população de rua afirma que a rotina de limpeza e desmonte de ocupações mudou desde o fim de janeiro.

Fonte: Kruse (2023).

O título já mostra uma ação humana de retirada de pessoas e seus pertences de um lugar definido como público. Contudo, o público, no fato em questão, não representa todas as pessoas da cidade, tendo em vista que os sem-teto não podem ficar ali, mesmo sendo parte da população. A ação de retirada é do poder público – Prefeitura de São Paulo – e se denomina “limpeza”, que é a retirada da sujeira, do inservível e do descartável, como está explícito no primeiro parágrafo do material jornalístico, ponto em que se concentra o que há de mais importante na notícia a ser publicada. A publicação em questão torna-se um exemplo do sentido por conta de elementos com a presença de um grupo sem condições financeiras que é apresentado como indesejado, os sem-teto. Também há uma ação humana, aplicada pelo poder público, com objetivo de afastar esse grupo subalternizado de uma área pública ou limitar a presença deles aos horários em que não causem desconforto aos mais favorecidos. Outra questão importante a ser abordada é a falta de respeito aos objetos pessoais e privados, que são simplesmente recolhidos e jogados fora.

A terceira categoria a ser analisada é de políticas públicas. Da primeira etapa da coleta de dados foi selecionado o item 2 da planilha de *links*. Trata-se de uma matéria do Portal Thathi, cujo título é “Entenda o que é arquitetura hostil e aporofobia. Lei Padre Júlio Lancelloti foi promulgada nesta quarta-feira (11)” (Agência Brasil, 2023). O trecho total da análise foi: “Entenda o que é arquitetura hostil e aporofobia. Lei Padre Júlio Lancelloti foi promulgada nesta quarta-feira (11). A Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe a chamada arquitetura hostil em espaço público, foi promulgada. O texto da lei foi republicado na edição de hoje (11) do Diário Oficial da União (DOU). A lei já havia sido publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro do ano passado, mas precisou ser republicada após uma correção. Aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, a lei chegou a ser vetada pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro, mas o veto foi derrubado pelo Congresso e, agora, a lei foi promulgada” (Agência Brasil, 2023).

Figura 10 – Matéria do Portal Thathi

Entenda o que é arquitetura hostil e aporofobia. Lei Padre Júlio Lancelloti foi promulgada nesta quarta-feira (11)

Lei foi vetada pelo ex-presidente Bolsonaro, mas veto foi derrubado

De Agência Brasil - 12 de janeiro de 2023



Parada de ônibus de vidro com bancos com arquitetura hostil

A Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe a chamada arquitetura hostil em espaço público, foi promulgada. O texto da lei foi republicada na edição de hoje (11) do *Diário Oficial da União (DOU)*.

A lei já havia sido publicada em *Diário Oficial da União* do dia 22 de dezembro do ano passado, mas precisou ser republicada após uma correção. Aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, a lei chegou a ser vetada pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro, mas o veto foi derrubado pelo Congresso e, agora, a lei foi promulgada.

Fonte: Agência Brasil (2023).

O título da matéria indica a intersecção de duas das categorias, a arquitetura hostil/política higienista e a referente a políticas públicas. Contudo, ao analisarmos o material em sua totalidade, percebemos que a motivação ou gancho da matéria é a promulgação da Lei Padre Júlio Lancellotti (Brasil, 2022a) no Diário Oficial da União e os conflitos que envolveram a aprovação, o veto do ex-presidente, Jair Bolsonaro, e sua posterior promulgação. O título foi iniciado com o termo “arquitetura hostil”, porém, logo aparece a política pública aplicada por meio da concretização de uma lei, sua publicação em Diário Oficial e as divergências de sua tramitação nos ambientes de poder, como Congresso e Presidência da República.

O texto se caracteriza com o sentido de política pública porque está ambientado nos espaços de decisões políticas, exigiu a prática de atores públicos e tem a finalidade de conferir à população direitos de ir e vir em espaços públicos, o que é garantido pela constituição.

Na segunda etapa da coleta na categoria políticas públicas foi selecionado o item 1 da tabela de links. Trata-se de uma matéria do Portal Terra, cujo título é “Macaé é a primeira cidade do RJ a garantir transporte público gratuito para pessoas em situação de rua” (Dindara, 2023). O texto total da análise foi: “Macaé é a primeira cidade do RJ a garantir transporte público gratuito para pessoas em situação de rua. A cidade de Macaé, no norte do Rio de Janeiro, se tornou o primeiro município do estado a aprovar uma emenda que inclui pessoas em situação de rua para ter acesso gratuito ao transporte público municipal. A emenda foi sancionada pelo Executivo no último dia 31. A medida, recomendada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, foi adotada a partir da apresentação de uma emenda proposta pela vereadora Iza Vicente (Rede), que acrescenta o grupo em situação de vulnerabilidade ao Projeto de Lei 39/2022, texto que dispõe sobre a concessão do benefício social no serviço de transporte público da cidade. Anteriormente, o benefício era destinado apenas para pessoas idosas e pessoas com deficiência (PcD)” (Dindara, 2023).

Macaé é a primeira cidade do RJ a garantir transporte público gratuito para pessoas em situação de rua

Emenda acrescenta a população em situação de rua ao Passe Social, que garante o benefício de forma gratuita no transporte público da cidade

Por: Dindara

2 jan 2023 - 12h13 (atualizado às 14h58)

Compartilhar

Exibir comentários

Ouvir texto 0:00



Fonte: Dindara (2023).

A matéria caracteriza-se como tratando de políticas públicas porque o motivador do texto foi a sanção de uma emenda à lei municipal que permite que pessoas em situação de rua usem o transporte coletivo de forma gratuita. Como justificativa para a inclusão do público na lei está o direito de ir e vir de pessoas que não podem pagar pela passagem de ônibus. Além de garantir o acesso ao transporte, a lei também reconhece e inclui o grupo entre aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e que precisam ter garantido o direito à mobilidade dentro do município. Sendo assim, mostram-se presentes as características do sentido de políticas públicas no texto, uma vez que a concretização do processo passa pela discussão da questão nos ambientes de decisão política a partir da ação de atores públicos, além de se tratar da tentativa de se promover um direito constitucional que não era garantido às pessoas em situação de rua.

A quarta categoria a ser analisada é violência física. Da primeira etapa da pesquisa foi selecionado o item 5 da tabela de links. Trata-se de uma matéria publicada no portal do jornal

O Globo, cujo título é “Educafro pede R\$ 40 milhões de mercado onde seguranças agrediram mulher acusada de furtar carne seca” (2023). O trecho total da análise foi: “Educafro pede R\$ 40 milhões de mercado onde seguranças agrediram mulher acusada de furtar carne seca. Educafro pede na Justiça de São Paulo indenização de R\$ 40 milhões do supermercado de Guarulhos onde uma mulher acusada de furtar carne seca foi agredida por seguranças, na quinta-feira passada. A Ação Civil Pública foi ajuizada nesta segunda-feira. Segundo o supermercado Fonte Nova, os seguranças envolvidos no episódio foram demitidos. Nas imagens é possível ver o segurança dar uma rasteira na mulher, que não teve a identidade revelada, e ameaçá-la com o que seria revólver em sua cintura. Gritos de ‘pede desculpas, caralh*, pede desculpas!’, podem ser ouvidos na gravação, feita por um cliente de dentro do seu carro no estacionamento do estabelecimento” (O Globo, 2023).

Figura 12 – Matéria de *O Globo*

O GLOBO | Brasil Q Buscar

Brasil

Educafro pede R\$ 40 milhões de mercado onde seguranças agrediram mulher acusada de furtar carne seca

Ação Civil Pública foi ajuizada nesta segunda-feira pela organização

Por O Globo — Rio de Janeiro
16/02/2023 17h51 · Atualizado há um ano

f X WhatsApp

Fonte: O Globo (2023).

No título, revela-se a abertura de um processo judicial contra seguranças de um supermercado que agrediram uma cliente com uma rasteira (violência física) e xingamentos (violência simbólica) porque suspeitavam que ela estava furtando um pedaço de carne seca. No texto, a vítima é marcada como uma mulher negra, o que seria um fator motivador da agressão, segundo os advogados da vítima, que apresentam a justificativa no decorrer do texto, após a

parte analisada. Cabe aqui inserirmos o argumento dos advogados para o entendimento do contexto do fato. Conforme o jornal O Globo, de 16 de fevereiro de 2023, traz: “Os graves atos de tortura, espancamento e humilhação perpetrados pela empresa ré não vitimaram apenas a cidadã negra e pobre, supostamente em situação de rua, submetida a violência física e psicológica (...). A população brasileira como um todo foi igualmente afetada por referidos atos de aporofobia e de racismo em violação a direitos humanos fundamentais’, diz o texto assinado pelos advogados Marlón Reis, Leandro da Cruz Soares, Olivia Raposo da Silva Telles, Rafael Martins Estorilio e Matheus Sales de Oliveira Lopes” (O Globo, 2023).

Outro ponto importante de análise é que a entidade que entrou com a ação judicial, representando a vítima, foi a Educafro, uma organização que atua na inclusão de negros e pobres em geral, como define o site da entidade (Educafro, 2024). A motivação aporofóbica foi incluída no processo judicial e, apesar de não estar no recorte textual analisado, cabe aqui a inserção do trecho com a explicação dos advogados da Educafro, que seria a seguinte: “Os graves atos de tortura, espancamento e humilhação perpetrados pela empresa ré não vitimaram apenas a cidadã negra e pobre, supostamente em situação de rua, submetida a violência física e psicológica (...)” (O Globo, 2023). Na agressão, a violência física precisou ser acompanhada de humilhação e ações cruéis de tratamento, algo que remonta à estrutura da sociedade brasileira desde a época da escravidão.

Na segunda etapa na coleta da categoria sobre violência física foi selecionado o item 20 da planilha de links. Trata-se de uma matéria do site Giro de Gravataí, cujo título é: “Quatro PMs de Cachoeirinha são investigados por morte de morador de rua” (Equipe, 2023). O trecho total da análise foi: “Quatro PMs de Cachoeirinha são investigados por morte de morador de rua. Quatro policiais militares de Cachoeirinha são suspeitos de participação na morte de um homem de 37 anos que vivia em situação de rua. O caso teria ocorrido no dia 02 de fevereiro. A vítima morreu oito dias depois, quando estava internada no Hospital de Pronto Socorro da Capital, com queimaduras pelo corpo. Segundo a denúncia feita, os policiais teriam jogado álcool e ateadado fogo no rapaz. A denúncia também fala de agressões em abordagens anteriores. Na certidão de óbito a causa da morte registrada foi “insuficiência circulatória decorrente de septicemia consecutiva e complicações clínicas e complicação de queimadura corporal extensa” (Equipe, 2023).



SEGURANÇA

Quatro PMs de Cachoeirinha são investigados por morte de morador de rua



Publicado 1 mês atrás - 16 de fevereiro de 2023
Autor Equipe/Jornalismo

Quatro policiais militares de Cachoeirinha são suspeitos de participação na morte de um homem de 37 anos que vivia em situação de rua. O caso teria ocorrido no dia 02 de fevereiro. A vítima morreu oito dias depois, quando estava internada no Hospital de Pronto Socorro da Capital, com queimaduras pelo corpo.

Segundo a denúncia feita, os policiais teriam jogado álcool e ateadado fogo no rapaz. A denúncia também fala de agressões em abordagens anteriores. Na certidão de óbito a causa da morte registrada foi "insuficiência circulatória decorrente de septicemia consecutiva e complicações clínicas e complicação de queimadura corporal extensa".

Fonte: Equipe (2023).

Tanto no título como no lead e no sublead os policiais militares não são apontados como suspeitos de homicídio ou execução, que seriam as palavras mais apropriadas para um caso no qual os militares são apontados como suspeitos de jogarem material combustível sobre uma pessoa e, em seguida, atearem fogo. No título e no lead existe a afirmação de suspeita na morte, e não na ação que teve como resultado a morte. A construção mostra uma tentativa de suavizar o crime, bem como a crueldade da ação. Outro ponto que merece destaque é que a vítima, pessoa em situação de rua e sem condições financeiras, recebeu o possível julgamento e execução pelo simples fato de estar ali, já que testemunhas falaram de abordagens anteriores com violência. E a intensificação da violência, ou falta de limite, resultou no crime bárbaro.

Cabe aqui retomarmos o fato de que a palavra "aporofobia" não aparece na segunda fase da coleta de dados, porém a avaliação do fato como aporofóbico foi chancelado pelo padre Júlio Lancellotti e pelo Observatório da Aporofobia. A violência se mostra caracterizada como aporofóbica porque a vítima é uma pessoa com pouca ou nenhuma condição financeira, pelo

fato de existir uma relação de poder evidente entre vítima e acusado da violência, e também pelo fato de o tipo de violência estar expressa no Código Penal.

A quinta categoria a ser analisada foi semântica e, nesse caso, há três itens na primeira etapa da coleta de dados e nenhum na segunda. Na primeira etapa da coleta foi selecionado para análise o item 14. Trata-se de uma matéria da revista Guia do Estudante, cujo título é: “Aporofobia: a aversão aos pobres e seus efeitos na sociedade” (Di Spagna, 2023). O trecho total da análise foi: “Aporofobia: a aversão aos pobres e seus efeitos na sociedade. Aporofobia é um termo que tem aparecido cada vez mais no debate público, impactando, inclusive, a legislação. E sim, estudante: também já foi explorado no vestibular. Mas você sabe o que ele significa e como afeta a sociedade? A palavra aporofobia significa aversão, medo, desprezo ou rejeição aos pobres. De origem grega, é um neologismo e deriva da junção das palavras á-poros (pobres) e fobos (medo) - é a mesma lógica de outros preconceitos, como homofobia ou islamofobia. O termo foi criado por volta dos anos 1990 pela escritora e filósofa espanhola Adela Cortina” (Di Spagna, 2023).

Figura 14 – Matéria do Guia do Estudante

Aporofobia: a aversão aos pobres e seus efeitos na sociedade

O preconceito pode se refletir na arquitetura hostil de espaços públicos e até em campanhas contra a doação de esmolas

Rbr: Julia Di Spagna

Aporofobia é um termo que tem aparecido cada vez mais no debate público, impactando, inclusive, a legislação. E sim, estudante: também já foi explorado no vestibular. Mas você sabe o que ele significa e como afeta a sociedade?



Homem dorme nas escadarias em frente ao Teatro Municipal, no Rio de Janeiro

Foto: Luiz Souza/Alu/Photo/Getty Images / Guia do Estudante

A palavra aporofobia significa **aversão, medo, desprezo ou rejeição aos pobres**. De origem grega, é um neologismo e deriva da junção das palavras á-poros (pobres) e fobos (medo) - é a mesma lógica de outros preconceitos, como homofobia ou islamofobia. O termo foi criado por volta dos anos 1990 pela escritora e filósofa espanhola Adela Cortina.

Fonte: Di Spagna (2023).

A matéria foi classificada como semântica porque tenta explicar o que significa a palavra, como ela foi criada e quais sentidos aciona no universo comunicativo. O texto foi publicado quando o assunto foi tema de uma redação do Exame Nacional do Ensino Médio

(Enem). Especialistas vinham apontando o termo como um potencial tema de redação desde 2018 e, no ano de 2022, essa previsão se concretizou, o que rendeu uma série de publicações posteriores à prova. No título, lead e sublead, o autor mostra o foco na explicação do significado da palavra e como ela está afetando o dia a dia das pessoas, o que gera uma possibilidade de contextualização por parte do leitor.

Na segunda etapa da pesquisa não houve nenhum resultado nessa categoria. A situação se justifica porque as questões referentes ao que significa a palavra, tanto no Instagram do padre Júlio Lancellotti como no Observatório da Aporofobia, já estão em momentos mais avançados e de ressignificação. Elas estão mais presentes no período anterior ao recorte em que fizemos a coleta de dados. Sendo assim, as postagens nessa categoria não parecem dentro do recorte estabelecido por esta pesquisa, que compreende os primeiros cem dias do governo do presidente Lula, de 1º de janeiro de 2023 a 10 de abril de 2023. Elas aparecem já nas primeiras postagens do padre Júlio Lancellotti, no ano de 2020.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra “aporofobia” foi criada nos anos de 1990 para descrever a aversão ao pobre e, diante das históricas desigualdades sociais que afligem o mundo, não há como não nos questionarmos o motivo de não existir um termo para descrever este sentimento antes. Adela Cortina (2020), professora e pesquisadora que criou o termo, mostrou a presença da repugnância às pessoas que não têm dinheiro a partir da observação da relação entre os europeus e os imigrantes refugiados. Contudo, esse sentimento foi aplicado em outros cenários e situações e entrou no vasto e dinâmico universo dos sentidos, tendo no Brasil como grande propagador do conceito o padre Júlio Lancellotti que, calcado na teologia da libertação, deu sentido bíblico e político ao termo, bem como o integrou às situações cotidianas do nosso país.

Adela Cortina e Júlio Lancellotti foram personalidades públicas essenciais para esta pesquisa e para os resultados que ela trouxe. Ambos serviram como pontos de partida para entendermos o termo e identificarmos como ele foi inserido na mídia brasileira, percorrendo espaço, tempo, plataformas e chegando ao cotidiano da população, que convivia com a aporofobia mesmo sem saber que ela já tinha um nome. Trata-se de um caminho repleto de conflitos e debates que cruzam questões como raça, gênero e a construção de uma sociedade cheia de mecanismos que favorecem a manutenção das elites ou castas.

Cabe aqui retomarmos que, para o sociólogo Jessé Souza (2019), as elites são compostas por pessoas que usufruem do poder econômico e social e com ele podem dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem será abandonado. Já o conceito de castas é apresentado pela jornalista Isabel Wilkerson (2021), que defende que as pessoas não conseguem ascender socialmente e economicamente porque existem barreiras invisíveis que mantêm a estratificação da sociedade. Trata-se de um sistema que usa de leis, estereótipos e todo tipo de aparato de violência física e psicológica para manter tudo como está.

Esta pesquisa não forneceu elementos suficientes para afirmarmos que, após a criação do termo, haveria o fim da desigualdade, porém, trouxe fatores que apontam para a relação entre a palavra e a inserção do tema em ambientes políticos de decisão e até mesmo a criação de leis e ações governamentais com objetivo de tentar garantir minimamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros, que sofrem de múltiplas ausências, os direitos constitucionais, como o da vida e da dignidade humana, que deveriam ser universais.

Na estruturação da pesquisa, houve um cuidado especial com a definição do recorte temporal. Optamos por coletar os dados nos primeiros cem dias do governo do atual presidente, Luiz Inácio “Lula” da Silva, por conta da transição entre duas formas de governos opostas, uma de discurso aporofóbico e outra de discurso humanista. Esse contexto trouxe importantes

contribuições no âmbito dos sentidos, bem como dos encaminhamentos e das interpretações feitas pelos veículos sobre onde se encaixa a aversão ao pobre. Dessa forma, conseguimos identificar dentre os *links* das matérias selecionadas para análise cinco sentidos: aporofobia estrutural, arquitetura hostil/higienização, políticas públicas, semântica e violência.

Contudo, cabe aqui evidenciarmos que as categorias são limitantes ao recorte da coleta e as possibilidades de expansão dos sentidos são inumeráveis, podendo se consubstanciar com a absorção do termo pela população nos processos comunicativos. A linguagem faz com que o uso e reuso da palavra traga novas bagagens ao seu emprego, principalmente diante de uma sociedade com alto grau de desigualdade e repleta de situações que mostram a aversão, a qual em alguns casos se justifica pela aplicação de estereótipos. Estes, como mostramos a partir do conceito do sociólogo Stuart Hall (2016), reduzem, essencializam, naturalizam e fixam uma diferença, construindo barreiras simbólicas que determinam o que e quem é aceito ou excluído, dando base a discursos e crimes de ódio. Dessa forma, os pobres são colocados na caixa da exclusão e recai sobre eles os estereótipos mais cruéis de grotescos, sujos, preguiçosos, entre outros.

A aporofobia se concretiza em pequenas ações cotidianas e também invade os jornais de forma não nominada. Em 27 de dezembro de 2023, dois policiais militares mataram a tiros duas pessoas em situação de rua em Rondonópolis, cidade a 214 km de Cuiabá. Os atiradores passaram em um carro modelo Land Rover e atiraram nas vítimas que estavam na frente do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Conforme matéria publicada na página da *CNN Brasil*, de 29 de dezembro de 2023, as investigações não identificaram uma ação violenta que gerasse a reação dos militares (Rosendo; Vitoria, 2023). Foi simplesmente um crime de ódio.

Uma situação que se repete em outros locais e depois de uma ampla discussão entrou na pauta do Congresso Nacional, onde está em tramitação uma lei que aumenta a pena dos crimes caracterizados como aporofóbicos (Brasil, 2022b), entre eles o homicídio e a injúria, processo pelo qual passou o feminicídio e que resultou em grandes avanços nas políticas públicas em prol da garantia de direitos das mulheres.

As discussões e os avanços no caminho de levar dignidade às pessoas que não possuem recursos financeiros perpassam a nomeação desse sentimento de ódio, afinal, como discutimos neste trabalho, criar um termo linguístico único para identificar algo, sem a necessidade de explicações complementares, acelera o processo comunicativo e traz materialidade ao objeto retratado, bem como amplitude aos debates e à capacidade de interpretação dos comunicantes, como afirma o sociólogo Anselm L. Strauss (1999).

Porém, o debate não acontece sem conflitos por parte dos grupos que têm interesse em manter as barreiras físicas e simbólicas onde estão, já que a reflexão sobre o tema gera clamor público e indica que a mudança é necessária para se manter a pacificação social. Um dos exemplos desse efeito está nos andamentos do Projeto de Lei municipal, em São Paulo, que multa em R\$17 mil as pessoas que doarem comida a indivíduos em situação de rua. Conforme reportagem publicada no portal *GI* (Honório; Rodrigues; Machado, 2024), em 28 de junho de 2024, apenas três vereadores, do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Psol (Partido Socialismo e Liberdade), votaram contra o projeto na primeira votação. Os demais 25 vereadores foram favoráveis.

Contudo, devido ao clamor social da população, das entidades civis organizadas e de Organizações Não Governamentais (ONGs), o autor do projeto, Rubinho Nunes (União Brasil), retirou o texto da votação. Segundo ele, o objetivo é levá-lo para diálogo com a sociedade. A retirada mostra tanto uma pressão popular e avaliação crítica da população em geral sobre o tema como também o entendimento de que a situação de quem está na rua não será resolvida com a suspensão do acesso ao alimento, o que seria uma falta de humanidade.

O projeto de lei também atingiria diretamente o atual porta-voz da aporofobia no Brasil, o padre Júlio Lancellotti, que em seu trabalho frente à Pastoral do Povo da Rua entrega refeições para as pessoas em condição de vulnerabilidade na região da Cracolândia, em São Paulo. Cabe aqui citarmos que esse não é o primeiro e nem será o último ataque ao religioso, que já foi alvo de uma proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) (Ribeiro, 2024), que também teve como autor o vereador Rubinho Nunes (União Brasil). Na CPI seria investigado um suposto esquema com uso de recursos públicos e de entidades nas ações da Cracolândia, entre elas a da pastoral de Lancellotti, cujo nome, após clamor social, foi retirado do texto.

O vereador Rubinho Nunes é uma personalidade pública que faz ataques reiterados ao padre, o que gerou uma investigação na Polícia Civil a pedido do Ministério Público de São Paulo (Stabile; Bischoff, 2024) por apresentar propostas abusivas em ano eleitoral, discursos aporofóbicos e também compartilhar *fake news* contra Júlio Lancellotti, por tê-lo acusado de cometer abuso sexual contra moradores da Cracolândia. Assim como o parlamentar, outros políticos – como foi o caso da deputada estadual de São Paulo, Janaina Paschoal (Partido Social Liberal – PSL) (G1 SP, 2021) – também usam a ação do padre como alvo de críticas, atribuindo a existência da Cracolândia às ações assistenciais da pastoral e desconsiderando situações econômicas e a desigualdade social que está enraizada na história do país.

A atuação da extrema direita no Brasil corrobora com o desprezo aos pobres e as ações de perseguição contra quem tenta defendê-los. Mesmo que o discurso desse grupo seja carregado de fundo religioso, ele despreza a solidariedade, a empatia e o apoio aos menos

favorecidos, além de tirar do Estado sua função, que é administrar as desigualdades em relação à distribuição de renda e oferecer à população as condições mínimas de saúde, educação, dignidade e oportunidade de ascensão. Também defendem a tão clamada meritocracia, desde que ela justifique a presença da elite ou das classes abastadas onde elas estão. Trata-se de um projeto de governo que tem avançado em vários países e traz a ameaça nefasta para o mundo da aplicação sistemática de uma necropolítica, aquela que se baseia na morte dos que não interessam ao sistema.

Como este trabalho mostrou, as vítimas dessa forma de pensar e agir são a ralé, como define Jessé Souza, ou pessoas que vivem em situação subalternizada, em locais e posições à margem ou subservientes aos ricos e detentores do poder econômico e social. Estamos, nesse sentido, tratando de famílias que não conseguem ver os jovens do sexo masculino chegando à vida adulta por conta da violência e que se veem sendo destruídas e condenadas a todo tipo de ausência de recursos e oportunidades.

Diante da situação, fica ainda mais claro que a atuação frente ao problema epidêmico que é a pobreza quebra barreiras simbólicas e faz com que estereótipos sejam reconstruídos. O processo de ruptura acontece dentro de ambientes comunicacionais, o que mostra a importância do termo aporofobia, bem como seu compartilhamento, sua significação e ressignificação. Pode até soar como algo utópico, mas a comunicação pode mudar o mundo e o uso do termo linguístico tem o poder de contribuir para o entendimento da pobreza em todas as suas perspectivas.

Sendo assim, consideramos que esta pesquisa alcançou o seu objetivo de mostrar os sentidos da palavra aporofobia no contexto da mídia brasileira, além de trazer as rupturas que aconteceram a partir da participação do termo linguístico nas discussões e as inúmeras possibilidades de sentidos que ainda existem para a palavra, tendo em vista que a desigualdade cresce exponencialmente no mundo. Outro objetivo alcançado pela pesquisa foi contribuir com a mudança do mundo, uma vez que este material é uma nanopartícula que já movimentou a percepção dos colegas de mestrado, dos professores que participaram desta pesquisa ao longo do curso e minha percepção como jornalista e como cidadã. Agora, carrego comigo a esperança de que outros colegas se interessem pelo tema de desigualdade porque, como diz o jornalista Nelson Traquina (1948-2019), o jornalista é o cão de guarda da sociedade (Traquina, 2004). Então, precisamos seguir latindo contra os abusos de poder.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA Brasil. Entenda o que é arquitetura hostil e aporofobia. Lei Padre Júlio Lancelloti foi promulgada nesta quarta-feira (11). **Portal Thati**, s.l., 12 de jan. 2023. Disponível em: <https://thathi.com.br/cidade/entenda-o-que-e-arquitetura-hostil-e-aporofobia-lei-padre-julio-lancelloti-foi-promulgada-nesta-quarta-feira-11/>. Acesso em 28 de julho de 2024.
- ALESSI, Gil. Exclusivo: Festival Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo. **Repórter Brasil**, São Paulo, 23 de mar. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/03/exclusivo-festival-lollapalooza-e-flagrado-com-trabalhadores-escravizados-em-sao-paulo/>. Acesso em 27 de julho de 2024.
- BACELAR, Tânia. A máquina da desigualdade. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, n. 4, 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-maquina-da-desigualdade/>. Acesso em 3 de dezembro de 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEGATTI, Silvio. Arquitetura hostil se espalha por Campinas; Prefeitura diz que tema está na ‘pauta’. **Hora Campinas**, Campinas, 18 de jan. 2023. Disponível em: [Arquitetura hostil se espalha por Campinas; Prefeitura diz que tema está na 'pauta' - Hora Campinas](#). Acesso em 27 de julho de 2024.
- BERSANI, H. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.148025>. Acesso em 3 de dezembro de 2022.
- BOCCHINI, Bruno. Dez vereadores desistem de apoiar CPI sobre ONGs e padre Lancellotti. **Agência Brasil**, Brasília, 11 de jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-01/dez-vereadores-desistem-de-cpi-sobre-ongs-e-padre-julio-lancellotti>. Acesso em 6 de março de 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022**. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público – Lei Padre Júlio Lancelotti. Brasília, DF: Presidência da República, 2022a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Lei/L14489.htm. Acesso em 23 de julho de 2024.
- BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 1.636, de 2022**. Torna crime de injúria o ato que envolva discriminação contra a pessoa em razão de sua condição de pobreza, assim denominada aporofobia, além de qualificar o crime de homicídio e majorar o crime de lesão corporal praticado pela mesma razão. Brasília, DF: Senado Federal, 2022b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153628>. Acesso em: 03 de dezembro de 2022.
- BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 488, de 2021**. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para vedar o emprego de técnicas de “arquitetura hostil” em espaços livres de uso público. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146615/pdf>. Acesso em 22 de julho de 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.135 de 2020**. Criminaliza atos violentos praticados contra pessoa em decorrência de sentimento de ódio por sua condição de pobreza, assim denominados como aporofobia. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2254552>. Acesso em 3 de dezembro de 2022.

CANAL 90. **Pobre é uma coisa triste!** Os momentos mais absurdos de Caco Antibes. YouTube: Canal 90, Rio de Janeiro, 2013. 1 vídeo (11m49s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EfdQM6K4dsc>. Acessado em 3 de janeiro de 2024.

CARATCHUK, Ana; AGÊNCIAS de Notícias. Justiça para George Floyd. **NotíciasUol.com.br**. São Paulo, jun. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/george-floyd-como-negro-morto-pela-policia-inspira-hoje-luta-antirracista/#cover>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

CORTINA, A. **Aporofobia, o rechaço ao pobre: um desafio para a democracia**. 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CORTINA, A. **Aporofobia, el miedo a las personas pobres**. YouTube: TED, Valência, 2018. 1 vídeo (2h32). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZODPxP68zT0&t=175s>. Acessado em 3 de janeiro de 2024.

DALMONTE, Edson; DIBAI, Priscilla. A direita radical bolsonarista: da aporofobia à defesa da memória do regime de exceção. **Revista IdeAs**, n. 14, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideas/6895>. Acesso em 20 de nov. 2023.

DINDARA. Macaé é a primeira cidade do RJ a garantir transporte público gratuito para pessoas em situação de rua. **Portal Terra**, Rio de Janeiro, 2 de jan. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/macaee-a-primeira-cidade-do-rj-a-garantir-transporte-publico-gratuito-para-pessoas-em-situacao-de-rua,8f593fee051ec3d132743c48ebc7c01a16tbu48n.html>. Acesso em 28 de julho de 2024.

DI SPAGNA, Julia. Aporofobia: a aversão aos pobres e seus efeitos na sociedade. **Guia do Estudante**, São Paulo, 4 de abr. 2023. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/aporofobia-a-aversao-aos-pobres-e-seus-efeitos-na-sociedade/>. Acesso em 29 de julho de 2024.

EDUCAFRO. Quem somos – Conheça a EDUCAFRO. **Educafro.org.br**, 2024. Disponível em: <https://educafro.org.br/site/quem-somos/>. Acesso em 23 de julho de 2024.

EQUIPE. Quatro PMs de Cachoeirinha são investigados por morte de morador de rua. **Giro de Gravataí**, Gravataí/RS, 16 de fev. 2023. Disponível em: <https://www.girodegravatai.com.br/quatro-pms-de-cachoeirinha-sao-investigados-por-morte-de-morador-de-rua/>. Acesso em 29 de julho de 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, São Paulo. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

FRÓS, C. Crimes de ódio. **Revista da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público**, Porto Alegre, v. 17, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.53929/rfdf.v17i1.298>. Acessado em 3 de janeiro de 2024.

G1 SP. Janaína Paschoal diz que doações de comida na Cracolândia ajuda crime; padre Júlio rebate. **G1**, São Paulo, 8 de ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/08/janaina-paschoal-diz-que-doacao-de-comida-na-cracolandia-ajuda-crime-padre-julio-lancelotti-rebate.ghtml>. Acesso em 11 de julho de 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. V. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUZZO, J. R. Nosso pacto. **Revista Oeste**, Brasília, s.d. Disponível em: <https://revistaoeste.com/nosso-pacto/#>. Acesso em 23 de julho de 2024.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HEPP, A; HASEBRINK, U. Interação humana e configurações comunicativas: transformações culturais e sociedades midiáticas. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 45-64, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/333/341>. Acessado em 3 de janeiro de 2024.

HJAVARD, Stig. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38327>. Acesso em 22 de julho de 2024.

HONÓRIO, Gustavo; RODRIGUES, Rodrigo; MACHADO, Lívia. Vereador recua em projeto que prevê multa de R\$ 17 mil a quem doar comida a morador de rua; texto foi aprovado em 25 segundos. **G1**, São Paulo, 28 de jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/28/apos-ser-aprovado-em-25-segundos-autor-quer-suspender-projeto-com-multa-de-r-17-mil-a-quem-doar-comida-a-moradores-de-rua-em-sp.ghtml>. Acesso em 11 de julho de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em 22 de julho de 2024.

JORNALISTA Augusto Nunes agride Glenn Greenwald, que revida; assista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 de nov. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/jornalista-augusto-nunes-agride-glenn-greenwald-que-revida-assista.shtml>. Acesso em 6 de março de 2024.

KRUSE, Tulio. Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de fev. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/prefeitura-intensifica-remocao-de-barracas-de-sem-teto-no-centro-de-sp.shtml>. Acesso em 28 de julho de 2024.

LANCELOTTI, Júlio. **Desafios**. São Paulo, 3 de fev. 2023. Instagram: padrejulio.lancellotti. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoMqLSmufHb/>. Acesso em 27 de julho de 2024.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JUNIOR, Fernando. Ideologização da violência no capitalismo: contribuições da psicologia da libertação de Martín-Baró. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 221-235, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202018000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 de abril de 2023.

MELO, Mônica Souza. O debate sobre aporofobia promovido pelo Padre Júlio Lancellotti nas redes sociais: uma análise semiolinguística. **Revista Soletas**, Rio de Janeiro, n. 44, 2022.

MENDONÇA, M. L. M. de; JORDÃO, J. V. de P. Nojo de pobre: representações do popular e preconceito de classe. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-18, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/contemporanea/article/view/10094/9648>. Acessado em 3 de janeiro de 2024.

O GLOBO. Educafro pede R\$40 milhões de mercado onde seguranças agrediram mulher acusada de furto de carne seca. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de fev. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/educafro-pede-r-40-milhoes-de-mercado-onde-seguranças-agrediram-mulher-acusada-de-furtar-carne-seca.ghtml>. Acesso em 29 de julho de 2024.

OXFAM BRASIL; DATAFOLHA. **Pesquisa Nós e as Desigualdades**. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2022/>. Acesso em 25 de maio de 2023.

PEREIRA, F.; MORAES, F. Padre influencer: Júlio Lancellotti só foi ordenado na 3ª passagem pelo seminário. Hoje, mobiliza progressistas e conservadores. **UOL Tab**. Junho, 2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/julio-lancellotti/#cover>. Acesso em 24 de junho de 2021.

POCHMANN, Marcio. O país dos desiguais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, n. 3, 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-pais-dos-desiguais/>. Acesso em 3 de dezembro de 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**. Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PODER360. Saiba quem passou a faixa presidencial a Lula. **Poder 360°**, Brasília, 1º de jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/saiba-quem-passou-a-faixa-presidencial-a-lula/#:~:text=Wesley%20Viesba%20Rocha%2C%2036%20anos,e%20sua%20inclus%C3%A3o%20na%20sociedade>. Acesso em 28 de junho de 2023.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras – Estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/514336176/Plataformizacao-Poell-Nieborg-Van-Dijck>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

RIBEIRO, Bruno. Câmara decide votar CPI das ONGs, mas adia inclusão de padre Júlio. **Metrópoles**, Brasília, 5 de mar. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/camara-cpi-ongs-inclusao-padre-julio>. Acesso em 11 de julho de 2024.

ROSENDO, Marcos; VITORIA, Dayres. Polícia confirma participação de na morte de moradores em situação de rua. **CNN Brasil**, Cuiabá, 29 de dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-confirma-participacao-de-pms-na-morte-de-moradores-em-situacao-de-rua/>. Acesso em 11 de julho de 2024.

SALGUEIRO, Edilson. Exclusivo: ex-usuário de drogas relata abuso sexual do padre Júlio Lancellotti em casa paroquial. **Revista Oeste**, Brasília, 4 de mar. 2024. Disponível em: <https://revistaoeste.com/politica/exclusivo-ex-usuario-de-drogas-relata-abuso-sexual-do-padre-julio-lancellotti-em-casa-paroquial/>. Acesso em 06 de março de 2024.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SIMIONATTO, I.; COSTA, C.R. O Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p 68-76, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802014000100007>. Acesso em 30 de junho de 2023.

SPRANDEL, Márcia Anita. Nossos pobres ou nosso povo? Contribuição para o debate sobre políticas sociais no Brasil. **Revista Inclusão Social**, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1522>. Acesso em 22 de julho de 2024.

STABILE, Arthur; BISCHOFF, Wesley. Polícia Civil instaura inquérito para investigar vereador que tentou abrir CPI contra padre Júlio Lancellotti. **G1**, São Paulo, 24 de jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/24/policia-civil-instaura-inquerito-para-investigar-vereador-que-tentou-abrir-cpi-contr-padre-julio-lancellotti.ghtml>. Acesso em 11 de julho de 2024.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

STUMPF, Ida Regina C. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

TEODORO, Plínio. Aline, mulher negra que entregou faixa a Lula, é atacada por fotos na Itália e dá invertida incrível; veja vídeo. **Fórum**, São Paulo, 6 de jan. 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/1/6/aline-mulher-negra-que-entregou-faixa-lula-atacada-por-fotos-na-italia-da-invertida-incrivel-veja-video-129758.html>. Acesso em 27 de julho de 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Volume I: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

UOL. Falabella diz que ‘Sai de Baixo’ seria proibido hoje, e Caco, cancelado. **UOL – TV e Famosos**, Santos, 3 de abr. 2021. Disponível em:

<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/03/falabella-diz-que-sai-de-baixo-seria-proibido-hoje-e-caco-cancelado.htm#:~:text=O%20Sai%20de%20Baixo%20seria,em%20raz%C3%A3o%20de%20seu%20elenco>. Acesso em 23 de julho de 2024.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZES**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/82928>. Acesso em 22 de julho de 2024.

WILKERSON, Isabel. **Casta**: as origens de nosso mal-estar. Tradução: Denise Bottmann e Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

ANEXOS

Anexo A: Tabela de pesquisa com o termo “aporofobia” nos repositórios Capes e Ibtct

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
Nº	Origem do dado	Nome do veículo	Região	Estado	Local onde a aporofobia é identificada	Cidade ou interior em relação ao local de ocorrência	Data	Edição	Título da Matéria	Assinatura da matéria	Interoctores	tipo de manifestação	Leis e subtítulo da matéria	qual manifestação	Salvo em PDF	Link
1	Google Notícias	Estado de Minas Gerais	Sudeste	Minas Gerais	Divópolis	Interior	12/07/2023	GracilCidadEsp/CoIdianO	Padre Júlio Lancelotti souza padaria de aporofobia e gera polêmica em MG	Amaral Quiliano	Padre Júlio Lancelotti	Aporofobia estrutural	Um post feito pelo Padre Júlio Lancelotti, nesta quarta-feira (11), tem repercutido e gerado polêmica em Divópolis, que fica no centro da cidade, de aporofobia. A padaria que ficou no centro da cidade, de aporofobia, que tem um proprietário e uma referência à quem tem comportamento hostil a moradores de rua. A publicação foi uma reação a um cartaz afixado no estabelecimento pedindo aos clientes para não falar com moradores de rua, para evitar maiores transtornos.	Padaria coloca placa para que clientes não deem esmola	Sim	https://www.em.com.br/app/noticia/geral/2023/07/12/aporofobia-em-divopolis-gera-polêmica-em-mg.shtml
2	Google Notícias	Portal Thati	Centro-oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital	12/07/2023	GracilCidadEsp/CoIdianO	Estado e que é, aporofobia hostil, aporofobia. Lei Padre Júlio Lancelotti foi promulgada nesta quarta-feira (11)	Agênia Brasil	Padre Júlio Lancelotti	Políticas públicas	A Lei Padre Júlio Lancelotti, que proíbe a chamada arquitetura hostil em espaço público, foi promulgada. O texto da lei foi republicada na edição de hoje (11) do Diário Oficial da União. A legislação foi publicada em Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de ano passado, mas precisou ser republicada após uma correção. Aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, a lei obrigou a ser vetada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, mas o texto não foi publicado no Diário Oficial da União.	Lei contra arquitetura hostil tem veto derrubado	Sim	https://thati.com.br/brasil/2023/12/12/leis-contras-arquitetura-hostil-tem-veto-derrubado/
3	Google Notícias	Grupo Marília	Sudeste	São Paulo	Marília	Interior	23/07/2023	GracilCidadEsp/CoIdianO	Observatório com padre crítico pedros em Marília	Redação	Padre Júlio Lancelotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Paras embalo de vândalos e pontilhões, cercas e estruturas de ferro com características medievais e outros tipos de instalações espantosas. Esses elementos podem ser verificados a partir de uma observação um pouco mais aerea dos espaços públicos da área central de Campinas. São as chamadas populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua. Essas fortalezas da hostilidade, no entanto, estão em processo de demolição. Elas são comuns em grandes centros urbanos e em áreas de comércio. O objetivo é impedir que pessoas possam se reunir em grupos sociais de Campinas começam a se mobilizar para a elaboração de um levantamento dessas arquiteturas na cidade. O objetivo é promover a remoção das barreiras que afastam a população de rua.	Friedo com barreiras arquitetônicas para afastar moradores de rua	Sim	https://www.grupomarilia.com.br/marilia/2023/07/23/observatorio-com-padre-critico-pedros-em-marilia-103532
4	Google Notícias	A Hora de Campinas	Sudeste	São Paulo	Campinas	Interior	18/07/2023	GracilCidadEsp/CoIdianO	Arquitetura hostil se espalha por Campinas: Prefeitura diz que tema está na 'pauta'	Silvio Begotti	Padre Júlio Lancelotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Paras embalo de vândalos e pontilhões, cercas e estruturas de ferro com características medievais e outros tipos de instalações espantosas. Esses elementos podem ser verificados a partir de uma observação um pouco mais aerea dos espaços públicos da área central de Campinas. São as chamadas populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua. Essas fortalezas da hostilidade, no entanto, estão em processo de demolição. Elas são comuns em grandes centros urbanos e em áreas de comércio. O objetivo é impedir que pessoas possam se reunir em grupos sociais de Campinas começam a se mobilizar para a elaboração de um levantamento dessas arquiteturas na cidade. O objetivo é promover a remoção das barreiras que afastam a população de rua.	Adequação da cidade a lei contra arquitetura hostil	Sim	https://ibict.ibict.br/pt-br/pt/2023/07/18/aporofobia-em-campinas-prefeitura-diz-que-tema-esta-na-pauta/
5	Google Notícias	O Globo	Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	16/02/2023	Nacional	Estado pede R\$ 40 milhões de multa para mulher acusada de furtar carne seca	Redação	Advogados	Violência física	Estado pede R\$ 40 milhões de multa para mulher acusada de furtar carne seca. Segundo o superintendente do Departamento de Segurança Pública, a mulher não teve a identidade revelada, e a mesma não se quer revelar em sua cultura. Gilcor de "pode desculpas, carah", pede desculpas", podem ser ouvidos na gravagem, feita por um cliente de dentro do seu carro no estacionamento do restaurante. Uma crítica foi feita pelo jornalista de imprensa policial dentro de uma estação de trem em Bogotá, na Colômbia, na terça-feira (12). Imagens de câmeras de segurança do restaurante foram divulgadas pelo advogado Gustavo Fritto, mostrando o momento em que um policial perseguiu a pessoa e jogou o casquete para tentar acertá-lo. No entanto, o objeto acabou atingindo uma criança que estava embarcando na estação.	Advogados pedem indenização para supermercado cujos segurança bateram e humilharam mulher suspeita de roubar um pedaço de carne seca.	Sim	https://globo.globo.com/rio-de-janeiro/pt-br/pt/2023/02/16/estado-pede-r-40-milhoes-de-multa-para-mulher-acusada-de-furtar-carne-seca-2471173.html
6	Google Notícias	Itó é	Sudeste	Colômbia	Bogotá	Capital	22/02/2023	Nacional	Vídeo: Criança pega tendo após policial arremessar casquete durante perseguição	Redação	Indígenas	Violência física	Uma crítica foi feita pelo jornalista de imprensa policial dentro de uma estação de trem em Bogotá, na Colômbia, na terça-feira (12). Imagens de câmeras de segurança do restaurante foram divulgadas pelo advogado Gustavo Fritto, mostrando o momento em que um policial perseguiu a pessoa e jogou o casquete para tentar acertá-lo. No entanto, o objeto acabou atingindo uma criança que estava embarcando na estação.	Policial joga casquete e acerta criança indígena em Bogotá	Sim	https://www.itoe.com.br/pt-br/pt/2023/02/22/estado-pede-r-40-milhoes-de-multa-para-mulher-acusada-de-furtar-carne-seca-2471173.html
7	Google Notícias	O Estado de Minas	Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	Capital	20/09/2023	Cultura	Estreia de Brenda Navaro aborda drama de mãe e seus filhos desaparecidos	Carlos Marcelo	Ante mexicana Brenda Navarro	Aporofobia estrutural	"O que é um desaparecido? É um fantasma que te assombra como se fosse parte de sua existência, e você não sabe onde ele está".	Estreia de Brenda Navaro aborda drama de mãe e seus filhos desaparecidos	Sim	https://www.oh.com.br/pt-br/pt/2023/09/20/estrela-de-brenda-navaro-aborda-drama-de-mae-e-seus-filhos-desaparecidos-2471173.html
8	Google Notícias	Festa Fórum	Centro-oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital	06/09/2023	Política	Basismo e aporofobia: mãe, mulher negro, fotos na Itália e da inverteda inverti, vídeo	Pfimo Teodoro	Caçador de recidivais e Jair Bolsonaro	Aporofobia estrutural	Basismo e aporofobia: mãe, mulher negro, fotos na Itália e da inverteda inverti, vídeo	Críticas a caçador de recidivais que colorou a sala em Lula porque ela já foi a Itália	Sim	https://www.festaforum.com.br/pt-br/pt/2023/09/06/basismo-e-aporofobia-mae-mulher-negra-fotos-na-italia-e-da-inverteda-inverti-video-2471173.html

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
9	Google Notícias	Folha de Vitória	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	11/02/2023	Geral/Cidades/Cidades	Prefeitura faz moradores de rua desmontarem barracas durante o dia	Agência Estado	Padre Júlio Lancelotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higiênista	A moçilha do ajudante geral Rodrigo Silva estava mais pesada que o normal nesta sexta-feira, na Praça da Sé, região central de São Paulo. Além de duas camisas e uma bermuda, ela tinha a missão de guardar a barraca com as coisas que o morador de rua Rodrigo conta que espera a "poeira baixar" para instalar a barraca de novo. A prefeitura de São Paulo realizou um movimento para impedir o uso das barracas de camping na região da Sé durante o dia, de acordo com os moradores de rua. As medidas improvisadas só podem ser armadas à noite. Com isso, as pessoas ficaram perambulando pelas ruas do centro de São Paulo até o fim da tarde. O movimento de desmontagem das barracas de rua - está na sexta edição e isolando novos barracões na língua portuguesa, que tem como objetivo incluir verbetes que começaram a surgir na pandemia de Covid-19. A Academia Brasileira de Letras é responsável por ditar como reger essas novidades. Da seja, a instituição que deve formalizar e normalizar essas expressões que surgem na sociedade, incluindo também gírias e neologismos, e a última atualização que A extrema direita católica assumiu nas redes sociais uma crítica violenta e desonesta à Campanha da Fraternidade de 2023, que tem como tema a fome. O "neoliberalismo" adotado das instituições de Marcell Lebevre (1895-1991). Tem forte presença nas redes sociais e nas plataformas digitais. Organizam-se a partir de lives, cursos, palestras, divulgação e leituras de livros tradicionais inteiros ao catolicismo romano. São radicalmente contra as resoluções pastorais do Concílio Vaticano II (dos anos 60), terminantemente contrários as resoluções das conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) e sempre em oposição à CIBBB (Brasil, Itália, México, Brasil). O "neoliberalismo" adotado das instituições de guerra nas redes sociais: contra o Papa Francisco, chegando a ponto de afirmar que o Papa é um "impostor".	Reitadas de moradores de rua da Praça da Sé. Ação pública de higienização da Sé. Ação pública de higienização da Sé.	Sim	https://www.folha.uol.com.br/brasil/politica/2023/02/11/prefeitura-faz-moradores-de-rua-desmontarem-barracas-durante-o-dia/
10	Google Notícias	Notícia da Manhã	Sul	Rio Grande do Sul	Peletias	Interior	23/02/2023	Geral/Cidades/Cidades	Língua Portuguesa ganha novos palavras, veja quais	Karine Bragione/Jornalista - articulista	Karine Bragione/Jornalista - articulista	Semântica	Novas palavras que estão incluídas no dicionário da língua portuguesa	Sim	https://www.noticiadamanha.com.br/2023/02/23/noticia-da-manha-lingua-portuguesa-ganha-novas-palavras-veja-quais-veja-quais/	
11	Google Notícias	Diário do Centro do Mundo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	22/02/2023	Política	Escolhista "escolhista" usam fôlego e parolada para atacar Campanha da Fraternidade	Romero Vesúcio / Jornalista - articulista	Romero Vesúcio / Jornalista - articulista	Aprocriobla estrutural	Do alto do palco montado na Praça da Apoteose, o presidente da Imperatriz Leopoldinense, Caia Drummond, soltou dois gritos. Primeiro, anunciou a volta da "campanha de apoio ao futebol" para o fim da Copa Libertadores. Segundo, anunciou a volta do futebol de salão do clube de São Paulo ao norte do Rio de Janeiro voltado à segregação, em parceria da mesma história, que teve como desfecho a Imperatriz de novo no topo do Carioca. E com o CPF, Voltemos no tempo. Em 2019, a ex-"Centinha de Ramos" fez tudo errado, desfilou cheia de alas comemorativas e viajaram no grupo de acesso - e logo depois de tudo isso, o clube acabou sendo vendido para o clube que o Braxil paradas para ver e ouvir o que a escola tinha para dizer, tocar e mostrar. Entre os anos 80 e início dos 2000, foram cinco títulos e inúmeras histórias contadas por Rosa Magalhães.		Sim	https://www.diariocentrodomundo.com.br/2023/02/22/escolhista-escolhista-usam-flego-e-parolada-para-atacar-campanha-da-fraternidade-que-e-o-combate-a-fome
12	Google Notícias	Sétor H Band	Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	23/02/2023	Cultura	Título da Imperatriz encerra 22 anos e torcedores vão com CPF, ato de 1999	Da Redação	Da Redação	Aprocriobla estrutural	Do alto do palco montado na Praça da Apoteose, o presidente da Imperatriz Leopoldinense, Caia Drummond, soltou dois gritos. Primeiro, anunciou a volta da "campanha de apoio ao futebol" para o fim da Copa Libertadores. Segundo, anunciou a volta do futebol de salão do clube de São Paulo ao norte do Rio de Janeiro voltado à segregação, em parceria da mesma história, que teve como desfecho a Imperatriz de novo no topo do Carioca. E com o CPF, Voltemos no tempo. Em 2019, a ex-"Centinha de Ramos" fez tudo errado, desfilou cheia de alas comemorativas e viajaram no grupo de acesso - e logo depois de tudo isso, o clube acabou sendo vendido para o clube que o Braxil paradas para ver e ouvir o que a escola tinha para dizer, tocar e mostrar. Entre os anos 80 e início dos 2000, foram cinco títulos e inúmeras histórias contadas por Rosa Magalhães.	Complexo de Apoteose, site da escola de samba, foi alvo de ataques durante a seleção por receber Lula	Sim	https://www.band.com.br/2023/02/23/titulo-da-imperatriz-encerra-22-anos-e-torcedores-voam-com-cpf-ato-de-1999/
13	Google Notícias	Portal Terra	Sudeste	Rio de Janeiro	Macaé	Interior	02/01/2023	Geral/Cidades/Cidades	Macaé é a primeira cidade do RJ a ganhar transporte público gratuito para pessoas em situação de rua	Dinara	Karine Terra / defensora pública	Políticas públicas	Transporte público gratuito para moradores de rua	Sim	https://www.terra.com.br/brasil/maea-transporte-publico-gratuito-para-pessoas-em-situacao-de-rua-02-01-2023	
14	Google Notícias	Site Terra	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	23/03/2023	Cidades	Aprocriobla: a aversão aos pobres e seus efeitos na sociedade	Julia Di Spagna	Julio Lancelotti	Semântica	Aprocriobla: um termo que tem significado cada vez mais complexo, debate acadêmico e repercussão na legislação. E sim, estudante também já foi explorado no vestibular. Mas você sabe o que ele significa e como afeta a sociedade?	Sim	https://www.terra.com.br/brasil/maea-transporte-publico-gratuito-para-pessoas-em-situacao-de-rua-02-01-2023	

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
18	Google Notícias	Portal Vermelho	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	01/03/2023	Cidades	Prefeito de São Paulo é criticado por recolher barracas de sem teto	César Xavier	Padre Júlio Lancellotti e sociólogo Paulo Escobar	Políticas públicas	Em réplica na Folha de S. Paulo desta quarta-feira (1), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) foi confrontado sobre seu artigo em que busca justificar a apreensão de barracas de pessoas que moram na rua, alegando que essas em áreas mais adequadas em Dois Espelhos na realidade das ruas. O padre, Júlio Lancellotti, vigário episcopal para a população de rua da Arquidiocese de São Paulo, e o sociólogo Paulo Escobar, coordenador do Observatório de Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga, defendem que o único objetivo em recolher as barracas e deixar as pessoas ao relento, é apenas recolher as barracas, e nada mais.	Padre Júlio Lancellotti e sociólogo Paulo Escobar reabrem artigo do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, no qual ele defende a tomada das barracas dos moradores de rua pela Guarda Municipal	https://www.medicos.org.br/2023/03/01/ricardo-nunes-paulo-escobar-diz-que-recolher-barracas-de-sem-teto/	
19	Google Notícias	Observatório do 3º Setor	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	04/03/2023	Cultura	Livro prefaciado por Padre Júlio Lancellotti tem noite de autógrafos e bate-papo	Ana Clara Godoi	Ana Clara Godoi	Semântica	O livro «Rua qualquer, sem número» terá noite de autógrafos e bate-papo com o autor, Marcelo Bietas, neste sábado (4), na Livraria Pausada, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo. A obra aborda preconceito e aversão a pobres que se expressa pelo reconhecimento e discriminação, de acordo com o dicionário. A obra conta com crônicas e contos baseados em histórias reais retratando vivências de cidadãos em condição de vida na rua e escritos em diferentes estilos literários como miniconto, cordel, poema e rap. O objetivo é trazer para o texto toda a manifestação das ruas e dar visibilidade à luta desse grupo.	Lançamento do Livro: Rua qualquer, sem número, uma obra que explora o que é a aporofobia	https://observatorio3setor.org.br/noticias/livro-lance-lancellotti-com-noite-de-autografos-e-bate-papo/	
20	Google Notícias	Fluê Hoje	Nordeste	Pauí	São Paulo	Capital	20/03/2023	Cidades	Ministro reúne-se com padre Júlio Lancellotti e troca experiências	Da Redação	Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e padre Júlio Lancellotti	Políticas Públicas	O livro «Rua qualquer, sem número» terá noite de autógrafos e bate-papo com o autor, Marcelo Bietas, neste sábado (4), na Livraria Pausada, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo. A obra aborda a aporofobia, aversão a pobres que se expressa pelo preconceito e discriminação, de acordo com o dicionário. A obra conta com crônicas e contos baseados em histórias reais retratando vivências de cidadãos em condição de vida na rua e escritos em diferentes estilos literários como miniconto, cordel, poema e rap. O objetivo é trazer para o texto toda a manifestação das ruas e dar visibilidade à luta desse grupo.	Encontro do ministro com o padre Júlio Lancellotti para discutir a situação do povo da rua	https://fluhoje.com/noticias/politico-administrativo/2023/03/20/ministro-reune-se-com-padre-julio-lancellotti-114102.html	
21	Google Notícias	Observatório do 3º Setor	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	10/03/2024	Cidades	Homem ataca padre Júlio Lancellotti por distribuir comida a pessoas vulneráveis	Maria Fernanda Garcia	Padre Júlio	Violência física	Um homem entrou na igreja onde o padre Júlio Lancellotti celebrava uma missa na manhã desta sexta-feira (10/03) e interrompeu a celebração. O invasor aos gritos disse: «oh, vai sustentar vagabundo». Ele tinha como alvo a campanha de distribuição de alimentos a pessoas vulneráveis. «Este morador da Mooca, hoje, invadiu a igreja», informou o grupo de WhatsApp «Pausa da pastoral de rua: loquular contra os poderes ameaças», postado o sacerdote em rede social.	Homem invade igreja onde padre Júlio celebrava a Missa e o ameaça	https://observatorio3setor.org.br/noticias/hoje-em-dia/2024/03/10/homem-ataca-padre-julio-lancellotti-por-distribuir-comida-a-pessoas-vulneraveis-xumeraxvz/	

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
22	Observatório / Padre Júlio	Portal Terra	Sudeste	Rio de Janeiro	Macaé	Interior	02/01/2023	GeratiCidad esf/Cotidian o	Macaé é a primeira cidade do RJ a garantir transporte público gratuito para pessoas em situação de rua	Dindara	Karine Terra / defensoria pública	Políticas públicas	A cidade de Macaé, no norte do Rio de Janeiro, se tornou o primeiro município do estado a aprovar uma emenda que inclui pessoas em situação de rua para ter acesso gratuito ao transporte público municipal. A emenda foi sancionada pelo Executivo no último dia 31. A medida, recomendada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, foi adotada a partir da apresentação de uma emenda proposta pela vereadora Suzi Vicente (Pso), que defende o Projeto de Lei 39/2022, texto que dispõe sobre a concessão do benefício social no serviço de transporte público da cidade. Anteriormente, o benefício era destinado apenas para pessoas idosas e pessoas com deficiência (PCD).	Transporte público gratuito para moradores de rua	Sim	https://www.terra.com.br/rio-de-janeiro/cidade-do-rio-de-janeiro/transporte-publico-gratuito-para-pessoas-em-situacao-de-rua-348386c701a1618b485a167011
23	Padre Júlio	Folha de São Paulo	Centro-Oeste	Distrito Federal	Brasília	Capital	02/01/2023	Poder	Silvio Almeida torna pessoas e de que criará lista de proteção a defensores dos direitos humanos	João Gabriel	Fala dos ministros do governo Lula	Políticas públicas	Silvio Almeida tomou posse nesta terça-feira (3) como ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, e prometeu criar um plano nacional de proteção e defesas dos direitos humanos e a apresentação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Segundo o ministro, será reconstruído o programa de defensores dos direitos humanos, e o plano nacional indígena doentes que vivem na terra Yanomami – a maior reserva indígena do país – foram resgatados com quadros de desnutrição severa e malária, segundo informações do Ministério da Saúde. Desde segunda-feira (16), equipes de saúde fazem atendimentos na região. Entre os atendimentos, técnicos do Ministério da Saúde fazem testes de diagnóstico em pacientes citienses, que estão em estado grave. Todas foram encaminhadas para a capital Boa Vista.	Indicações de Anís de Castro, que atua no Centro do Padre Júlio Lançolenti, ao Ministério de Direitos Humanos	Sim	https://www1.folha.uol.com.br/brasil/politica/2023/02/02/silvio-almeida-toma-posse-com-10-protecao-a-defensores-dos-direitos-humanos.shtml
24	Padre Júlio	GI	Norte	Roraima	Boa Vista/yanomamis	Interior	20/01/2023	GeratiCidad esf/Cotidian o	Ministério da Saúde resgata indígenas Yanomami com desnutrição grave e malária	Samantha Rufino e Valéria Oliveira	Fala de agentes do Ministério da Saúde	Aporofobia estrutural	Indígenas doentes que vivem na terra Yanomami – a maior reserva indígena do país – foram resgatados com quadros de desnutrição severa e malária, segundo informações do Ministério da Saúde. Desde segunda-feira (16), equipes de saúde fazem atendimentos na região. Entre os atendimentos, técnicos do Ministério da Saúde fazem testes de diagnóstico em pacientes citienses, que estão em estado grave. Todas foram encaminhadas para a capital Boa Vista.	Morte de citienses Yanomami por desnutrição e malária	Sim	https://g1.globo.com/ro/ro-imprensa/noticia/2023/01/20/ministerio-da-saude-resgata-indigenas-com-desnutricao-e-malaria-1.7111111
25	Padre Júlio	Correio Braziliense	Norte	Roraima	Boa Vista/yanomamis	Interior	21/01/2023	Poder	Lula visita Terra Yanomami para tratar de crise humanitária	Taina Andrade	Presidente Lula e agentes do Ministério da Saúde	Aporofobia estrutural	O Governo Federal pretende decretar calamidade pública pela situação que a Terra Indígena (TI) Yanomami, em Roraima, tem passado em relação a mortes por desnutrição, sobretudo de crianças, e a falta de acesso a medicamentos. Acompanhando a decisão, o Ministério da Saúde deve declarar crise sanitária e humanitária na região. Os atendimentos deverão ser feitos por equipes de saúde que chegaram no início de janeiro. Lula, com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu fazer uma visita à Terra Indígena Yanomami e verificar com lideranças a situação de 20,4 mil indígenas que vivem na TI e das pessoas internadas na Casa de Saúde Indígena (Casa), em Boa Vista. "Precisamos informações sobre a absurda situação de desnutrição de crianças Yanomamis em Roraima. Amanhã [hoje] viajarei ao estado para obter o relatório do governo federal", declarou Lula nas redes sociais.	Presidente Lula vai a terra Yanomami para tratar de crise humanitária	Sim	https://www.correioonline.com.br/2023/01/21/lula-visita-terra-yanomami-para-tratar-de-crise-humanitaria-1.7111111

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
39	Padre Júlio Observatório	Itaó é dinheiro	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	11/02/2023	Gezi/Cidade	Prefeitura desmonta barracas durante o dia	Agência Estádio	Moradores de rua	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	A mobilização do ajudante geral Rodrigo Silva estava mais pesada que o normal nesta sexta-feira, na Praça da Sé, região central de São Paulo. Além de duas camisas e uma bermuda, ele tinha a missão de guardar a barraca e cuidar das coisas. Mas ele ficou para fora. Rodrigo conta que vai esperar a "poeta baixar" para instalar a barraca de novo. A poeta foi levada à quinta-feira, quando a Prefeitura de São Paulo realizou um movimento para impedir o uso das barracas de camping na região da Sé durante o dia, de acordo com os moradores de rua. As moradias improvisadas só podem ser usadas à noite. Com isso, as pessoas ficam perambulando pelas ruas. A remoção de barracas em que vivem as pessoas em situação de rua em São Paulo, defendida pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) durante a posse de novos subprefeitos na última terça-feira (7), na prática, já tem sido intensificada na região central da cidade há semanas. Tanto quem dorme nas praças e calçadas quanto quem trabalha próximo de regiões que concentram a demolição de barracas mudou desde o fim de janeiro. Na região da Sé, por exemplo, após o fim de janeiro, há barracas de madeira, de plástico e de lona. A diferença é que, agora, colchões e cabanas são retirados e jogados no lixo. Ao anoitecer, novas barracas são armadas na área, para serem removidas. Quatro policiais militares de Cachoeirinha são suspeitos de participação na morte de um homem de 37 anos que vivia em situação de rua. O caso teria ocorrido no dia 10 de fevereiro. A vítima morreu oito dias depois, quando estava internado no Hospital de Pronto Socorro da Capital com queimaduras pelo corpo. Segundo a polícia, o morto teria um ferimento no abdômen e no pescoço, além de ferimentos no rosto. A denúncia também fala de agressões em abordagens anteriores. Na sentença de óbito a causa da morte registrada foi "insuficiência circulatória decorrente de septicemia consecutiva e complicações órficas e complicação de queimadura". A Justiça de São Paulo determinou hoje que a prefeitura paulistana pare de remover pessoas em situação de rua e seus pertences de locais públicos. A ação popular foi apresentada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), o padre Júlio Lanzeotti e movimentos sociais. Em contato com o UOL, a prefeitura disse não ter sido intimidada, mas "assim que for, prestatas em juízo todas as informações necessárias" e que "realiza ações constantes para acolher as pessoas em situação de rua e tem buscado continuamente o aumento da capacidade e qualidade de atendimento", com "mais de 20 mil vagas de acolhimento" para esse grupo.	Prefeitura de SP obriga os moradores de rua a desmontarem a barraca durante o dia.	Sim	https://www.zeusonline.com.br/comunicacao/2023/02/12/prefeitura-obriga-os-moradores-de-rua-a-desmontarem-barracas-durante-o-dia/
40	Padre Júlio Observatório	Folia de São Paulo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	12/02/2023	Gezi/Cidade	Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro de SP	Tulo Kruse	Moradores de rua e trabalhadores do local	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Tanto quem dorme nas praças e calçadas quanto quem trabalha próximo de regiões que concentram a demolição de barracas mudou desde o fim de janeiro. Na região da Sé, por exemplo, após o fim de janeiro, há barracas de madeira, de plástico e de lona. A diferença é que, agora, colchões e cabanas são retirados e jogados no lixo. Ao anoitecer, novas barracas são armadas na área, para serem removidas. Quatro policiais militares de Cachoeirinha são suspeitos de participação na morte de um homem de 37 anos que vivia em situação de rua. O caso teria ocorrido no dia 10 de fevereiro. A vítima morreu oito dias depois, quando estava internado no Hospital de Pronto Socorro da Capital com queimaduras pelo corpo. Segundo a polícia, o morto teria um ferimento no abdômen e no pescoço, além de ferimentos no rosto. A denúncia também fala de agressões em abordagens anteriores. Na sentença de óbito a causa da morte registrada foi "insuficiência circulatória decorrente de septicemia consecutiva e complicações órficas e complicação de queimadura". A Justiça de São Paulo determinou hoje que a prefeitura paulistana pare de remover pessoas em situação de rua e seus pertences de locais públicos. A ação popular foi apresentada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), o padre Júlio Lanzeotti e movimentos sociais. Em contato com o UOL, a prefeitura disse não ter sido intimidada, mas "assim que for, prestatas em juízo todas as informações necessárias" e que "realiza ações constantes para acolher as pessoas em situação de rua e tem buscado continuamente o aumento da capacidade e qualidade de atendimento", com "mais de 20 mil vagas de acolhimento" para esse grupo.	Prefeitura de SP joga barracas e pertences dos moradores de rua no lixo.	Sim	https://www.zeusonline.com.br/comunicacao/2023/02/12/prefeitura-intensifica-remocao-de-barracas-de-sem-teto-no-centro-de-sp-durante-a-folia-de-sao-paulo/
41	Padre Júlio Observatório	Grô de Gravataí	Sul	Rio Grande do Sul	Cachoeirinha	Interior	16/02/2023	Gezi/Cidade	Quatro PMs de Cachoeirinha são investigados por morte de morador de rua	Da redação	Comando da PM	Violência física	Quatro policiais militares de Cachoeirinha são suspeitos de participação na morte de um homem de 37 anos que vivia em situação de rua. O caso teria ocorrido no dia 10 de fevereiro. A vítima morreu oito dias depois, quando estava internado no Hospital de Pronto Socorro da Capital com queimaduras pelo corpo. Segundo a polícia, o morto teria um ferimento no abdômen e no pescoço, além de ferimentos no rosto. A denúncia também fala de agressões em abordagens anteriores. Na sentença de óbito a causa da morte registrada foi "insuficiência circulatória decorrente de septicemia consecutiva e complicações órficas e complicação de queimadura". A Justiça de São Paulo determinou hoje que a prefeitura paulistana pare de remover pessoas em situação de rua e seus pertences de locais públicos. A ação popular foi apresentada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), o padre Júlio Lanzeotti e movimentos sociais. Em contato com o UOL, a prefeitura disse não ter sido intimidada, mas "assim que for, prestatas em juízo todas as informações necessárias" e que "realiza ações constantes para acolher as pessoas em situação de rua e tem buscado continuamente o aumento da capacidade e qualidade de atendimento", com "mais de 20 mil vagas de acolhimento" para esse grupo.	Morador de rua morreu após ter sido abordado. Os pertences foram jogados e policiais militares são suspeitos de participação na morte.	Sim	https://www.zeusonline.com.br/comunicacao/2023/02/16/quatro-pms-de-cachoeirinha-sao-investigados-por-morte-de-morador-de-rua/
42	Padre Júlio	UOL	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	17/02/2023	Gezi/Cidade	SP: Justiça barra despejo de sem-teto após pedido de Boulos e padre Júlio Lanzeotti	Isabella Cascaenti	Justiça Estadual SP, Padre Júlio Lanzeotti e Boulos	Políticas públicas	A Justiça de São Paulo determinou hoje que a prefeitura paulistana pare de remover pessoas em situação de rua e seus pertences de locais públicos. A ação popular foi apresentada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), o padre Júlio Lanzeotti e movimentos sociais. Em contato com o UOL, a prefeitura disse não ter sido intimidada, mas "assim que for, prestatas em juízo todas as informações necessárias" e que "realiza ações constantes para acolher as pessoas em situação de rua e tem buscado continuamente o aumento da capacidade e qualidade de atendimento", com "mais de 20 mil vagas de acolhimento" para esse grupo.	Justiça determina o fim da retirada de barracas dos moradores de rua em SP	Sim	https://fichas.uol.com.br/politica/2023/02/17/justica-barrar-despejo-de-sem-teto-apos-pedido-de-boulos-e-padre-julio-lanzeotti/

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
43	Observatório	Estado de Minas	Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	Capital	13/03/2023	Genial/Cidad esf/Cidian o	Lojista ameaça invasores em BH: "Se entrar sem permissão, apanha ou morre"	Isabela Bernardes	Comerciante e advogado	Apoio/cópia estrutural	Uma placa de suposta ameaça está intimidando quem mora na Rua São João, no bairro de São Horácio. Cansado de ter a loja invadida, um comerciante colocou um aviso na porta do estabelecimento: "Estou monitorando 24 horas por dia. Se entrar sem permissão, irá apanhar ou morrer". Segundo o dono, que preferiu não se identificar, a única finalidade é "intimidar os mendigos e os usuários de droga que estão invadindo a loja, para que não entrem". Ele comprou o local há seis meses para alugar e nesse período, afirma que já sofreu cerca de 20 assaltos e invasões.	Proprietário de imóvel coloca placa para intimidar invasores	Sim	https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/03/13/cidade-ameaca-invasores-apanha-ou-morre.shtml
44	Padre Vílito Lancellotti	Folha de São Paulo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	05/04/2023	Política	Ética Hilton vai ao STF contra remoção de barracas em SP		Deputada Érika Hilton	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Deputada Érika Hilton vai ao STF contra remoção de barracas de moradores de rua	não/ conteúdo exclusivo	https://www1.folha.uol.com.br/cidades/2023/04/etika-hilton-vai-ao-stf-contras-remocao-de-barracas-por-ricardo-nunes.shtml	
45	Padre Vílito Lancellotti	Uol	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	05/04/2023	Política	Barraca não é lar, mas onde está a moradia?", questiona padre Vílito		Julio Lancellotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Padre Vílito Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo da Rua de São Paulo, contestou a justificativa do prefeito Ricardo Nunes (MDB) para retirar barracas de pessoas que vivem nas calçadas do Centro da cidade. Nunes disse: "apenas não é emprego e barracão e expostos ao sol e chuva". "Barraca não é lar, mas onde está a moradia?", questiona padre Vílito, em entrevista à coluna. O religioso não aceita a explicação do prefeito de que as pessoas em situação de rua podem ir para os Centros de Acolhida Municipais: "Albergue também não é moradia. A pessoa tem horário para entrar e sair, não pode receber visitas, a refeição é marmiteira, o lugar é frio". A ação popular foi apresentada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), o padre Vílito Lancellotti e moradores de rua. O prazo para o pedido é até maio de 2023, com o objetivo de obter o cancelamento da ordem.	Lancellotti contesta falta de respeito sobre em artigo sobre moradores de rua	Sim	https://noticias.uol.com.br/colunas/vilito/2023/04/05/barraca-nao-e-lar-mas-onde-esta-a-moradia-questao-padre-vilito.htm
46	Padre Vílito Lancellotti	O Globo	Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	05/04/2023	Política	Boulos e padre Vílito entram com recurso contra retirada de barracas da população em situação de rua em SP		Deputado Federal Guilherme Boulos e Hostil/Políticas Higienista Julio Lancellotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Ação popular foi apresentada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), o padre Vílito Lancellotti e moradores de rua. O prazo para o pedido é até maio de 2023, com o objetivo de obter o cancelamento da ordem. A suspensão está autorizada até a próxima sexta-feira (24), data em que foi marcada uma audiência sobre o tema. Por enquanto, o despejo só é autorizado em situações pontuais, em que há "obstrução de vias ou calçadas" ou risco à integridade física da rua. Além disso, a juíza Juliana Molina, da 7ª Vara da Fazenda Pública, ordenou que a administração de São Paulo envie em até 15 dias dados sobre as vagas para	Ação contra a retirada das barracas da rua	Sim	https://oglobo.globo.com/brasil/politica/2023/04/boulos-e-padre-vilito-entram-com-recurso-contras-retirada-de-barracas-da-populacao-em-situacao-de-rua-em-sp.html
47	Padre Vílito Lancellotti / Observatório	GI	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	05/04/2023	Genial/Cidad esf/Cidian o	Cidade de SP contabiliza mais de 52 mil moradores de rua, alta de 8,2% em 2022; afirma pesquisa		Pesquisador Anelís de Almeida e coordenador do POLDOS/UFMG	Políticas Públicas	Um levantamento feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e obtido com exclusividade pela InfoUol revela que 52,228 pessoas vivem nas ruas da capital paulista até fevereiro de 2023. A pesquisa do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POLDOS-UFMG), com dados do Cidades@UFMG, indica um aumento de 8,2% em relação a novembro de 2022, quando outro estudo foi feito.	Aumento da crise financeira e da população de rua em Curitiba	sim	https://gi.globo.com/sp/gerais/noticia/2023/04/05/cidade-de-sp-contabiliza-mais-de-52-mil-moradores-de-rua-alta-de-8-2-em-2022-afirma-pesquisa-gi.html

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
48	Padre Júlio Lancellotti	Metrópoles	Centro-Oeste	São Paulo	São Paulo	Capital	04/04/2023	Geral/Cidadão	Padre Júlio pede trégua na remoção de barracas: "Truflênia voltou"		Padre Júlio Lancellotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	O padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua da Igreja Católica, que uma reunião com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) para pedir trégua na operação que retira barracas dos moradores de rua durante o feriado de Fátima. Lancellotti disse ao Metrópoles nesta segunda-feira (4) que, diferentemente do que vem afirmando o prefeito, a situação é de violência e não de "volta". A operação desta segunda (3) de acordo com o religioso, é "muito violenta e truculenta como sempre. Pergunte para a prefeitura onde estão os contatadores"	Lancellotti pede que prefeito não retire barracas no feriado de páscoa	Sem permissão para salvar em PDF	https://www.metropoles.com.br/barracas-na-metropole/
49	Padre Júlio Lancellotti / Observatório	Folia de São Paulo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	03/04/2023	Geral/Cidadão	Não vou deixar barracas em São Paulo", afirma prefeito		prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Prefeito de São Paulo diz que irá retirar todas as barracas	não conteúdo exclusivo	https://www.metropoles.com.br/voce-diz-que-voce-quer-que-remova-todas-as-barracas-de-sao-paulo-1234567890/	
50	Padre Júlio Lancellotti / Observatório	GI	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	03/04/2023	Geral/Cidadão	Nunes diz que retirada de barracas de moradores de rua é proposta de "ação humanizada de acolhimento" da Prefeitura de SP		prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Segundo Nunes, não é racível que barracas sejam deixadas nas calçadas, uma vez que isso estaria afetando o direito de ir e vir das demais pessoas. "Uma remoção dos lixos por apenas da prefeitura voltou a ocorrer nesta segunda, após um desembargador derrubar a liminar que havia sido concedida pela Justiça e impedida a prática. Black Panther foi a banda responsável por representar os headbangers no Lollapalooza Brasil neste domingo, 26, em um show que levou som pesado e alto ao palco Addidas, com homenagens de Racionais MCs ao Blink-182, e levantou poderosas críticas sociais – inclusive ao festival. Um ponto fora da curva de rock, alternativo ao festival, a banda foi escalada para se apresentar no primeiro horário, às 12h45, pouco mais de uma hora depois do início do evento. Segundo o jornalista, o problema de deixar uma banda como Black Panther isolada de noite na sexta-feira, a situação foi menos favorável ainda ao trito mineiro, uma vez que a locomoção para chegar ao Autódromo de Interlagos é Um morador de rua de 51 anos foi deixado na Rodovia Anhanguera (SP-30), em Americana, pelo Cras (Centro de Referência em Assistência Social) de Indaiatuba na madrugada desta quarta-feira (22). Segundo ele, o objetivo informado pelo órgão seria "limpar" as ruas da cidade, dispensando os mendigos. Ele foi encontrado pelos guardas municipais em uma praça do São Manoel, nesta quinta-feira (23). Segundo informações do homem em boletim de ocorrência, na madrugada de quarta-feira (22), ele e outros moradores de rua estavam em Indaiatuba e foram abordados por uma equipe do Cras da cidade.	Prefeito quer colocar moradores de rua em albergues e tirá-los da rua	sim	https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2023/04/03/barracas-de-moradores-de-rua-em-sao-paulo-1234567890/
51	Padre Júlio Lancellotti	WillMetal	Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	26/03/2023	Geral/Cidadão	Black Panther manda recado para o Lollapalooza Brasil no palco: "Fogo nos estomagistas"		Banda Panteras	Aprocriação estrutural	Black Panther foi a banda responsável por representar os headbangers no Lollapalooza Brasil neste domingo, 26, em um show que levou som pesado e alto ao palco Addidas, com homenagens de Racionais MCs ao Blink-182, e levantou poderosas críticas sociais – inclusive ao festival. Um ponto fora da curva de rock, alternativo ao festival, a banda foi escalada para se apresentar no primeiro horário, às 12h45, pouco mais de uma hora depois do início do evento. Segundo o jornalista, o problema de deixar uma banda como Black Panther isolada de noite na sexta-feira, a situação foi menos favorável ainda ao trito mineiro, uma vez que a locomoção para chegar ao Autódromo de Interlagos é	Lollapalooza é acusado de pagar muito pouco para a trabalhadores arregimentados na rua	sim	https://www.willmetal.com.br/black-panther-1234567890/
52	Padre Júlio Lancellotti / Observatório	O Liberal	Sudeste	São Paulo	Americana	Interior	24/03/2023	Geral/Cidadão	Morador de rua diz que foi deixado na Anhanguera, em Americana, pelo Cras de Indaiatuba		Polícia Militar	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Prefeitura deixa mendigo em rodovia para "limpar a cidade".	sim	https://www.o-liberal.com.br/voce-diz-que-foi-deixado-na-anhanguera-em-americana-pelo-cras-de-indaiatuba-1234567890/	

Anexo B: Pesquisa em jornais e no Instagram

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Q
		Nome do veículo	Região	Estado	Local onde a aporofobia é identificada	Capital ou interior e relação com o local de origem	Data	Editoria	Título da matéria	Assinatura da matéria	Instituidores	tipo de manifestação	Lead e subtítulo da matéria	qual manifestação	Link
1	Google Notícias	Estado de Minas Gerais	Sudeste	Minas Gerais	Divinópolis	Interior	12/01/2023	Geral/Cidade #Cotidiano	Padre Júlio Lancelotti acusa política em MG	Amanda Quiliano	Padre Júlio Lancelotti	Aporofobia estrutural	Um post feito pelo Padre Júlio Lancelotti, nesta quarta-feira (11/1), tem repercutido e gerado polêmica em Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas. Ele acusou uma padaria, que fica no centro da cidade, de aporofobia - uma apologia a rejeição aos pobres e uma referência a quem tem comportamento hostil a moradores de rua. A publicação foi uma reação a um cancelamento no estabelecimento pedindo aos clientes para não dar esmolas: "Fedimos a sua esmola, não a sua vida".	Padaria coloca placa para que clientes não deem esmola	https://www.em.com.br/apodofobia/geral/2023/01/12/interna_geral_1443332.html#:~:q=lancelotti%3Aacusar%3Apadaria%3Ade%3Aaporofobia%3A%3Agerar%3Apolêmica%3Aem%3Amg%3Ahtml
2	Google Notícias	Portal Thai	Centro-sudeste	Distrito Federal	Brasília	Capital	12/01/2023	Geral/Cidade #Cotidiano	Entenda o que é arquitetura hostil e aporofobia. Lei Padre Júlio Lancelotti é promulgada nesta quarta-feira (11)	Agência Brasil	Padre Júlio Lancelotti	Políticas públicas	Além de Padre Júlio Lancelotti, que critica a criação da arquitetura hostil em espaço público, foi promulgada, Diário da União (DOU), a Lei há mais de 10 dias, em 11 de dezembro de 2022, em dezembro do ano passado, mas precisou ser republicada após uma conexão. Aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, a lei chegou a ser vetada pelo presidente da República, mas depois o veto foi derrubado pelo Congresso e agora a lei foi promulgada.	Lei contra arquitetura hostil tem veto derrubado	https://thai.com.br/brasil/leis/2022/12/12/leis-2022-12-12-1443332.html#:~:q=lancelotti%3Aacusar%3Apadaria%3Ade%3Aaporofobia%3A%3Agerar%3Apolêmica%3Aem%3Amg%3Ahtml
3	Google Notícias	Grupo Matilla	Sudeste	São Paulo	Matilla	Interior	23/01/2023	Geral/Cidade #Cotidiano	Observatório com padre critica prédios em Matilla	Redação	Padre Júlio Lancelotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	O Observatório da Aporofobia Dom Pedro Cavalidilla, criado em São Paulo, com apoio e atuação do padre Júlio Lancelotti, levou as redes sociais um novo espaço de denúncias: ações de inclusão e combate à arquitetura hostil e preconceito contra pessoas em situação de rua. E lá denunciou Matilla. A conta do observatório no Instagram, que apontava 5.502 seguidores até a manhã desta segunda-feira, divulgou imagem de um prédio comercial da rua São Luís em que amarela foi colocada por pomenas de lenço.	Prédio com barreiras arquitetônicas para assar moradores de rua	https://www.grupomatilla.com.br/noticia/geral/matilla-arquitetura-hostil-com-barreiras-para-assar-moradores-de-rua#:~:q=lancelotti%3Aacusar%3Apadaria%3Ade%3Aaporofobia%3A%3Agerar%3Apolêmica%3Aem%3Amg%3Ahtml
4	Google Notícias	A Hora de Campinas	Sudeste	São Paulo	Campinas	Interior	18/01/2023	Geral/Cidade #Cotidiano	Arquitetura hostil se espalha por cidade em entrevista do que tema está no 'pausa'	Silvio Bogatti	Padre Júlio Lancelotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	Pedra embaixo de viaduto e pontilhão; cercas pontiagudas em calçadas; portas de vidro com grades; barreiras e obstáculos em calçadas; elementos medievais e outros tipos de instalações estranhas. Esses elementos podem ser verificados a partir de uma observação um pouco mais atenta dos espaços públicos da área central de Campinas. São as chamadas arquiteturas hostis, que dificultam o acesso de populações vulneráveis; como pessoas em situação de rua. Essas fortalezas da hostilidade, no entanto, estão em expansão em áreas de cidade. O objetivo é impedir que as pessoas possam sair de casa com segurança.	Adequação da cidade a lei contra arquitetura hostil	https://horacampinas.com.br/arquitetura-hostil-com-barreiras-para-assar-moradores-de-rua#:~:q=lancelotti%3Aacusar%3Apadaria%3Ade%3Aaporofobia%3A%3Agerar%3Apolêmica%3Aem%3Amg%3Ahtml

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Q
12	Google Notícias	Setor 1º Band	Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	23/02/2023	Cultura	Da Redação	Da Redação	Da Redação	Aporofobia estrutural	Do alto do palco montado na Praça da Apoteose, a presidente da Imperatriz Leopoldinense, Cátia Drumond, soltou dois gritos. Primeiro, anunciou a volta da "campeã". Depois dedicou o título da escola ao Colégio do Alemão, conjunto gravetês da zona norte do Rio de Janeiro. Em seguida, anunciou o título da Imperatriz Leopoldinense para o ano seguinte, em homenagem ao bairro que teve como desfilista a Imperatriz de novo no topo do Carnaval. E Voltamos no tempo. Em 2013, a ex-“Catinha de Ramos” faz tudo errado, desfila cheia de alas comerciais e vai parar no grupo de acesso - isso depois de anos de conquistas e desfiles marcantes. Época em que o Brasil parava para ver e ouviu o que a escola tinha para dizer, tocar e mostrar. Entre os anos 30 e início dos 2000, foram cinco títulos e inúmeras histórias contadas por Rosa	Completo do Aluno, reiz da escola de samba, foi aluno de aporofobia durante a eleição por receber Lula	https://www.band.uol.com.br/imperatriz-copacabana/2023/
13	Google Notícias	Portal Terra	Sudeste	Rio de Janeiro	Macaé	Ineitor	02/01/2023	General/Cidade e Cotidiano	Dindara	Julia Di Spagna	Keirne Terra / defesa pública	Políticas públicas	A cidade de Macaé, no norte do Rio de Janeiro, se tornou o primeiro município do estado a aprovar uma emenda que inclui pessoas em situação de rua para ter acesso gratuito ao transporte público municipal. A emenda foi sancionada pelo Executivo no dia 2 de janeiro. A medida, recomendada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, foi adotada a partir da apresentação de uma emenda proposta pela vereadora Lúcia Vicente (Pede), que acrescenta o grupo em situação de vulnerabilidade ao Projeto de Lei 339/2022, texto que dispõe sobre a concessão do benefício social no serviço de transporte público da cidade. Anteriormente, o benefício era destinado apenas para pessoas idosas e pessoas com deficiência	Transporte público gratuito para moradores de rua	https://www.terra.com.br/noticias/educacao/primeira-cidade-a-prover-transporte-gratuito-para-pessoas-em-situacao-de-rua-85338e051ec3d12743e486bc7c01a162bud6n.html
14	Google Notícias	Site Terra	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	23/03/2023	Cidades	Julia Lancellotti	Julia Di Spagna	Julio Lancellotti	Semântica	Aporofobia é um termo que tem aparecido cada vez mais no debate público, impactando, inclusive, a legislação. E sim, estudante, também já foi explorado no vestibular. Mas você sabe o que ele significa e como afeta a sociedade? A palavra aporofobia significa aversão, medo, desprezo ou rejeição a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ela é formada pelas palavras “fobos” (medos) e “fobos” (medo) - é a mesma lógica de outros preconceitos, como homofobia ou islamofobia. O termo foi criado por volta dos anos 1990 pela escritora e filósofa espanhola Adela Cortina.	O que é aporofobia	https://www.terra.com.br/noticias/educacao/aporofobia-a-aversao-aos-pobres-e-seus-efeitos-na-sociedade-6f5c4d7e7c0a04d1984af46210dea716ba6131.html
15	Google Notícias	ContInet	Norte	Acre	Rio Branco	Capital	20/01/2023	General/Cidade e Cotidiano	Bruna Rosa	Julia Di Spagna	Padre Julio Lancellotti e o coordenador Administrativo do Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial (Waters), Fábio Fabrício	Aporofobia estrutural	O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que em 2022, sejam em torno de 281,4 mil pessoas em situação de rua, sendo que destes, 30 mil estão na cidade de São Paulo, que enfrentou um aumento de 38%. A única contagem realizada foi em 2006 pelo Governo Federal, na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A política nacional de pessoas em situação de rua foi feita entre as capitais e cidades com até 100 mil habitantes. No total, foram 16 cidades a fim de situação de rua. Acre se destaca com pessoas que estão enfrentando esse mesmo cenário em Rio Branco. A maioria fica pelos arredores do centro da cidade. Segundo Dirinto, Raimundo Melo e Estação, Questões sociais e até mesmo problemas familiares levam essas pessoas a ter as ruas como habitação.	Situação dos moradores de rua no Acre	https://continentnoticias.com.br/2023/01/bruna-rosa-entrevista-entende-a-situacao-de-rua-no-acre/

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Q
16	Google Notícias	Rede Brasil Atual (RBA)	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	27/02/2023	Cidades	No livro, com 65 mortes, ou nas ruas das grandes cidades, a política de aversão a pobres.	Paulo Donzetti de Souza	Julio Lancelotti e Deputado Federal Nilton Liano (PT-SP)	Aporofobia estatural	Uma semana depois da tragédia, que aconteceu à noite de São Paulo, em especial São Sebastião, este encerrada as buscas das pessoas dadas como desaparecidas. O corpo da última última foi encontrado neste domingo (26) por volta das 15h30. Desse modo, o desastre gigantesco depois do temporal histórico contabiliza um total de 65 mortes – 64 em São Sebastião, que tem ainda 1.150 desabrigados e 1.230 desabrigados, e uma em Ubatuba, de um bebê de 9 meses. Das 35 pessoas identificadas, 20 são adolescentes. 17 mulheres adultas e 18 crianças e jovens. As vítimas das tragédias de São Sebastião e o crescimento da população em situação de rua nas grandes cidades têm uma raiz em comum: a aporofobia. Ou, em português claro, a aversão a pobres. Na visão do padre Julio Lancelotti, da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, a especulação imobiliária é um dos combustíveis para esse processo de invisibilização dos mais pobres. E tem como aliado o poder público, quando este, em vez de combater a exclusão social e suas causas, culpa os excluídos de combater a exclusão social e suas causas.	https://www.redebrasilatual.com.br/sociedade/aporofobia-afecta-grandes-cidades-aversao-a-pobres-solucao-makal	
17	Google Notícias	Portal Vermelho	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	13/03/2023	Cidades	Quando o currículo da escola pública ou a disciplina "só é pobre quem quer"	César Xavier	Secretaria-geral da Conferência Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Madalena Gusco.	Aporofobia estatural	Materiais oferecidos a alunos de uma escola do Paraná aborda a questão da invisibilidade da pobreza e o mindset de pobre e não de rico.	https://www.milho.net.br/2023/03/13/aporofobia-disciplina-soce-pobres-querem-qual/	
18	Google Notícias	Portal Vermelho	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	01/03/2023	Cidades	Prefeito de São Paulo é criticado por recolher barracas de sem teto	César Xavier	Padre Julio Lancelotti e sociólogo Paulo Escobar	Aporofobia estatural	Padre Julio Lancelotti e sociólogo Paulo Escobar em entrevista ao programa de São Paulo, Rio de Janeiro e São Paulo, Rio de Janeiro, qual ele defende a tomada das barracas dos moradores de rua pela Guarda Municipal.	https://www.milho.net.br/2023/03/01/lancelotti-disciplina-soce-pobres-querem-qual/	
19	Google Notícias	Observatório do 3º Setor	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	04/03/2023	Cultura	Livro prefaciado por Padre Julio Lancelotti tem noite de autógrafos e bate-papo	Ana Clara Godoi	Ana Clara Godoi, Historiadora e Higienista	Semântica	O livro "Rua qualquer, sem número" terá noite de autógrafos e bate-papo com o autor, Marcelo Bretas, neste sábado (4), na Livraria Paucada, em Pinheiros: zona oeste de São Paulo. A obra aborda a aporofobia, aversão a pobres que se espessa pelo preconceito e discriminação, de modo que o maior medo de quem vive em situação de rua seja o de não ter um endereço onde se possa estabelecer um vínculo com o bairro, deixando de ser visto como um estrangeiro que não pertence ao lugar. O livro também aborda a importância de reconhecer a diversidade de experiências e histórias de vida na rua e de não reduzir os moradores de rua a um único perfil. O objetivo é trazer para o texto toda a manifestação das ruas e dar visibilidade à luta desse grupo.	https://observatorio3setor.org.br/noticia/livro-prefaciado-por-padre-julio-lancelotti-tem-noite-de-autografos-e-bate-papo/	
20	Google Notícias	Observatório do 3º Setor	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	10/03/2024	Cidades	Homem ataca padre Julio Lancelotti por distribuir comida a pessoas vulneráveis	Maria Fernanda Garcia	Padre Julio	Violência física	Homem invade Igreja onde padre Julio celebrava a Missa e ameaça atacar o padre Julio Lancelotti por distribuir comida a pessoas vulneráveis.	https://observatorio3setor.org.br/noticia/homem-ataca-padre-julio-lancelotti-por-distribuir-comida-a-pessoas-vulneraveis/	

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q
Instagram de origem	Nome do veículo	Região do registro da aporofobia	Estado da aporofobia	Cidade onde foi registrada a aporofobia	Capital ou interior referente ao local de ocorrência	Data	Editoria	Título da matéria	Interlocutores	tipo de manifestacao	Lead da matéria	qual manifestação	Salvo em PDF?	Link	
1	Dobrevação / Padre Júlio	Portal Terra	Sudeste	Rio de Janeiro	Macaé	Interior	02/01/2023	Geral/Cidade #Caldiano	Macaé é a primeira cidade do RJ a oferecer transporte público gratuito para pessoas em situação de rua	Keine Terra / defesa pública	Políticas públicas	A cidade de Macaé, no norte do Rio de Janeiro, se tornou o primeiro município do estado a aprovar uma emenda que inclui pessoas em situação de rua para ter acesso gratuito ao transporte público municipal. A emenda foi sancionada pelo Executivo no último dia 31. A medida, recomendada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, foi adotada a partir da apresentação de uma emenda proposta pela vereadora Izta Vivente (Psd), que acrescenta o grupo em situação de vulnerabilidade ao Projeto de Lei 39/2022, texto que dispõe sobre a concessão do benefício social no serviço de transporte público da cidade. Anteriormente, o benefício era destinado apenas para pessoas idosas e pessoas com deficiência (PcD).	Transporte público gratuito para moradores de rua	Sim	https://www.terra.com.br/nos/indianas-e-yanomamis-tribos-que-estao-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-no-transporte-publico-da-cidade-de-maca%C3%A9-3d32743-d8ebc7a-01a1bb-ud8n.html
2	Padre Júlio	Folha de São Paulo	Centro-Oeste	Brasília	Capital	02/01/2023	Poder	Silvio Almeida toma posse e diz que não plano de defesa dos defensores dos direitos humanos	Fala dos ministros do governo Lula	Políticas públicas	Silvio Almeida tomou posse nesta terça-feira (3) como ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, prometeu criar um plano nacional de proteção aos defensores dos direitos humanos e garantiu a manutenção da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Segundo o ministro, será reconstruído o programa de defensores dos direitos humanos, e o plano nacional, que notará as políticas da área, terá uma atenção especial para os ambientalistas.	Indicação de Ariel de Castro, que atua no nome do Padre Júlio, ao ministro do Ministério de Direitos Humanos	Sim	https://www1.folha.uol.com.br/amp/boletim/2023/01/silvio-almeida-toma-posse-e-diz-que-nao-ha-plano-de-protecao-a-defensores-dos-direitos-humanos.shtml	
3	Padre Júlio	G1	Norte	Roraima	Boa Vista/ Yanomamis	Interior	20/01/2023	Geral/Cidade #Caldiano	Ministério da Saúde resgata indígenas Yanomami com destruição grave e malária	Fala de agências do Ministério da Saúde	Aporofobia estrutural	Indígenas doentes que vivem na terra Yanomami - a maior reserva indígena do país - foram resgatados com quadros de destruição severa e malária, segundo informações do Ministério da Saúde. Desde segunda-feira (16), equipes da pasta fazem atendimentos na região. Desde o início dos atendimentos, técnicos do Ministério da Saúde resgataram ao menos oito pacientes crianças, que estão em estado grave. Todos foram encaminhadas para a capital Boa Vista.	Morte de crianças Yanomami por destruição e malária	Sim	https://g1.globo.com/ro/roaima/noticia/2023/01/20/ministerio-da-saude-atende-indianas-elabora-diagnostico-sobre-crise-sanitaria-yanomami.ghtml
4	Padre Júlio	Correio Braziliense	Norte	Roraima	Boa Vista/ Yanomamis	Interior	21/01/2023	Poder	Lula visita Terra Yanomami para tratar da crise humanitária	Presidente Lula e agentes do Ministério de Saúde	Aporofobia estrutural	O Governo Federal pretende decretar calamidade pública pela situação que a Terra Indígena (TI) Yanomami, em Roraima, tem passado em relação a mortes por destruição, sobretudo de crianças, e a falta de acesso a medicamentos. Acompanhando a decisão, o Ministério da Saúde deve declarar crise sanitária e humanitária na região. Os anúncios deverão ser feitos hoje, com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à capital Boa Vista, em visita coordenada pela missão humanitária do SCS. O presidente também vai visitar as comunidades em situação de risco, em indígenas que se deslocam para pessoas internadas na Casa de Saúde Indígena (Casi), em Boa Vista. "Recebemos informações sobre a absurda situação de destruição de crianças Yanomamis em Roraima. Amanhã (hoje) viajarei ao estado para oferecer o suporte do governo federal", declarou Lula nas redes sociais.	Presidente Lula vai a terra Yanomami para tratar de crise humanitária	Sim	https://www.correiobrasilense.com.br/brasil/2023/01/21/0156376932-lula-voa-boa-vista-para-yanomami-para-tratar-da-crise-humanitaria.html

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
5	Padre Júlio	Portal Uol	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	24/01/2023	GenalCidade #Cotidiano	Craclândia: internação compulsória vai ser último caso, diz Tarácio	Governador de São Paulo, Tarácio de Freitas, e prefeito de São Paulo Ricardo Nunes (MDB)	Aprocribia estrutural	Arqueusa Históricas/Higienista	Amocheira do ajudante geral Rodrigo Silva estava mais pesada que a de sua esposa, na Prapa Se, registrada em São Paulo, aliada da baraca onde vive o cearense de 32 anos. Claramente não coube, metade ficou para fora. Rodrigo conta que vai esperar a "poeta baixar" para instalar a barraca de novo.	Sim	https://hojias.uol.com.br/craclandia/ultima-noticia/2023/01/24/craclandia-estao-ocupacoes-criando-uma-comunidade.html	
6	Padre Júlio	Portal Uol/Ecoa	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	25/01/2023	GenalCidade #Cotidiano	Na São Paulo que faz 483 anos com recorde de pessoas em situação de rua, Padre Júlio luta por dignidade	Moradores de rua e o Padre Júlio Lancelotti	Aprocribia estrutural	Arqueusa Históricas/Higienista	Uma força-tarefa da prefeitura de Itajaí realizada na madrugada de sexta-feira para o acolhimento voluntário de pessoas em situação de rua reuniu uma equipe de aproximadamente 30 pessoas, sendo que quase dois terços desse efetivo era de policiais militares e guardas municipais. A ação iniciou por volta das 5h, com a saída de cinco veículos da Prapa Se para o município (dois carros de apoio, um carro de bombeiros e um carro de polícia). No município, o grupo foi recebido pelo prefeito e pelas secretarias de Saúde e Assistência Social. A abordagem foi feita em duas bairros: São Vicente, São Judas, São João e centro e causou muitas divergências sobre a eficácia. A "operação de abordagem" foi coordenada pela Secretária de Assistência Social e "esse tipo de ação é constantemente cobrada pela população, pela sociedade e pela própria imprensa", explica o diretor de proteção especial de média e alta complexidade da pasta, Amalildo Sartor. "Precisamos mostrar que a segurança existe em Itajaí e as forças de segurança estão fazendo o seu papel", defende.	Sim	https://www.uol.com.br/hojias/hojias-especial/2023/01/25/na-sao-paulo-que-faz-483-anos-com-recorde-de-pessoas-em-situacao-de-rua-padre-julio-luta-por-dignidade.html	
7	Padre Júlio	GT	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	28/01/2023	GenalCidade #Cotidiano	Número de pessoas em situação de rua na cidade de SP ultrapassa 48 mil e bate recorde em 2022, diz pesquisa	Dados da Universidade Federal de Minas Gerais	Aprocribia estrutural	Arqueusa Históricas/Higienista	Um levantamento realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostra que 48.261 pessoas vivem nas ruas em São Paulo no ano de 2022, sendo o maior já registrado na capital.	Sim	https://www.1000.com.br/pt-br/paulo/hojias/2023/01/28/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-na-cidade-de-sao-paulo-ultrapassa-48-mil-e-bate-recorde-em-2022-diz-pesquisa.html	
8	Padre Júlio	Diário	Sul	Santa Catarina	Itajaí	Interior	27/01/2023	GenalCidade #Cotidiano	Abordagem a moradores de rua mobiliza desobediência em Itajaí	Abordagem com características higienistas	Arqueusa Históricas/Higienista	Assistência social do município e forte aparato policial recebem moradores de rua e ajuízam gera polêmica.	Sim	https://diario.netmat.net/613133/forca-tarefa-para-abordagem-a-moradores-de-rua-em-itajai-polemica		

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
9	Google Notícias	Folha de Vitória	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	11/02/2023	GenalCidade #Cotidiano	Prefeitura faz moradores de rua desmontarem barracas durante o dia	Agência Estadão	Padre Júlio Lancelotti	Arqueusa Históricas/Higienista	A poeta foi levantada na quinta-feira, quando a Prefeitura de São Paulo realizou um movimento para impedir o uso das barracas de camping na região da Sé durante o dia, de acordo com os moradores de rua. As moradas improvisadas só podem ser feitas se o proprietário se dedicar para outros bairros, segundo o prefeito Ricardo Nunes. O Vocabulário Dicionário da Língua Portuguesa - Volo - está na sexta edição e incluindo novas palavras na língua portuguesa, que tem como objetivo incluir verbetes que começaram a surgir na pandemia do Covid-19. A Academia Brasileira de Letras é responsável por deixar como regras essas novidades. Duas palavras instituídas que devem formalizar e normalizar essas expressões que surgem na sociedade, incluindo também gírias e neologismo, e a última atualização que teve no Volo foi no ano de 2003.	Retirada de moradores de rua da Prapa Se. Ação pública de higienização desmontam barracas durante o dia
10	Google Notícias	Notícia da Manhã	Sul	Rio Grande do Sul	Pelotas	Interior	23/02/2023	GenalCidade #Cotidiano	Língua Portuguesa ganha novas palavras, veja quais	Kaíne Bragione/Jornalista - anticultista	Kaíne Bragione/Jornalista - anticultista	Semântica	A extrema direita católica assumiu nas redes sociais uma crítica violenta e desconsta à Campanha da Fraternidade de 2023, que tem como tema a fome. O que chama de extrema direita católica é uma espécie de "neotradicionalismo" advindo das influências de Marcel Lefebvre (1905-1991). Tem forte presença nas redes sociais e nas plataformas digitais. Organizam-se a partir de livros, cursos, palestras, divulgação e leituras de livros tradicionais internos ao catolicismo romano. Voto (1905-1960) sempre em oposição às resoluções do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) e sempre em oposição a CNEB no Brasil. Mesmo que não afirmem, são sempre "cismáticos" na linha de Lefebvre e estão em pé de guerra nas redes sociais contra o Papa Francisco, chegando a ponto de afirmar que o Papa é um "impostor".	Novas palavras que serão incluídas no dicionário da língua portuguesa
11	Google Notícias	Diário do Centro do Mundo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	22/02/2023	Política	Bolsonaristas "coisões" usam fake news e paranoia para atacar Campanha da Fraternidade	Romero Venâncio / Jornalista-anticultista	Romero Venâncio / Jornalista-anticultista	Aprocribia estrutural	Bolsonarista se posicionam contra a campanha da fraternidade de que é o combate a fome	

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q
25	Padre Júlio Lancellotti	O Globo	Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	05/04/2023	Política	Boulos e padre Júlio entram com recurso contra retirada de barracas da população em situação de rua em SP	Deputado Federal Guilherme Boulos e Júlio Lancellotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	A ação popular foi apresentada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) e padre Júlio Lancellotti em nome dos moradores sociais, alternando com "mais de 20 mil vagas de acolhimento" para esse grupo. A suspensão está autorizada até a próxima sexta-feira (24), data em que foi marcada uma audiência sobre o tema. Por enquanto, o despejo só é autorizado em situações pontuais, em que há "obstrução de vias ou calçadas", ou risco à integridade física da rua. Além disso, a filha Juliana Molina, da 7ª Vara da Fazenda Pública, ordenou que a administração de São Paulo envie em até 15 dias dados sobre as vagas para acolhimento para pessoas em situação de rua.	Ação contra a retirada das barracas da rua	Sim	https://globo.globo.com/brazil/noticia/2023/05/boulos-e-padre-julio-entram-com-recurso-contratirada-de-barracas-da-populacao-em-situacao-de-rua-em-sp.ghtml
26	Padre Júlio Lancellotti/ Observatório	GT	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	05/04/2023	Geral/Cidade s/Cidiano	Cidade de SP contabiliza mais de 52 mil moradores de rua, alta de 8,2% em 2023, afirma pesquisa	Pesquisador André Luiz Dias, coordenador do POLDS-UFMG	Políticas Públicas	Um levantamento feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e obtido com exclusividade pela GloboNews aponta que 52.226 pessoas vivem nas ruas da capital paulista até fevereiro deste ano. A pesquisa do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POLDS-UFMG), com dados do Caudrino, indica um aumento de 8,2% em relação a novembro de 2022, quando como servado foi feito.	Aumento da crise financeira e da população de rua em Curitiba	sim	https://globo.com/sao-paulo/noticia/2023/04/05/cidade-de-sp-contabiliza-mais-de-52-mil-moradores-de-rua-abaixo-de-82-percent-em-2023-afirma-pesquisa.ghtml
27	Padre Júlio Lancellotti	Mercópoles	Centro- Oeste	São Paulo	São Paulo	Capital	04/04/2023	Geral/Cidade s/Cidiano	Padre Júlio pede redução na remoção de barracas: "Inculcância voltou"	Padre Júlio Lancellotti	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	O padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua da Igreja Católica, quer uma reunião com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) para pedir redução na remoção das barracas dos moradores de rua durante o feriado de Páscoa. Segundo o padre, "a situação dos moradores de rua é diferente do que se afirmado o prefeito, a inculcância e a violência estão de volta". A operação desta segunda (3) de acordo com o religioso, "foi violenta e truculenta como sempre. Pergunte para a prefeitura onde estão os contralores das barracas apreendidas ontem", disse o padre.	Lancellotti pede que prefeito não retire barracas no feriado de páscoa	Sem remoção de barracas salvar em PDF	https://www.mercopoles.com/sao-paulo/barracas-removidas-em-sao-paulo-04-04-2023
28	Padre Júlio Lancellotti/ Observatório	Folha de São Paulo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	03/04/2023	Geral/Cidade s/Cidiano	Não vou desmar baraca em São Paulo", afirma prefeito	prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, disse nesta segunda-feira (3) que a retirada de barracas de pessoas em situação de rua durante o dia faz parte de uma proposta de "ação humanizada de acolhimento" da gestão municipal. Segundo Nunes, não é possível desmarcar as barracas de uma vez, uma vez que isso estaria afetando o direito de ir e vir das demais pessoas. "Uma cidade para todos", afirmou. A remoção dos itens por agentes da prefeitura voltou a ocorrer nesta segunda, após um desembargador derrubar a liminar que havia sido concedida pela Justiça e impedia a prática.	Prefeito de São Paulo diz que não retirará todas as barracas	não/ conheço exclusivo	https://www.folha.com.br/2023/04/03/prefeito-de-sao-paulo-diz-que-nao-removera-todas-as-barracas-durante-pascoa/
29	Padre Júlio Lancellotti/ Observatório	GT	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	03/04/2024	Geral/Cidade s/Cidiano	Nunes diz que retirada de barracas de moradores de rua é proposta de "ação humanizada de acolhimento" da Prefeitura de SP	prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes	Arquitetura Hostil/Políticas Higienista	O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, disse nesta segunda-feira (3) que a retirada de barracas de pessoas em situação de rua durante o dia faz parte de uma proposta de "ação humanizada de acolhimento" da gestão municipal. Segundo Nunes, não é possível desmarcar as barracas de uma vez, uma vez que isso estaria afetando o direito de ir e vir das demais pessoas. "Uma cidade para todos", afirmou. A remoção dos itens por agentes da prefeitura voltou a ocorrer nesta segunda, após um desembargador derrubar a liminar que havia sido concedida pela Justiça e impedia a prática.	Prefeito quer colocar moradores de rua em albergues e hotéis da rua	sim	https://globo.com/sao-paulo/noticia/2023/04/03/nunes-diz-que-quer-retirada-de-barracas-de-moradores-de-rua-e-proposta-de-acao-humanizada-de-acolhimento-da-prefeitura-de-sp.ghtml

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q
30	Padre Júlio Lancellotti	VitalMetal	Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Capital	26/03/2023	Gerall/Cidade s/Cidadiano	Black Pantera manda recado para o Lollapalooza Brasil no palco: "Fogo nos escavengers"	Banda Panteras	Aporofobia estrutural	Black Pantera foi a banda responsável por representar os headbangers no Lollapalooza Brasil neste domingo, 26, em um show que levou som pesado e alto ao palco Addis, com homenagens de Racionais MC's ao Bink-182, e levantou poderosas críticas sociais - inclusive ao festival. Um ponto fora da curva de rock alternativo do festival, a banda foi escalada para se apresentar no primeiro horário, às 12h40, pouco depois do início da abertura. Apesar da falta de espaço no cenário problemático, a situação foi menos favorável ainda ao meio-dia, uma vez que a locomoção para chegar ao Autódromo de Inielago é um desafio, especialmente no domingo, em um dos palcos mais distantes das entradas.	Lollapalooza é acusado de pagar muito pouco para trabalhadores arregimentados na rua	sim	https://www.vitalmetal.com.br/biblioteca/panteras-ollapalooza-brasil-fogo-nos-escavengers/
31	Padre Júlio Lancellotti/Observatório	O Liberal	Sudeste	São Paulo	Americana	Interior	24/03/2023	Gerall/Cidade s/Cidadiano	Morador de rua diz que foi deixado na Anhanguera, em Americana, por Cras de Indaiatuba	Polícia Militar	Arquitetura Hospital/Políticas Higiênicas	Um morador de rua de 51 anos foi deixado na Rodovia Anhanguera (SP-330), em Americana, pelo Cras (Centro de Referência da Assistência Social) de Indaiatuba, na madrugada desta quarta-feira (22). Segundo ele, o objetivo informado pelo órgão seria "limpar" as ruas da cidade, dispensando os mendigos. Ele foi encontrado pelos guardas municipais em uma praça do São Manoel, nesta quinta-feira (23). Segundo informações do homem em boletim de ocorrência, na madrugada de quarta-feira (22), ele e outros moradores de rua estavam em Indaiatuba e foram abordados por uma equipe do Cras da cidade.	Prefeitura deixa mendigo em rodovia para "limpar a cidade"	sim	https://liberal.com.br/cidades/americana-na-linha-de-cruzeira-que-foi-deixado-na-rodovia-anhanguera-1823233/
32	Padre Lancellotti	RepórterBrasil	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	23/03/2023	Gerall/Cidade s/Cidadiano	Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo	Trabalhadores resgatados	Aporofobia estrutural	Apesar de ser um festival multimilionário com atrações de renomados artistas internacionais, o Lollapalooza foi flagrado esta semana submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão. Cinco profissionais que atuavam na preparação do evento foram resgatados na terça-feira (21), no autódromo de Inielago, zona sul de São Paulo, onde os shows acontecem a partir de sexta-feira (24). Eles trabalhavam como carregadores de bebidas em jornadas de 12 horas diárias: "Depois de levar engarrafados e caixas pra lá e pra cá, a gente ainda era obrigado pela chefe a ficar na tenda de depósito, dormindo em cima de papéis e dos paletes; para vigiar a carga", afirma J.P., um dos resgatados.	Ministério do Trabalho acha trabalhadores em trabalho análogo a escravidão no Lollapalooza	sim	https://repontebrasil.org.br/2023/03/escravizacao-na-ollapalooza-brasil-23/
33	Padre Júlio Lancellotti	Folha de São Paulo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	20/03/2023	Gerall/Cidade s/Cidadiano	Homem cai de escada e morre em albergue em SP	Políticas públicas	Políticas públicas	Trabalhador morreu após cair da escada no centro de acolhimento, que está com imóvel sem condições de uso	não/conteúdo exclusivo	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/homem-cai-de-escada-e-morre-em-albergue-que-prefeitura-de-sao-paulo-prometido-desativar.shtml	
34	Padre Júlio Lancellotti	Folha de São Paulo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	18/03/2023	Gerall/Cidade s/Cidadiano	Padre Júlio Lancellotti e organização lançam programa de moradia para pessoas em situação de rua	Padre Júlio Lancellotti e organizações	Políticas públicas	Organização formada por arquitetos e voluntários oferece moradia para famílias em situação de rua	não/conteúdo exclusivo	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/padre-julio-lancellotti-e-organizacao-lancam-programa-de-moradia-para-pessoas-em-situacao-de-rua.shtml	

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q
35	Padre Júlio Lancellotti/ Observatório	Folha de São Paulo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	14/03/2023	Gerall/Cidade s/Cotidiano	Chuva forma cachoeira e alaga albergue novo em SP	Moradores	Políticas públicas	O recurso, segundo o presidente do Albergue Noturno, o advogado Marcelo Zola, destina-se ao fornecimento de jantar a pessoas em situação de rua. Com o fim dos repasses, as refeições noturnas terão de ser interrompidas a partir do próximo dia 7 de abril, segundo Zola. O advogado afirmou ainda que, além de paralisar o atendimento, a entidade terá de demitir colaboradores contratados especificamente para esta finalidade. "Foi totalmente inesperado, acabamos de reformar toda a nossa cozinha. Essa parceria, que fazia parte do programa de segurança alimentar, foi sempre muito bem-sucedida e importante para as pessoas atendidas", diz Zola.	Chuva fone alagou o interior de unidades de acolhimento em SP	não/ conhecido exclusivo	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/13/chuva-forma-cachoeira-e-alaga-albergue-entao-que-ha-traz-messas-cel-a-prefeitura-de-sp.shtml
36	Padre Júlio Lancellotti	Diário da Região	Sudeste	São Paulo	Rio Preto	Interior	14/03/2023	Gerall/Cidade s/Cotidiano	Prefeitura de Rio Preto suspende repasse ao Albergue Noturno para fornecer jantar a população de rua	Advogado do Albergue	Políticas públicas	Prefeitura suspende repasse ao Albergue Noturno para fornecer jantar a população de rua	sim	https://www.diariodaregiao.com.br/politica/repasse-ao-albergue-noturno-para-fornecer-jantar-a-populacao-de-rua-1.1055342	
37	Padre Júlio Lancellotti	Folha de São Paulo	Sudeste	São Paulo	São Paulo	Capital	13/03/2023	Gerall/Cidade s/Cotidiano	Usuários de albergue relatam falta de vaso sanitário e ataques de percevejo em SP	Moradores de rua	Políticas públicas	Prefeitura não faz manutenções em albergues.	não/ conhecido exclusivo	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/13/usuarios-de-albergue-relatam-falta-de-vaso-sanitario-e-ataques-de-percevejo-em-sp.shtml	
38	Padre Júlio Lancellotti	GT	Sudeste	São Paulo	Santos	Interior	03/03/2023	Gerall/Cidade s/Cotidiano	Santos instala 5 blocos de concreto em túnel VLT para moradores de rua e usuários de drogas	Prefeitura de Santos	Arquitetura/Hostil/Políticas Higienista	A Prefeitura de Santos, no litoral de São Paulo, começou um serviço no túnel do bairro José Menino, por onde passa o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), com o objetivo de garantir mais segurança a passageiros do transporte público e moradores do entorno. A empreiteira vencedora da concorrência pública tem oito meses para executar os serviços. O investimento previsto é de R\$ 331,351,43 e o valor foi viabilizado junto à Caixa Econômica Federal, por meio do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (Fnisai). A intervenção, segundo a administração pública, tem como objetivo impedir a circulação de pessoas pelo túnel. No local, são constantes as reclamações sobre tráfego de drogas, usuários de entorpecentes e moradores em situação de rua.	Instalação de blocos de concreto para evitar a presença de moradores de rua	sim	https://g1.globo.com/santos/noticia/2023/03/03/santos-comeca-obra-para-bloquear-vozes-em-tunel-doult-e-garantir-seguranca-a-moradores-de-passageiros.gtm.html

Anexo C: Matérias selecionadas para análise

RACISMO E APOROFOBIA

Aline, mulher negra que entregou faixa a Lula, é atacada por fotos na Itália e dá invertida incrível; veja vídeo

Presidenta de cooperativa de catadores, Aline Sousa revelou quem viabilizou a viagem e calou os apoiadores de Jair Bolsonaro que destilavam ódio e preconceito.



Aline Sousa na Itália e na entrega da faixa presidencial a Lula. Créditos: Instagram / Ricardo Stuckert

Aline Sousa, mulher negra que preside a Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis do DF e entregou a faixa presidencial a Lula (PT) na histórica posse realizada no dia 1º de janeiro, foi atacada nas redes sociais por apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) por uma foto em Roma, na Itália, e deu uma invertida incrível nos detratores.

Em vídeo publicado na quarta-feira (4), Aline contou que viajou à Itália pudesse conhecer a metodologia de lixo zero aplicada no país europeu. E o mais incrível, a viagem foi viabilizada pela deputada Bia Kicis (PL-DF), uma das mais furiosas defensoras de Bolsonaro no Congresso Nacional.

"Essa missão na Itália veio para a gente conseguir se apropriar mais desse conhecimento de como se dá na prática esse sistema moderno Lixo Zero [...] E é por isso que eu estava na Itália por meio desse projeto da OCDE, da OCB e do MDR, que foi viabilizado pela deputada Bia Kicis", contou a catadora de recicláveis.

Aline ainda contou de outras viagens que fez pelo mundo - sempre em missões financiadas por entidades da sociedade civil ou de governos - como na Argentina e África do Sul.

"A simples Catadora de Materiais Recicláveis, que cresceu com toda dificuldade, por conta do ofício e de toda representatividade alcançada, foi convidada a levar o conhecimento que temos aqui no Brasil e, também, aprender com outros países... Somos todos iguais e escolhemos onde e com que queremos trabalhar! Agora vou continuar lutando, dia após dia, POR TODOS OS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS DO BRASIL! Porque nós merecemos trabalhar com dignidade, segurança, direitos... assim como qualquer outra classe trabalhadora! Vamos em busca de um Brasil melhor! Com mais amor e empatia", escreveu Aline na publicação.

Exclusivo: Festival Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo

Homens que atuavam na informalidade e prestavam serviços para terceirizada foram resgatados esta semana. Após jornadas de 12 horas diárias, eles não podiam deixar o local do evento e dormiam sobre papelões. A organizadora Time 4 Fun será responsabilizada

POR GIL ALESSI

23/03/2023



Apesar de ser um festival multimilionário com atrações de renomados artistas internacionais, o Lollapalooza foi flagrado esta semana submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão. Cinco profissionais que atuavam na preparação do evento foram resgatados na terça-feira (21), no autódromo de Interlagos, zona sul de São Paulo, onde os shows acontecem a partir de sexta-feira (24).

Eles trabalhavam como carregadores de bebidas em jornadas de 12 horas diárias: “Depois de levar engradados e caixas pra lá e pra cá, a gente ainda era obrigado pela chefia a ficar na tenda de depósito, dormindo em cima de papelão e dos paletes, para vigiar a carga”, afirma J.R, um dos resgatados.

Os funcionários atuavam na informalidade, sem os devidos registros trabalhistas, como manda a lei. “Com idade entre 22 e 29 anos, eles não tinham dignidade alguma, dormiam dentro de uma tenda de lona aberta e se acomodavam no chão. Não recebiam papel higiênico, colchão, equipamento de proteção, nada”, afirma Rafael Brisque Neiva, auditor fiscal do Trabalho que participou da operação de resgate, feita pela Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

O Lollapalooza vai de sexta (24) a domingo (26) e o ingresso vai de R\$ 1.300, para um dia de evento, a R\$ 5.300 para pacotes mais luxuosos, que garantem os três dias de shows e acesso às áreas VIPs, com cadeira de massagem e outros benefícios. Dentre as atrações deste ano estão grandes nomes da música, como Billie Eilish, Lil Nas X e Drake. No ano passado, o festival [movimentou mais de R\\$ 400 milhões](#), segundo a prefeitura paulistana.

Os cinco resgatados prestavam serviços para a empresa Yellow Stripe, uma terceirizada contratada pela Time 4 Fun, conhecida como T4F, dona do Lollapalooza no Brasil. Em

seu [site de relações com investidores](#), a T4F, que é listada na Bolsa de São Paulo, diz “respeitar os Direitos Humanos” e afirma garantir “um ambiente de trabalho diverso, acolhedor”. Ambas empresas foram notificadas pelas autoridades do trabalho e serão responsabilizadas diretamente pela situação dos cinco trabalhadores escravizados, de acordo com Neiva.

Após o resgate, as empresas foram obrigadas a ressarcir cada um dos trabalhadores em aproximadamente R\$ 10 mil pelos salários devidos, verbas rescisórias e horas extras. O valor ainda pode aumentar, caso o Ministério Público do Trabalho entre com pedido de verbas indenizatórias, o que não tem prazo para ocorrer.

“Nós não temos nenhuma dúvida de que a T4F foi omissa e faltou com a devida diligência no seu dever legal de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista por parte da contratada”, diz Rafael Augusto Vido da Silva, outro inspetor do Trabalho que participou da ação.

O Lollapalooza informou à Repórter Brasil que mais de 9.000 pessoas trabalham no local do evento e que a prioridade é garantir “as devidas condições de trabalho”. Segundo o comunicado, “é terminantemente proibido pela T4F” que trabalhadores durmam no local, fato que fez com que fosse encerrada “imediatamente a relação jurídica estabelecida com a Yellow Stripe”. “A T4F considera este um fato isolado, o repudia veementemente e seguirá com uma postura forte diante de qualquer descumprimento de regras pelas empresas terceirizadas” (veja o posicionamento completo ao final).

Já a Yellow Stripe informou que “cumpriu as determinações do Ministério do Trabalho, sendo que os empregados em questão foram devidamente contratados e remunerados”.

MENTIRAS NA CONTRATAÇÃO

Os trabalhadores resgatados relataram que eram ameaçados com a perda do emprego caso tentassem deixar o local após o expediente. Eles eram cobrados para que ficassem vigiando a carga nas tendas até o dia seguinte – embora esse serviço não tenha sido combinado previamente com os cinco funcionários.

“Um dos chefes falou: ‘se você for pra casa, nem volta’. Um outro disse: ‘quem precisa [de dinheiro], fica [a noite toda no autódromo]”, afirma M.S, outro resgatado. “Eu, com aluguel atrasado, desempregado, cheio de conta pra pagar e uma filha de 9 meses em casa, vou fazer o quê? Viver uma situação como essa em um festival desse tamanho é triste.

“Ninguém sai de casa para ser humilhado por ninguém, para ficar longe da família, mas a necessidade fala alto”.

Segundo os trabalhadores, o combinado era que eles seriam acomodados em um local próprio para hospedagem, após a jornada na carga e descarga de bebidas. “O que tinham prometido para mim era um alojamento ou um hotelzinho perto do local do show para dormir enquanto durasse o trabalho, e diária de R\$ 100”, diz M. S. “Mas no primeiro dia disseram que eu ia ter que dormir na tenda. Quando perguntei onde, me disseram: ‘desenrola uns papelões aí para você’.

Para tomar banho, os cinco tinham que fazer uma longa caminhada até o alojamento que havia sido alugado para parte da equipe da Yellow Stripe, fora do autódromo de Interlagos. “Mas tinha que ser rápido. Senão eles fechavam o registro de água”, conta J.R.

Não é a primeira vez que o Lollapalooza viola a dignidade dos trabalhadores. Em 2019, pessoas em situação de rua foram contratadas por R\$ 50 para cumprir diárias de 12 horas para montar os palcos, [segundo o jornal Folha de S.Paulo](#).

O trabalho degradante em meio a um dos maiores e mais ricos festivais do país chamou a atenção da equipe de fiscalização. “A situação que a gente presenciou é emblemática para entender as raízes do problema do trabalho análogo ao de escravo no país. O grande abismo socioeconômico brasileiro provoca esse contraste e deixa algumas pessoas vulneráveis ao trabalho escravo, enquanto outros podem pagar mais de R\$ 1.000 em ingressos para um show”, diz Livia Ferreira dos Santos, uma das auditoras fiscais que participou do resgate.

Comunicado Lollapalooza

Para realizar um evento do tamanho do Lollapalooza Brasil, que ocupa 600 mil metros quadrados no Autódromo de Interlagos e tem a estimativa de receber um público de 100 mil pessoas por dia, o evento conta com equipes que atuam em diferentes frentes de trabalho, em departamentos que variam da comunicação a operação de alimentos e bebidas, da montagem dos palcos a limpeza do espaço e a segurança. São mais de 9 mil pessoas que trabalham diretamente no local do evento e são contratadas mais de 170 empresas prestadoras de serviços.

A T4F, responsável pela organização do Lollapalooza Brasil, tem como prioridade que todas as pessoas envolvidas no evento tenham as devidas condições de trabalho garantidas e, portanto, exige que todas as empresas prestadoras de serviço façam o mesmo.

Nesta semana, durante uma fiscalização do Ministério do Trabalho no Autódromo de Interlagos, foram identificados 5 profissionais da Yellow Stripe (empresa terceirizada responsável pela operação dos bares do Lollapalooza Brasil), que, na visão dos auditores, se enquadrariam em trabalho análogo à escravidão. Os mesmos trabalharam durante 5 dias dentro do Autódromo de Interlagos e, segundo apurado pelos auditores, dormiram no local de trabalho, algo que é terminantemente proibido pela T4F.

Diante desta constatação, a T4F encerrou imediatamente a relação jurídica estabelecida com a Yellow Stripe e se certificou que todos os direitos dos 5 trabalhadores envolvidos fossem garantidos de acordo com as diretrizes dos auditores do Ministério do Trabalho. A T4F considera este um fato isolado, o repudia veementemente e seguirá com uma postura forte diante de qualquer descumprimento de regras pelas empresas terceirizadas.



Arquitetura hostil se espalha por Campinas; Prefeitura diz que tema está na ‘pauta’

Lei que proíbe elementos urbanos para afastar e segregar pessoas vulneráveis mobiliza ações de combate à exclusão na cidade



Por Silvio Begatti — 18 de janeiro de 2023 em Cidade e Região Tempo de leitura: 4 mins

AA



Estrutura de ferro com características medievais instalada em loja do Centro de Campinas para afastar moradores em situação de rua: combate à aporofobia Foto: Leandro Ferreira/Hora Campinas

Pedras embaixo de viaduto e pontilhões, cercas pontiagudas em frente de estabelecimentos comerciais, estruturas de ferro com características medievais e outros tipos de instalações estranhas. Esses elementos podem ser verificados a partir de uma observação um pouco mais atenta dos espaços públicos da área central de Campinas. São as chamadas arquiteturas hostis, que dificultam o acesso de populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua. Essas fortalezas da hostilidade, no entanto, estão em processo de demolição. Elas são comuns em grandes centros urbanos e em áreas de comércio. O objetivo é impedir que as cercanias das lojas sejam usadas como descanso ou pernoite.

Grupos sociais de Campinas começam a se mobilizar para a elaboração de um levantamento dessas arquiteturas na cidade. O objetivo é promover a remoção das barreiras que afastam a população de rua por meio de ação no Ministério Público (MP). A [Lei Padre Júlio Lancellotti](#), publicada no *Diário Oficial da União* do dia 22 de dezembro do ano passado e republicada na última quarta-feira (11) após uma correção, é, agora, a bandeira contra a chamada aporofobia (ódio, ojeriza a pobre).

Padre Júlio contra a aporofobia

“A lei já sancionada e em vigência sugere e induz a ações de acolhimento e não de rejeição. Assim, saímos da hostilidade para a hospitalidade”, comemora o padre Júlio Lancellotti, que dá nome à Lei. Desde 1986, o religioso de 74 anos promove trabalhos sociais voltados principalmente à população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Coordenador da Pastoral do Povo de Rua, Lancellotti viralizou ao utilizar uma marreta para remover pedras pontiagudas que haviam sido instaladas pela Prefeitura de São Paulo em um viaduto na cidade, para evitar que o local fosse utilizado como abrigo pela população em situação de rua.

Lancellotti destaca a luta para que a lei fosse sancionada e entrasse em vigor.

“O Projeto de Lei foi apresentado pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES) e teve aprovação do Senado. Na Câmara dos Deputados, o projeto passou pelas várias comissões e também foi aprovado. Só que o ex-presidente Jair Bolsonaro vetou o PL. A Câmara, por sua vez, derrubou o veto do ex-presidente e a Lei foi promulgada e está em vigência.”

Em Campinas, a Pastoral de Rua seguirá o exemplo do padre Lancellotti em São Paulo na tarefa de documentar todas as arquiteturas hostis na cidade e encaminhar as informações ao MP. “Estaremos nos reunindo para levantar os locais com fotos”, afirma o padre André Luiz Meira, responsável pela pastoral, que é integrada por aproximadamente 50 pessoas com participação ativa.

O trabalho mais intenso do grupo é realizado na região do Jardim Londres, onde uma média de 70 pessoas em situação de rua recebem acolhimento. Mas a pastoral tem ramificações por toda a cidade. Segundo o último levantamento da Prefeitura, a população de rua de Campinas gira em torno de mil pessoas.

O que diz a Prefeitura

A Prefeitura afirmou, por meio de comunicado, que também trabalha dentro de um “conceito de arquitetura amigável, evitando e também readequando situações hostis no espaço público”. O projeto está incluído no Plano de Requalificação da Área Central (PRAC), no qual destaca-se também a nova legislação de incentivos fiscais e urbanísticos para reabilitação de imóveis no quadrilátero central.”

A readequação dos espaços, no entanto, acontecerá a logo prazo. “Trata-se de uma pauta importantíssima e multidisciplinar na gestão da cidade”, afirma a secretária adjunta de Planejamento e Urbanismo, Marcela Pupin.

“Estudos setoriais deverão pautar as inovações de conceito. Isso requer levantamento e regulamentação, inclusive para o patrimônio privado”, encerra.

Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro de SP

Defendida por Nunes, retirada de abrigos cresceu em janeiro; pessoas em situação de rua reclamam da falta de auxílio

12. fev. 2023 às 16h19

Tulio Kruse (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/tulio-kruse.shtml>)

SÃO PAULO A remoção de barracas (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/prefeito-sinaliza-podera-remover-barracas-de-moradores-de-rua-em-sp.shtml>) em que vivem as pessoas em situação de rua em São Paulo, defendida pelo prefeito Ricardo Nunes (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/01/de-olho-na-reeleicao-ricardo-nunes-turbina-comunicacao-da-prefeitura-de-sp.shtml>) (MDB) durante a posse de novos subprefeitos na última terça-feira (7), na prática já tem sido intensificada na região central da cidade há semanas.

Tanto quem dorme nas praças e calçadas quanto quem trabalha próximo de regiões que concentram a população de rua afirma que a rotina de limpeza e desmonte de ocupações mudou desde o fim de janeiro.

Na região da praça da Sé, por exemplo, as ações de limpeza são diárias e barracas são removidas todos os dias. A diferença é que, agora, colchões e cabanas são retirados e jogados no lixo. Ao anoitecer, novas barracas são armadas na praça, para serem removidas no dia seguinte.



Funcionários da prefeitura fazem limpeza na rua Anchieta, no centro de São Paulo; remoção de barracas foi intensificada na cidade - Danilo Verpa/Folhapress

Após a mudança na ação, o cenário da praça já mudou e quase não há mais barracas, embora muitas pessoas ainda durmam ali. Há cerca de dois meses, o largo da catedral estava tomado por abrigos de lona.

A prefeitura afirma que não houve mudança na rotina de limpeza e que faz ações periódicas para acolher a população de rua.

Na terça, Nunes disse que a gestão municipal tem oferecido alternativas à população de rua e questionou quem se mantém nessas condições. "A partir do momento em que ofereço condições da pessoa ir para um abrigo, ou hotel, ou receber o auxílio-aluguel, por que vai ficar na rua? Não podemos permitir que as pessoas montem barracas para fazer mendicância na rua", disse o prefeito.

Na rua Benjamin Constant, bem ao lado da praça da Sé, barracas em um trecho de calçada que ficou ocupado durante meses foram removidas há cerca de duas semanas e não voltaram. O mesmo ocorreu na praça Doutor João Mendes, atrás da catedral onde, segundo relatos de moradores, a prefeitura retirou abrigos que ficavam ali permanentemente e fez uma pequena reforma nos canteiros. Há quem durma na grama e em pedaços de papelão, mas não há mais barracas.

O último censo da população de rua (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/na-pandemia-quase-dobra-o-numero-de-familias-que-vivem-nas-ruas-de-sao-paulo.shtml>) apontou 31.884 pessoas sem-teto na capital em 2021. A prefeitura diz que tem mais de 20 mil vagas de acolhimento para a população de rua em diferentes modalidades, o que significa que não há vaga para cerca de 10 mil pessoas.

A praça Marechal Deodoro, em Santa Cecília, tem barracas que agora estão concentradas embaixo das pistas e alça de acesso ao viaduto João Goulart, o Minhocão. Elas não ficam mais ao ar livre nem é permitido que lonas sejam amarradas na parede de um prédio ao lado da praça, como ocorria —ali, em novembro, policiais civis encontraram um depósito de crack (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/policia-prende-homem-apontado-como-chefe-do-pcc-e-suspeito-de-tortura-na-cracolandia.shtml>), que servia como espécie de entreposto do tráfico na região central.

No fim do ano passado, a prefeitura iniciou uma reforma que cercou o local e moveu, por algumas semanas, quem dormia ali para o vão do Minhocão

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/prefeitura-poe-grades-na-marechal-deodoro-e-moradores-de-rua-se-abrigam-sob-o-minhocao.shtml>). Segundo André Bruno, 42, que vive na praça há 20 anos, as

ações de limpeza e remoção de objetos ficaram mais intensas e truculentas no último mês.

Bruno relata que uma pessoa em situação de rua chegou a ser atingida por bala de borracha disparada por um GCM (Guarda Civil Metropolitana) durante uma ação de limpeza.

"As últimas três vezes que eles vieram, em um mês, foram muito tensas", conta. "Tinha um varal de roupa aqui, por exemplo, e veio um funcionário da prefeitura e arrancou, dando risada da nossa cara. Não há a menor necessidade disso."

A poucos metros da sede da prefeitura, na praça do Patriarca, cerca de 15 pessoas vivem em sete barracas embaixo da marquise projetada por Paulo Mendes da Rocha.

Ali, a body piercer Rebecca Pacin, 29, conta que aguarda há mais de três meses por uma vaga em hotel social, mas até hoje não foi chamada. Ela diz que essa situação é a regra entre os moradores da praça.

"Estamos em frente a uma UBS [Unidade Básica de Saúde] e temos gestantes e cadeirantes aqui, então fica muito mais fácil resolver qualquer problema [de saúde]. Se sairmos daqui, vamos para onde?", reclama. Pacin diz que os moradores não foram informados sobre a necessidade de retirar as barracas, e que a disposição do grupo é de ficar ali. "A gente também tem o direito de não querer sair."

A Subprefeitura da Sé reúne oito bairros —Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé— e cartões-postais da cidade como avenida Paulista e o Mercadoão.

O novo subprefeito da região, coronel Álvaro Batista Camilo

(<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/8742-filho-do-comandante-da-pm-e-presos-sob-suspeita-de-agressao.shtml>), já indicou que as ações de remoção devem ser graduais. A estratégia recebeu o apoio de 11 Conselhos Comunitários de Segurança da região central.

Em nota conjunta, eles declararam que as regras de civilidade urbana devem valer para todos e pede para que Camilo "tenha todas as condições de realizar os regaste do centro de São Paulo".

OUTRO LADO

Questionada se houve ou haverá alguma mudança na política de retirada das barracas, a prefeitura informou que as ações de zeladoria no centro ocorrem rotineiramente, assim como em outras regiões da cidade, e que não estão ligadas a nenhuma operação específica. A gestão municipal também disse que realiza ações constantes para abrigar e acolher as pessoas em situação de rua.

A prefeitura diz que cumpre as regras do decreto nº 59.246/2020, que "preserva o direito das pessoas que vivem em situação de rua com a necessidade de limpeza e manutenção do espaço urbano". Além disso, informa que as ações de retirada de objetos seguem a lei 59.246, de 2020, e que podem ser recolhidos objetos que caracterizem o uso permanente de local público, "principalmente quando impedir a livre circulação de pedestres e veículos, tais como camas, sofás, colchões e barracas montadas ou outros bens duráveis que não se caracterizem como de uso pessoal".

Segundo a gestão Nunes, os bens duráveis retirados são inventariados e encaminhados ao depósito da subprefeitura, que se torna a fiel depositária. Os donos desses objetos devem ser notificados, no local e momento da apreensão, sobre o destino de seus pertences, e recebem um contralacre com a informação de que poderão retirá-los no prazo de 30 dias. Objetos perecíveis e deteriorados são descartados.

"A Smsub [Secretaria Municipal de Subprefeituras] repudia abusos e quando há denúncias, estas são averiguadas e arbitrariedades são punidas de acordo com a lei e de forma administrativa. Os profissionais que atuam no serviço diariamente são orientados sobre os princípios da lei e o respeito ao cidadão", diz a prefeitura.

A prefeitura informou que em agosto e setembro criou um total de 200 vagas para a população de rua com prédios da antiga Fundação Casa, cedida pelo governo estadual, e que outras 400 vagas serão entregues em 2023 por meio dessa parceria.

A Subprefeitura da Sé disse que o Seas (Serviço Especializado de Abordagem Social) realizou, segundo a prefeitura, 691 atendimentos na praça da Sé e arredores no mês de janeiro de 2023. Desse total, 396 resultaram em encaminhamentos para os serviços de acolhimento. Também no mês de janeiro, foram 896 atendimentos na praça do Patriarca e arredores.

Entenda o que é arquitetura hostil e aporofobia. Lei Padre Júlio Lancellotti foi promulgada nesta quarta-feira (11)

Lei foi vetada pelo ex-presidente Bolsonaro, mas veto foi derrubado

De Agência Brasil - 12 de janeiro de 2023



Parada de ônibus de vidro com bancos com arquitetura hostil

A Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe a chamada arquitetura hostil em espaço público, foi promulgada. O texto da lei foi republicada na edição de hoje (11) do *Diário Oficial da União (DOU)*.

A lei já havia sido publicada em *Diário Oficial da União* do dia 22 de dezembro do ano passado, mas precisou ser republicada após uma correção. Aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, a [lei chegou a ser vetada pelo ex-presidente](#) da República Jair Bolsonaro, mas o veto foi derrubado pelo Congresso e, agora, a lei foi promulgada.

A Lei Padre Júlio Lancellotti proíbe a construção ou a instalação de estruturas hostis em equipamentos públicos para dificultar o acesso de moradores em situação de rua, por exemplo.

O nome da lei é uma referência ao religioso padre Júlio Lancellotti, que, desde 1986, promove trabalhos sociais voltados principalmente para a população em situação de rua na cidade de São Paulo. Coordenador da Pastoral do Povo de Rua, Lancellotti viralizou ao utilizar uma marreta para remover pedras pontiagudas que haviam sido instaladas pela Prefeitura de São Paulo em um viaduto na cidade, para evitar que o local fosse utilizado como abrigo pela população em situação de rua.

O padre, inclusive, ajudou a criar o Observatório de Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga para denunciar locais em todo o país que estejam adotando arquitetura hostil para afastar a presença de moradores em situação de rua. Aporofobia é um termo que designa o ódio ou aversão aos pobres.

Macaé é a primeira cidade do RJ a garantir transporte público gratuito para pessoas em situação de rua

Emenda acrescenta a população em situação de rua ao Passe Social, que garante o benefício de forma gratuita no transporte público da cidade



Foto: Prefeitura de Macaé/Bruno Campos / Alma Preta

A cidade de Macaé, no norte do Rio de Janeiro, se tornou o primeiro município do estado a aprovar uma emenda que inclui pessoas em situação de rua para ter acesso gratuito ao transporte público municipal. A emenda foi sancionada pelo Executivo no último dia 31.

A medida, recomendada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, foi adotada a partir da apresentação de uma emenda proposta pela vereadora Iza Vicente (Rede), que acrescenta o grupo em situação de vulnerabilidade ao Projeto de Lei 39/2022, texto que dispõe sobre a concessão do benefício social no serviço de transporte público da cidade. Anteriormente, o benefício era destinado apenas para pessoas idosas e pessoas com deficiência (PcD).

Karine Terra, defensora pública com atuação no 3º Núcleo Regional de Tutela Coletiva, explica que após vistorias e reuniões realizadas pelo órgão foi possível identificar uma dificuldade no deslocamento para as pessoas em situação de rua beneficiárias dos atendimentos sociais. Ela exemplifica que, entre um equipamento e outro, o deslocamento dura em cerca de 30 a 40 minutos.

"A gente fazendo as vistorias e reuniões verificou que tinha esse problema das unidades serem distantes uma das outras. O restaurante popular fica em um bairro, a pousada da Cidadania é em um bairro bem distante e para vir ao Centro POP era outra caminhada. A gente percebeu que tinha essa necessidade de prover o deslocamento", comenta a defensora.

Única vereadora da cidade e segunda negra da história de Macaé, Iza Vicente diz que o objetivo da emenda é garantir uma política de justiça social para que as pessoas em situação de rua tenham acesso a direitos básicos, como alimentação, saúde e emprego.

"A gente sabe que a população de rua é formada majoritariamente por homens, muitas pessoas negras. Então o objetivo dessa política é garantir com que as pessoas em situação de rua tenham dignidade humana garantida, que elas possam ter acesso à alimentação, cursos de formação, à moradia e também a vagas de emprego", pontua a vereadora e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Macaé.

Para ter acesso ao passe social, os beneficiários precisam ter cadastro ou atendimento social pelo Centro POP, unidade especializada no atendimento à população em situação de rua, onde são encaminhados para a realização do cadastro junto à Secretaria de Mobilidade Urbana de Macaé.

Além da gratuidade no transporte público, os beneficiários também serão isentos de pagar a tarifa subsidiária vigente em Macaé, no valor de R\$1. "Com essa emenda que nós fizemos e o passe social, as pessoas em situação de rua nem esse R\$1 vão precisar pagar porque a gente sabe que para essas pessoas muitas vezes é difícil até ter uma quantia tão pequena", acrescenta Iza Vicente.

A vereadora também destaca a importância de se ter uma ação, enquanto poder legislativo e mandato preto e antirracista, com a articulação de atores importantes da sociedade, como a Defensoria Pública, que presta assistência jurídica para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

"Eu acredito que quando nós, pretos e pessoas de minorias, chegamos aos espaços de poder a gente tem que dialogar para conseguir ter políticas que gerem impactos inegáveis para os nossos", finaliza.

Já a defensora Karine Terra destaca a importância da Defensoria Pública na intermediação entre a sociedade civil e as instituições públicas para o acompanhamento das políticas públicas. "O objetivo é sempre fazer a melhoria e sempre estar aprimorando a aplicação da política pública para realmente atender a necessidade da população", pontua.

Para a vereadora, é necessária a discussão sobre as políticas de inclusão para dar visibilidade aos grupos marginalizados na sociedade. "Políticas que discutem direitos para as pessoas em situação de rua é uma forma da gente não invisibilizar as mazelas e as dificuldades estruturais da sociedade. Acredito que com essa política as pessoas podem ter acessos e com esses acessos a gente vai estar combatendo o racismo, o preconceito às pessoas pobres e a aporofobia", completa.

Brasil

Educafro pede R\$ 40 milhões de mercado onde seguranças agrediram mulher acusada de furtar carne seca

Ação Civil Pública foi ajuizada nesta segunda-feira pela organização

Por O Globo — Rio de Janeiro

16/02/2023 17h51 · Atualizado há um ano



Mulher foi agredida após ser acusada de furtar carne seca por seguranças em mercado de SP — Foto: Reprodução

Educafro pede na Justiça de São Paulo indenização de R\$ 40 milhões do supermercado de Guarulhos onde uma mulher acusada de furtar carne seca foi agredida por seguranças, na quinta-feira passada. A Ação Civil Pública foi ajuizada nesta segunda-feira. Segundo o supermercado Fonte Nova, os seguranças envolvidos no episódio foram demitidos.

Nas imagens é possível ver o segurança dar uma rateira na mulher, que não teve a identidade revelada, e ameaçá-la com o que seria revólver em sua cintura. Gritos de "pede desculpas, caralh*, pede desculpas!", podem ser ouvidos na gravação, feita por um cliente de dentro do seu carro no estacionamento do estabelecimento.

O caso é investigado pela Polícia Civil de São Paulo, e os seguranças já foram intimados a depor. Nas redes, o mercado se manifestou sobre o caso:



fontenovasupermercados
3.384 seguidores [Ver perfil](#)

ESCLARECIMENTO DO SUPERMERCADO

O FONTE NOVA SUPERMERCADOS, em nome de sua diretoria e de todos os seus colaboradores, lamenta o incidente ocorrido na unidade do Bairro Bom Clima e reafirma seu compromisso de repudiar e não compactuar com qualquer tipo de comportamento agressivo ou violento, seja ele verbal ou físico, em qualquer situação ou local.

Diante desta lamentável situação, o FONTE NOVA informa que ainda que:

Trata-se de caso isolado, repudia a abordagem truculenta. Garante o **desligamento imediato do funcionário** que realizou tal ato, aonde está sendo apurado através de auditoria interna para esclarecer e tomar as providências necessárias.

Cabe-nos desculpar pelo lamentável incidente e também prestar os esclarecimentos e a assistência necessária.

[Ver mais no Instagram](#)

Na petição, os advogados argumentam que se tratou de um caso de racismo e aporofobia — termo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina para se referir ao "ódio aos pobres", segundo o documento.

"Os graves atos de tortura, espancamento e humilhação perpetrados pela empresa ré não vitimaram apenas a cidadã negra e pobre, supostamente em situação de rua, submetida a violência física e psicológica (...)A população brasileira como um todo foi igualmente afetada por referidos atos de aporofobia e de racismo em violação a direitos humanos fundamentais", diz o texto assinado pelos advogados Marlón Reis, Leandro da Cruz Soares, Olivia Raposo da Silva Telles, Rafael Martins Estorilio e Matheus Sales de Oliveira Lopes.

A ação pede indenização de R\$ 40 milhões em danos morais coletivos. Além disso, a organização pede também a revisão da contratação dos seguranças terceirizados, a inclusão de cláusulas antiracistas nos contratos com prestadores de serviços e revisão dos protocolos de

abordagem no interior das lojas. A petição pede também um compromisso em "não contratar empresas de segurança que tenham, como proprietários ou funcionários policiais da ativa, aposentados ou expulsos da corporação".

SEGURANÇA

Quatro PMs de Cachoeirinha são investigados por morte de morador de rua



Publicado 1 mês atrás - 16 de fevereiro de 2023
Autor **Equipe/jornalismo**

Quatro policiais militares de Cachoeirinha são suspeitos de participação na morte de um homem de 37 anos que vivia em situação de rua. O caso teria ocorrido no dia 02 de fevereiro. A vítima morreu oito dias depois, quando estava internada no Hospital de Pronto Socorro da Capital, com queimaduras pelo corpo.

Segundo a denúncia feita, os policiais teriam jogado álcool e ateado fogo no rapaz. A denúncia também fala de agressões em abordagens anteriores. Na certidão de óbito a causa da morte registrada foi "insuficiência circulatória decorrente de septicemia consecutiva e complicações clínicas e complicação de queimadura corporal extensa".

Conforme apurou a reportagem de GZH, ao tomar conhecimento o comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar de Cachoeirinha, Coronel Márcio de Azevedo Gonçalves, instaurou um inquérito policial militar para investigar o caso. Os policiais foram afastados das atividades externas até a conclusão do procedimento.

Atualidades

Aporofobia: a aversão aos pobres e seus efeitos na sociedade

O preconceito pode se refletir na arquitetura hostil de espaços públicos e até em campanhas contra a doação de esmolas

POR JULIA DI SPAGNA

ATUALIZADO EM 4 ABR 2023, 17H26 - PUBLICADO EM 29 MAR 2023, 10H50



Homem dorme nas escadarias em frente ao Teatro Municipal, no Rio de Janeiro (Luiz Souza/NurPhoto/Getty Images)

Aporofobia é um termo que tem aparecido cada vez mais no debate público, impactando, inclusive, a legislação. E sim, estudante: também já foi explorado no vestibular. Mas você sabe o que ele significa e como afeta a sociedade?

A palavra aporofobia significa **aversão, medo, desprezo ou rejeição aos pobres**. De origem grega, é um neologismo e deriva da junção das palavras áporos (pobres) e fobos (medo) – é a mesma lógica de outros preconceitos, como [homofobia](#) ou islamofobia. O termo foi criado por volta dos anos 1990 pela escritora e filósofa espanhola Adela Cortina.

Em entrevista à BBC Mundo em 2020, [Cortina explicou que a aporofobia sempre existiu e está nas “entranhas do ser humano”](#). Isso porque, para ela, o problema é **biocultural**. A origem biológica se explica pela tendência humana, comprovada pela antropologia evolutiva, de priorizar as relações e pessoas que nos ofereçam algo em troca. Quem não tem nada a oferecer em termos práticos – como seria o caso da população em situação de rua, por exemplo – é instintivamente deixado de lado.

É claro que essa tendência não é imutável: ela pode, de acordo com a filósofa, ser reforçada ou deixada de lado pela cultura. O problema é que vivemos em uma sociedade cujos valores promovem, mais do que nunca, a rejeição aos pobres.

Padre Júlio Lancellotti contra a aporofobia

Só recentemente o termo “aporofobia” ganhou destaque e passou a ser discutido no Brasil, principalmente pela atuação do padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo da Rua, de São Paulo.

O padre é um dos maiores nomes contra a prática e entre suas principais críticas está a [arquitetura hostil de espaços públicos](#) que impede ou dificulta a permanência, a passagem e o descanso de pessoas em situação de rua. Seja por meio de grades, pedras ou diversos tipos de estrutura, muitos condomínios residenciais, prédios e estabelecimentos comerciais, como restaurantes e bares, criam barreiras que buscam afastar essa população.

O religioso já denunciou em suas redes sociais uma série de construções que se encaixam nesse perfil.

Um dos casos que mais viralizou foi o das pedras instaladas pela Prefeitura de São Paulo embaixo de um viaduto na zona leste da capital, que impedia que pessoas colocassem colchões ou papelões para dormir na área. Lancellotti foi até o local e quebrou parte das pedras como forma de protesto.



Segundo Lancellotti, [é fundamental que haja um programa governamental que garanta moradia para os mais pobres](#). “Não queremos que as pessoas fiquem nesses locais, mas sim que exista uma resposta humanizadora de acolhimento. Temos que sair da hostilidade para a hospitalidade”, disse o padre em entrevista ao portal **ECOIA, do Uol**.

E vale destacar que não é só por meio da arquitetura que a aporofobia se manifesta. Campanhas voltadas para que pessoas não deem esmola ou façam doações diretas aos mais pobres também são uma forma de propagar a prática. Muitas vezes promovidas por prefeituras, essas campanhas defendem que a ajuda financeira aumentaria o “comodismo” e impediria que os mais vulneráveis economicamente lutassem por condições melhores. Mas Lancellotti também rebate:

“Ninguém pode acreditar que a população de rua aumenta porque aumentou as esmolas, que a esmola é tão rentável que mantém as pessoas na rua. [Quem dá esmola é o poder público](#). O orçamento para a Saúde, a Habitação Pública e a Assistência Social que é uma esmola vergonhosa, que não consegue dar subsistência aos que mais precisam”, afirmou em entrevista ao G1.

Aporofobia na legislação e as soluções para o problema

Em dezembro de 2022, foi promulgada a lei que proíbe construções que visem afastar pessoas em situação de rua de espaços públicos. Em outras palavras, a chamada **Lei Padre Júlio Lancellotti** define que está proibido “o emprego de materiais, estruturas equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população.”

Além disso, a lei 14.489, de 2022, altera o [Estatuto da Cidade](#) (Lei 10.257, de 2001) e estabelece o “conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição de espaços livres de uso público, seu mobiliário e interfaces com espaços de uso privado.”

Nos vestibulares

Por ser algo atual e relevante para a sociedade, o tema pode aparecer nas provas, tanto em propostas de redação quanto em questões.

Foi o que aconteceu na segunda fase da [Unicamp 2023](#). A questão 5 explorou o significado de aporofobia, trazendo uma reportagem com falas de Júlio Lancellotti e imagens que denunciavam a prática. Confira abaixo:

A palavra *aporofobia*, ainda não dicionarizada, é definida pela Academia Brasileira de Letras como:

s.f. repúdio, aversão ou desprezo pelos pobres ou desfavorecidos; hostilidade para com pessoas em situação de pobreza ou miséria. [Do grego *â-poros*, 'pobre, desamparado, sem recursos' + *-fobia*.]

(Disponível em <https://www.academia.org.br/hossa-lingua/nova-palavra/aporofobia>. Acesso em 08/09/2022.)

Atualmente, a palavra tem sido usada para denunciar não só atitudes individuais, mas também arquiteturas, discursos e movimentos que expressem aversão aos mais pobres. Quando essa luta se espalhou pelas redes sociais, o Padre Júlio Lancellotti passou a usar o termo em suas falas e a receber imagens de situações aporofóbicas, trazendo luz a um debate até então invisível. Padre Júlio cita um exemplo: "Se o Gil do Vigor sentar lá na porta da vitrine de um shopping, alguém vai chamar a polícia para tirá-lo? Não, mas se for um catador de papel, ele nem vai entrar no shopping. O Gil é negro e o catador é negro. Por que um pode sentar e outro não?"

(Adaptado de BORGES, Thais. 'A gente banaliza a crueldade', diz padre Júlio Lancellotti, sobre aversão a pobres. *Correio 24horas*. 22/01/2022.)

Imagem 1



Imagem 2



- a) As imagens 1 e 2 denunciam formas de aporofobia. Diga qual o tipo de aporofobia em cada caso, recorrendo, em sua explicação, a elementos das imagens.
- b) Você deseja se posicionar, nas suas redes sociais, a respeito da matéria. Assuma a voz do catador de papel envolvido na situação relatada e responda à pergunta do Padre Júlio Lancellotti. Esse texto deverá ter entre 40 e 50 palavras. Atenção: não copie trechos da matéria.

Resolução

a) Na imagem 1, os apoios para os braços no meio do banco podem ser considerados uma manifestação de aporofobia na arquitetura ou, mais especificamente, no mobiliário urbano. A intenção é dificultar que as pessoas (sobretudo moradores de rua) se deitem nos bancos, o que configura um caso de hostilidade aos mais pobres.

Na imagem 2, há um discurso aporofóbico, que nasce da combinação entre elementos visuais e verbais. A imagem de uma mão com algumas moedas, associada à frase "Seu dinheiro e sua doação me mantém na rua!", sugere que as pessoas que ajudam quem precisa são responsáveis por fazer os moradores de rua permanecer num estado de grandes privações, condenando atitudes altruístas e filantrópicas e, por extensão, estimulando a aporofobia.

b) Considerando a situação, era interessante, brevemente, apresentar-se como catador e fazer referência ao texto base. A resposta à primeira pergunta é "não". Quanto à segunda, o esperado é que o candidato responda que o motivo é o preconceito contra os mais pobres, pois a diferença de tratamento, nesse caso, é explicada pela diferença quanto a condições econômicas. A menção ao termo "aporofobia" poderia ser feita, já que o texto comentado faz referência implícita a ele.

Anexo D: Fichas de análise

FICHA DE ANÁLISE

Categoria	Matérias com a palavra “Aporofobia”	Matérias das matérias dos Instagrams do padre Júlio e do Observatório da Aporofobia	Total
Aporofobia estrutural	8	9	17
Arquitetura hostil/higienização	4	13	17
Políticas Públicas	2	11	13
Semântica	3	0	3
Violência Física	3	5	8
Total	21	38	59

Categoria:

- Aporofobia Estrutural

MATÉRIA 01

Origem da coleta de dados:

- Jornais nos quais aparece o termo aporofobia

Veículo:

- Revista Fórum

Trecho a ser analisado:

- Título: “Racismo e aporofobia: Aline, mulher negra que entregou faixa a Lula, é atacada por fotos na Itália e dá invertida incrível; veja vídeo”
- Lead: “Aline Sousa, mulher negra que preside a Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis do DF e entregou a faixa presidencial a Lula (PT) na histórica posse realizada no dia 1º de janeiro, foi atacada nas redes sociais por

apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) por uma foto em Roma, na Itália, e deu uma invertida incrível nos detratores.”

- Sublead: “Em vídeo publicado na quarta-feira (4), Aline contou que viajou à Itália pudesse conhecer a metodologia de lixo zero aplicada no país europeu. E o mais incrível, a viagem foi viabilizada pela deputada Bia Kicis (PL-DF), uma das mais furiosas defensoras de Bolsonaro no Congresso Nacional.”

Caracterização em relação ao sentido:

Característica	Confirma/Nega
Vítima pertence a grupo subalternizado	Confirma
Palavra que deletam preconceito histórico ou aversão	Confirma
Preconceito que motiva violência simbólica e psicológica	Confirma

Análise:

Trechos	Elementos que configuram a Aporofobia Estrutural
Racismo e aporofobia	Definição do termo aporofobia e intersecção do fato com racismo
Aline, mulher negra que entregou faixa a Lula	Intersecção com o racismo e a barreira simbólica sobre os locais a serem frequentados pelos pobres
É atacada por fotos na Itália	Barreira simbólica de acesso aos lugares
Foi atacada nas redes sociais por apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) por uma foto em Roma, na Itália	Presença em lugares antes exclusivo da elite, que incomoda o poder hegemônico
Aline contou que viajou à Itália pudesse conhecer a metodologia de lixo zero aplicada no país europeu	Quem não está no grupo hegemônico precisa se justificar

Conclusão:

Na análise de seleção e categorização desse texto jornalístico foi possível identificar pontos que o configuram como Aporofobia Estrutural, uma vez que o fato está conectado a quebra de várias barreiras simbólicas criadas pela sociedade aporofóbica para a reserva e manutenção da desigualdade.

No material, Aline é marcada como uma mulher negra e catadora de lixo que é criticada pelo fato de estar em um lugar que, por barreiras simbólicas, lhe é negado, como a sede do governo nacional, por conta de sua presença em uma cerimônia oficial nacional e anterior viagem ao exterior.

Aline participou da cerimônia de posse do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e foi uma das pessoas escolhidas para entregar a faixa presidencial. Ela, como os demais convidados para entrega da faixa, eram representantes de diferentes perspectivas da exclusão do Brasil.

Após a aparição nacional, a trabalhadora de recicláveis teve suas redes sociais vasculhadas e a sua participação questionada após ser encontrada uma foto dela na Itália. Então, ela veio a público informar que era uma viagem paga pelo governo e a trabalho, já que o objetivo era participar de um evento internacional sobre reciclagem.

MATÉRIA 02

Origem da coleta de dados:

- Instagrans do Padre Júlio Lacellotti e do Observatório da Aporofobia

Veículo:

- Portal Uol

Trecho a ser analisado:

- Título: “Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo”
- Lead: “Apesar de ser um festival multimilionário com atrações de renomados artistas internacionais, o Lollapalooza foi flagrado esta semana submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão. Cinco profissionais que atuavam na preparação do evento foram resgatados na terça-feira (21), no autódromo de Interlagos, zona sul de São Paulo, onde os shows acontecem a partir de sexta-feira (24)”.
- Sublead: “Eles trabalhavam como carregadores de bebidas em jornadas de 12 horas diárias: “Depois de levar engradados e caixas pra lá e pra cá, a gente ainda era obrigado pela chefia a ficar na tenda de depósito, dormindo em cima de papelão e dos paletes, para vigiar a carga”, afirma J.R, um dos resgatados.”

Caracterização em relação ao sentido:

Característica	Confirma/Nega
Vítima pertence a grupo subalternizado	Confirma
Palavra que deletam preconceito histórico ou aversão	Confirma
Preconceito que motiva violência física ou simbólica	Confirma

Análise:

Trechos	Elementos que configuram a Aporofobia Estrutural
flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo	A palavra “escravizado” mostra a retirada dos direitos humanos e animalização dos trabalhadores
um festival multimilionário com atrações de renomados artistas internacionais, o Lollapalooza foi flagrado esta semana submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão	A exploração dos mais pobres pelos mais ricos caracterizados pelos dois atores do processo: o trabalhador análogo a escravidão e o festival milionário
Eles trabalhavam como carregadores de bebidas em jornadas de 12 horas diárias	Pessoas destinadas a trabalhados braçais em condições animalizadas
Obrigado pela chefia a ficar na tenda de depósito, dormindo em cima de papelão e dos paletes, para vigiar a carga	Trabalhadores ficam em situações desumanas para garantir a segurança do que gera capital

Conclusão:

Na análise de seleção e categorização desse texto jornalístico foi possível identificar pontos que o configuram como Aporofobia Estrutural porque os trabalhadores são pessoas pobres, o que Jessé de Souza chama de a ralé. Uma condição que os torna passíveis de trabalhos degradantes e análogo, que significa semelhante, ao escravo, que significa pessoa privada de liberdade e submetida à vontade do senhor.

A denúncia foi confirmada em um famoso festival internacional, cuja participação é seleta a pessoas que podem pagar os ingressos, que custa cerca de R\$ 690 o dia, quase metade de um salário-mínimo. Uma situação que demonstra os espaços que são reservados a cada grupo.

Categoria:

- Arquitetura Hostil/ higienização

MATÉRIA 01

Origem da coleta de dados:

- Jornais nos quais aparece o termo aporofobia

Veículo:

- Folha de Campinas

Trecho a ser analisado:

- Título: “Arquitetura hostil se espalha por Campinas; Prefeitura diz que tema está na ‘pauta’”
- Lead: “Pedras embaixo de viaduto e pontilhões, cercas pontiagudas em frente de estabelecimentos comerciais, estruturas de ferro com características medievais e outros tipos de instalações estranhas. Esses elementos podem ser verificados a partir de uma observação um pouco mais atenta dos espaços públicos da área central de Campinas. São as chamadas arquiteturas hostis, que dificultam o acesso de populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua. Essas fortalezas da hostilidade, no entanto, estão em processo de demolição. Elas são comuns em grandes centros urbanos e em áreas de comércio. O objetivo é impedir que as cercanias das lojas sejam usadas como descanso ou pernoite.
- Sublead: “Grupos sociais de Campinas começam a se mobilizar para a elaboração de um levantamento dessas arquiteturas na cidade. O objetivo é promover a remoção das barreiras que afastam a população de rua por meio de ação no Ministério Público (MP). A Lei Padre Júlio Lancellotti, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro do ano passado e republicada na última quarta-feira (11) após uma correção, é, agora, a bandeira contra a chamada aporofobia (ódio, ojeriza a pobre)”.

Caracterização em relação ao sentido:

Característica	Confirma/Nega
Barreiras físicas ou humanas que afastam os pobres	Confirma

Um grupo indesejado e subalternizado	Confirma
Tentativa de limitar quem pode ocupar qual espaço público	Confirma

Análise:

Trechos	Elementos que configuram a Arquitetura Hostil/ Política Higienista
Arquitetura hostil se espalha por Campinas	Pessoas ampliam os artifícios arquitetônicos para afastar os pobres.
São as chamadas arquiteturas hostis, que dificultam o acesso de populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua. Essas fortalezas da hostilidade, no entanto, estão em processo de demolição. Elas são comuns em grandes centros urbanos e em áreas de comércio	Definição do conceito e reforço do principal objetivo das construções, afastar os pobres
O objetivo é impedir que as cercanias da lojas sejam usadas como descanso ou pernoite	Afastar a pobreza dos espaços públicos. Criar barreiras físicas além das simbólicas já existentes.
Grupos sociais de Campinas começam a se mobilizar para a elaboração de um levantamento dessas arquiteturas na cidade	A partir da homologação de uma lei, o problema começa a ser contabilizado

Conclusão:

Na análise de seleção e categorização desse texto jornalístico foi possível identificar pontos que o configuram como Arquitetura Hostil /Política Higienista porque nele são trabalhados todos os elementos que caracterizam uma arquitetura hostil como estruturas arquitetônicas que impedem o acesso dos pobres. As construções também recebem a caracterização de instrumentos de hostilidade, reforçando o conceito.

Origem da coleta de dados:

- Instagrans do Padre Júlio Lacellotti e do Observatório da Aporofobia

Veículo:

- Folha de São Paulo

Trecho a ser analisado:

- Título: Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto no centro de SP
- Lead: “A remoção de barracas em que vivem as pessoas em situação de rua em São Paulo, defendida pelo prefeito Ricardo Nunes(MDB) durante a posse de novos subprefeitos na última terça-feira (7), na prática já tem sido intensificada na região central da cidade há semanas. Tanto quem dorme nas praças e calçadas quanto quem trabalha próximo de regiões que concentram a população de rua afirma que a rotina de limpeza e desmonte de ocupações mudou desde o fim de janeiro.
- Sublead: Na região da praça da Sé, por exemplo, as ações de limpeza são diárias e barracas são removidas todos os dias. A diferença é que, agora, colchões e cabanas são retirados e jogados no lixo. Ao anoitecer, novas barracas são armadas na praça, para serem removidas no dia seguinte.

Caracterização em relação ao sentido:

Característica	Confirma/Nega
Barreiras físicas ou humanas que afastam os pobres	Confirma
Um grupo indesejado e subalternizado	Confirma
Tentativa de limitar quem pode ocupar qual espaço público	Confirma

Análise:

Trechos	Elementos que configuram a Arquitetura Hostil/ Política Higienista
Prefeitura intensifica remoção de barracas de sem-teto	A remoção vem de uma tentativa de tirar as pessoas que causa obstrução ou tiram o consenso da classe dominante sobre o uso do espaço
Tanto quem dorme nas praças e calçadas quanto quem trabalha próximo de regiões que concentram a população de	A retirada dos pobres já é definida como limpeza ou que configura a

rua afirma que a rotina de limpeza e desmonte de ocupações mudou desde o fim de janeiro	política de higienização, tratando o pobre o sujo.
as ações de limpeza são diárias e barracas são removidas todos os dias	Mesmo com a incessante tentativa de resistência, a limpeza persiste porque está dentro da rotina do poder público.
A diferença é que, agora, colchões e cabanas são retirados e jogados no lixo	Os pertences dos pobres merecem ser jogados no lixo porque são considerados descartes e sujeira.

Conclusão:

Na análise de seleção e categorização desse texto jornalístico foi possível identificar pontos que o configuram como Arquitetura Hostil/ Política Higienista. O texto mostra a tentativa frustrada da prefeitura de São Paulo de remover os moradores de rua. Eles tentam tirá-los da visão dos que frequentam a região central durante o dia, mas eles retornam à noite porque remover não significa solucionar o problema.

No texto, é usado o termo “limpeza diária”, o que associa a presença do pobre a sujeira, algo degradante e que precisa ser higienizado.

Categoria:

- Políticas Públicas

MATÉRIA 01

Origem da coleta de dados:

- Jornais nos quais aparece o termo aporofobia

Veículo:

- Portal Thathi – Ribeirão Preto

Trecho a ser analisado:

- Título: “Entenda o que é arquitetura hostil e aporofobia. Lei Padre Júlio Lancellotti foi promulgada nesta quarta-feira (11)”
- Lead: “A Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe a chamada arquitetura hostil em espaço público, foi promulgada. O texto da lei foi republicado na edição de hoje (11) do Diário Oficial da União (DOU). A lei já havia sido publicada em Diário Oficial da

União do dia 22 de dezembro do ano passado, mas precisou ser republicada após uma correção.

- Sublead: “Aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, a lei chegou a ser vetada pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro, mas o veto foi derrubado pelo Congresso e, agora, a lei foi promulgada”.

Caracterização em relação ao sentido:

Característica	Confirma/Nega
Discussão em espaços ou áreas de decisões políticas	Confirma
Prática de atores públicos	Confirma
Garantia à população de direitos previstos na constituição	Confirma

Análise:

Trechos	Elementos que configuram as Políticas Públicas
Entenda o que é arquitetura hostil e aporofobia	A relação entre os dois termos: aporofobia e arquitetura hostil, mostram a existência de um processo de debate anterior a política pública.
A Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe a chamada arquitetura hostil em espaço público, foi promulgada	A lei ganha o nome do principal difusor do termo aporofobia, fortalecendo dos debates prévios sobre o assunto.
Aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, a lei chegou a ser vetada pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro	A lei foi derrubada pelo ex-presidente, Jair Bolsonaro, que habitualmente apresenta discursos aporofóbicos.
O veto foi derrubado pelo Congresso e, agora, a lei foi promulgada	As discussões cada vez mais presentes fizeram o Congresso revogar a decisão e optar pela promulgação.

Conclusão:

Na análise de seleção e categorização desse texto jornalístico foi possível identificar pontos que o configuram como Políticas Públicas. O texto fala de uma lei já promulgada que

determina o fim da arquitetura hostil, que antes era incluída em um caixa de significados maior que eram das barreiras arquitetônicas.

O nome da figura-pública que mais fala sobre o tema no Brasil, padre Júlio Lancellotti, batizou a lei e os trâmites que levaram até a aprovação final mostram que a discussão foi inserida em ambientes destinados a construção de políticas.

MATÉRIA 02

Origem da coleta de dados:

- Instagrans do Padre Júlio Lacellotti e do Observatório da Aporofobia

Veículo:

- Portal Terra

Trecho a ser analisado:

- Título: Macaé é a primeira cidade do RJ a garantir transporte público gratuito para pessoas em situação de rua
- Lead: “A cidade de Macaé, no norte do Rio de Janeiro, se tornou o primeiro município do estado a aprovar uma emenda que inclui pessoas em situação de rua para ter acesso gratuito ao transporte público municipal. A emenda foi sancionada pelo Executivo no último dia 31”.
- Sublead: “A medida, recomendada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, foi adotada a partir da apresentação de uma emenda proposta pela vereadora Iza Vicente (Rede), que acrescenta o grupo em situação de vulnerabilidade ao Projeto de Lei 39/2022, texto que dispõe sobre a concessão do benefício social no serviço de transporte público da cidade. Anteriormente, o benefício era destinado apenas para pessoas idosas e pessoas com deficiência (PcD)”.

Caracterização em relação ao sentido:

Característica	Confirma/Nega
Discussão em espaços ou áreas de decisões políticas	Confirma
Prática de atores públicos	Confirma
Garantia à população de direitos previstos na constituição	Confirma

Análise:

Trechos	Elementos que configuram a Políticas Públicas

Macaé é a primeira cidade do RJ a garantir transporte público gratuito para pessoas em situação de rua	Ação da prefeitura em prol das pessoas em situação de rua
A cidade de Macaé, no norte do Rio de Janeiro, se tornou o primeiro município do estado a aprovar uma emenda que inclui pessoas em situação de rua para ter acesso gratuito ao transporte público municipal. A emenda foi sancionada pelo Executivo no último dia 31.	A ação faz parte de uma ação política já que se trata de emenda a lei, que precisa ser votada e depois sancionada.
A medida, recomendada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, foi adotada a partir da apresentação de uma emenda proposta pela vereadora Iza Vicente (Rede), que acrescenta o grupo em situação de vulnerabilidade ao Projeto de Lei 39/2022.	A ação foi provocada por um órgão responsável por defender os direitos da população sejam eles individuais ou coletivos.

Conclusão:

Na análise de seleção e categorização desse texto jornalístico foi possível identificar pontos que o configuram como políticas públicas. A promulgação da emenda é condicionada a um conjunto de ações de atores públicos em locais públicos de decisões, passando pela provocação, feita pela Defensoria Pública, até a sensibilização da parlamentar e posterior apresentação da proposta no ambiente parlamentar e sansão do prefeito da cidade.

Categoria:

- Violência Física

MATÉRIA 01

Origem da coleta de dados:

- Jornais nos quais aparece o termo aporofobia

Veículo:

- O Globo

Trecho a ser analisado:

- Título: “Educafro pede R\$ 40 milhões de mercado onde seguranças agrediram mulher acusada de furtar carne seca”
- Lead: “Educafro pede na Justiça de São Paulo indenização de R\$ 40 milhões do supermercado de Guarulhos onde uma mulher acusada de furtar carne seca foi agredida por seguranças, na quinta-feira passada. A Ação Civil Pública foi ajuizada nesta segunda-feira. Segundo o supermercado Fonte Nova, os seguranças envolvidos no episódio foram demitidos.”
- Sublead: “Nas imagens é possível ver o segurança dar uma rasteira na mulher, que não teve a identidade revelada, e ameaçá-la com o que seria revólver em sua cintura. Gritos de "pede desculpas, caralh*, pede desculpas!", podem ser ouvidos na gravação, feita por um cliente de dentro do seu carro no estacionamento do estabelecimento.”

Caracterização em relação ao sentido:

Característica	Confirma/Nega
Qualquer tipo de agressão prevista em código penal	Confirma
Um grupo subalternizado	Confirma

Análise:

Trechos	Elementos que configuram a Violência Física
seguranças agrediram mulher acusada de furtar carne seca	Seguranças agrediram fisicamente uma mulher negra após suspeitas de que ela estaria roubando carne seca. O corpo negro associado a criminalidade e que merece castigo.
Nas imagens é possível ver o segurança dar uma rasteira na mulher	O segurança abordou a mulher com um rasteira, impossibilitando qualquer reação. Uma ação que não deve constar nos manuais de segurança privada.
ameaçá-la com o que seria revólver em sua cintura. Gritos de "pede desculpas, caralh*, pede desculpas!"	Além das agressões físicas e ameaças, eles pediam que ele se

	desculpasse, como um julgamento em praça pública.
--	---

Conclusão:

Na análise de seleção e categorização desse texto jornalístico foi possível identificar pontos que o configuram como violência física porque os seguranças deram rasteira na mulher negra – a cor da pele é caracterizada pelo autor da ação o Educafro – e ainda usaram uma arma para ameaçar.

A aporofobia está na estereotipagem presente na ação que reflete uma aporofobia estrutural no país, porém tem como fator essencial da pauta a violência sofrida pela vítima, que era suspeita de roubar comida.

MATÉRIA 02

Origem da coleta de dados:

- Instagrans do Padre Júlio Lacellotti e do Observatório da Aporofobia

Veículo:

- Giro de Gravataí

Trecho a ser analisado:

- Título: Quatro PMs de Cachoeirinha são investigados por morte de morador de rua
- Lead: “Quatro policiais militares de Cachoeirinha são suspeitos de participação na morte de um homem de 37 anos que vivia em situação de rua. O caso teria ocorrido no dia 02 de fevereiro. A vítima morreu oito dias depois, quando estava internada no Hospital de Pronto Socorro da Capital, com queimaduras pelo corpo. Segundo a denúncia feita, os policiais teriam jogado álcool e atado fogo no rapaz.
- Sublead: A denúncia também fala de agressões em abordagens anteriores. Na certidão de óbito a causa da morte registrada foi “insuficiência circulatória decorrente de septicemia consecutiva e complicações clínicas e complicação de queimadura corporal extensa”.

Caracterização em relação ao sentido:

Característica	Confirma/Nega
----------------	---------------

Qualquer tipo de agressão prevista em código penal	Confirma
Um grupo subalternizado	Confirma

Análise:

Trechos	Elementos que configuram a Violência Física
Quatro PMs de Cachoeirinha são investigados por morte de morador de rua	Investigados pela morte, mas o crime chama-se homicídio. A vítima é morador de rua, ou, uma pessoa em situação de rua e com poucos ou nenhum recurso financeiro.
policiais militares de Cachoeirinha são suspeitos de participação na morte de um homem de 37 anos que vivia em situação de rua	Os policiais participam da morte e não do homicídio
os policiais teriam jogado álcool e ateado fogo no rapaz.	Usaram a crueldade extrema para execução do homicídio
A denúncia também fala de agressões em abordagens anteriores	Não há motivação, mas denúncias de agressões recorrentes em situações anteriores, o que mostra uma intensificação da tortura e não necessidade de investigação ou reparação pelo poder judicial

Conclusão:

Na análise de seleção e categorização desse texto jornalístico foi possível identificar pontos que o configuram como violência física por conta da essência do próprio fato, a morte de uma pessoa queimada de forma intencional. Os suspeitos do crime possuem uma posição social de poder em relação a vítima, que é uma pessoa em situação de rua, tendo em vista que são policiais e são treinados dentro de uma cultura historicamente racista e elitista, como mostra o aporte teórico da pesquisa.

O crime não tem explicação e a única classificação da vítima, enquanto viva, presente no texto é morador de rua, como se esta condição justificasse o homicídio cruel, que é tratado apenas como morte, termo que diminui o impacto da ocorrência.

Categoria:

- Semântica

MATÉRIA 01

Origem da coleta de dados:

- Jornais nos quais aparece o termo aporofobia

Veículo:

- Guia do Estudante Abril

Trecho a ser analisado:

- Título: Aporofobia: a aversão aos pobres e seus efeitos na sociedade
- Lead: “Aporofobia é um termo que tem aparecido cada vez mais no debate público, impactando, inclusive, a legislação. E sim, estudante: também já foi explorado no vestibular. Mas você sabe o que ele significa e como afeta a sociedade?”
- Sublead: A palavra aporofobia significa aversão, medo, desprezo ou rejeição aos pobres. De origem grega, é um neologismo e deriva da junção das palavras á-poros (pobres) e fobos (medo) - é a mesma lógica de outros preconceitos, como homofobia ou islamofobia. O termo foi criado por volta dos anos 1990 pela escritora e filósofa espanhola Adela Cortina.

Caracterização em relação ao sentido:

Característica	Confirma/Nega
Motivação principal é explicar o significado do termo	Confirma
Destacar no texto como a palavra foi criada e é usado nos processos comunicativos.	Confirma

Análise:

Trechos	Elementos que configuram a semântica

Aporofobia: a aversão aos pobres e seus efeitos na sociedade	Título apresenta a palavra e seu significado
A palavra aporofobia significa aversão, medo, desprezo ou rejeição aos pobres.	Explicação na íntegra da palavra
De origem grega, é um neologismo e deriva da junção das palavras á-poros (pobres) e fobos (medo)	Explicação etimológica da palavra
O termo foi criado por volta dos anos 1990 pela escritora e filósofa espanhola Adela Cortina	História que envolve a construção do termo

Conclusão:

Na análise de seleção e categorização desse texto jornalístico foi possível identificar pontos que o configuram como semântica porque há uma preocupação em se explicar o significado, bem como a origem da palavra. O objetivo do texto, que é a explicação, vem desde o título e se adensa nos parágrafos seguintes, que configuram o lead e o sublead do texto jornalístico.

MATÉRIA 02

Origem da coleta de dados:

- Instagrans do Padre Júlio Lacellotti e do Observatório da Aporofobia

Não há nenhuma dentro do recorte definido.

